

DANILO MEDEIROS GAZZOTTI

**AS CONCEPÇÕES DO PODER RÉGIO ENTRE OS SUEVOS NA *GALLAECIA*
DO SÉCULO V: UMA ANÁLISE DA CRÔNICA DE IDÁCIO DE CHAVES**

CURITIBA

2014

DANILO MEDEIROS GAZZOTTI

**AS CONCEPÇÕES DO PODER RÉGIO ENTRE OS SUEVOS NA *GALLAECIA*
DO SÉCULO V: UMA ANÁLISE DA CRÔNICA DE IDÁCIO DE CHAVES**

Linha de Pesquisa: Cultura e Poder

Dissertação apresentada ao curso de Pós-graduação em História. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná como requisito parcial à obtenção do diploma de mestre.

Professor orientador: Dr. Renan Frighetto

CURITIBA

2014

Catálogo na publicação

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Gazzotti, Danilo Medeiros

As concepções do poder régio entre os suevos na *Gallaecia* do século V :
uma análise da crônica de Idácio de Chaves / Danilo Medeiros Gazzotti –
Curitiba, 2014.

151f.

Orientador: Profº. Drº. Renan Frighetto

Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras
e Artes da Universidade Federal do Paraná.

1. Galicia (Espanha : Região) - História. 2. Suevos (Povos germânicos).
3. Espanha – História – Sec. V. 4. Bárbaros. I.Título.

CDD 946.01



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Rua Gal. Carneiro, 460, 7º andar, sala 716, fone/fax + 55 (41) 3360-5086,

80.060-150, Curitiba, PR, Brasil.

E-mail: cpghis@ufpr.br Website: www.poshistoria.ufpr.br

PARECER DA BANCA EXAMINADORA

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PGHIS/UFPR) para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de Danilo Medeiros Gazzotti, intitulada: "As concepções do poder régio entre os suevos na Gallaecia no século V: uma análise da Crônica de Idácio de Chaves", após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO, completando-se assim todos os requisitos previstos nas normas desta Instituição para a obtenção do Grau de Mestre em História.

Curitiba, dezenove de fevereiro de dois mil e quatorze.

Prof. Dr. Renan Frighetto (Orientador)
Presidente da Banca Examinadora

Profa Dra Margarida Maria de Carvalho (UNESP)
1º Examinador

Profa Dra Marcella Lopes Guimarães (UFPR)
2º Examinador

**A minha avó Prof^a Marlene
Teresinha Tabacchi Medeiros,
eterna incentivadora
de meus estudos**

Agradecimentos

Diversas pessoas contribuíram para minha formação humana e acadêmica nestes dois anos de mestrado. Em primeiro lugar gostaria de agradecer a meu orientador Prof. Dr. Renan Frighetto que sempre esteve presente nesse período e auxiliou muito na minha formação acadêmica e humana. Obrigado pelos valiosos conselhos tanto historiográficos como pessoais.

Em segundo lugar gostaria de agradecer minha querida orientadora de IC Prof^a Margarida Maria de Carvalho que sempre incentivou minha carreira de historiador e que me possibilitou, através de seus ensinamentos e conselhos, ingressar no Mestrado e concluir minha dissertação.

Um grande agradecimento também as Professoras Dr^{as} Marcella Lopes Guimarães e Fátima Regina Fernandes que acompanharam minha pesquisa durante esses dois anos e que contribuíram sempre da melhor forma possível para sua realização

Um agradecimento especial a Prof^a Dr^a Adriana Mocelin da PUC-PR por ter participado da minha banca de qualificação e por ter contribuído muito na minha pesquisa com sua arguição.

Um agradecimento também a secretária da pós Maria Cristina Parzowski pelo grande auxílio que me prestou durante esses dois anos. Muito obrigado Cris por toda ajuda e por todos os "galhos quebrados".

Um enorme agradecimento à minha família que me apoiou desde o começo e me deu todo o auxílio necessário durante todo o meu mestrado. Obrigado por toda paciência, confiança e carinho que tiveram por mim. Agradeço principalmente a meus pais Edson e Maria Olimpia Gazzotti e minhas irmãs Denise e Daniele Gazzotti. Amo vocês!!!

Um beijão especial à minha querida namorada Vanessa Fronza, minha linda nemediana, que nesse último ano foi uma grande companheira para mim. Agradeço a você pelos belos momentos que tivemos juntos! Amo muito você, meu amor!

Um grande abraço para minhas amigas Magda Semprini, Samara Mendes e Luciana Batistetti que tanto me apoiaram no decorrer de meu mestrado.

Agradeço também a recepção e o companherismo de meus queridos amigos do NEMED que sempre estiveram presentes na vida profissional e pessoal durante esses dois anos de mestrado. Um abraço para Otávio Pinto, Janira Pohlmann, Elaine Senko, André Leme, Guilherme Saccomori, Cynthia Valente, Andrea Dalpra, Eliane Veríssimo, Carlos Zlatic, Felipe Filippetto, Thiago Stadler e Rodrigo Schiavinato. Um grande abraço a Diego Martinez e Rafaela Trentini também nemedianos mas que se tornaram muito mais que amigos para mim.

Um agradecimento especial aos meus amigos do GLEIR da Unesp de Franca, que me auxiliaram muito nesses dois anos de trabalho, seja com conselhos para minha pesquisa seja nos congressos que participamos juntos. Um grande abraço a Helena Papa, Natália Frazão, Bruna Gonçalves, Daniel de Figueiredo, Semíramis Corsi, André Tavares, Dominique Souza e Eliton Almeida.

Agradeço a todos os professores que ajudaram em minha formação acadêmica e cidadã, sejam eles da escola, da UNESP ou da UFPR. Agradeço também aos meus professores de línguas estrangeiras por todo o conhecimento que me passaram. Um grande abraço para Renata e Paula do inglês, José Luiz Mazi do espanhol, José Luiz Salgado do francês e Hamilton do latim.

Agradeço também ao CNPq pelo auxílio financeiro prestado durante esses dois anos o que possibilitou minha dedicação exclusiva a este trabalho, assim como minha presença em diversos congressos por todo o país.

Um agradecimento especial aos meus companheiros da República Miro Two, obrigado Junior, Thiago, Leonardo, Felipe, Adriano, as agregadas Nayana Silva e Cintia Leite e o nosso intercambista Jason Peruzi por toda a amizade e compreensão comigo durante esses dois anos de república. Eu sei como é difícil me aguentar!

Um grande abraço a todos!!!

Resumo

Em nossa pesquisa trataremos sobre as concepções de poder régio entre os suevos na Província da *Gallaecia* durante o século V. Para alcançar nosso objetivo nos utilizaremos da crônica de Idácio de Chaves, uma figura-político religiosa da região galaica que foi testemunha direta e indireta dos acontecimentos ocorridos ao longo da quinta centúria. Na crônica de Idácio os acontecimentos são relacionados com a vida cotidiana e social do Mundo Romano Tardio descrevendo seus problemas e enfrentamentos. Sobre a *ecclesia* cristã encontramos muitas informações, que vão desde a nomeação dos bispos de Roma no decorrer do período em que sua crônica abrange, até informações, por exemplo, acerca de acontecimentos com bispos do Ocidente e do Oriente. Em nosso trabalho realizaremos uma análise sobre a visão dos pensadores romanos com relação às populações bárbaras que se fixaram nos territórios romanos ocidentais ao longo do século V. Além disso discorreremos acerca do reconhecimento e a legitimação da autoridade régia dos suevos perante a autoridade imperial romana. Por fim pretendemos também ao longo de nossa pesquisa levantar questionamentos sobre a possibilidade de ter existido um reino suevo na *Diocesis Hispaniarum* no decorrer da quinta centúria.

Palavras-Chave: Antiguidade Tardia; Poder Régio; Bárbaros; Suevos; Idácio de Chaves

Abstract

In our research we will deal with the conceptions of royal power among the Suebi in the province of *Gallaecia* during the fifth century. In order to achieve our objective we will use the chronicle of Hydatius, a political and religious character from the Galician region who was a direct and indirect witness of the events that took place throughout the fifth century. In Hydatius chronicle, the events are related to the daily and social life of the Late Roman World describing its problems and confrontations. One finds many pieces of information about the Christian *ecclesia*, which go from the nomination of the bishops of Rome in the course of the period his chronicle embraces, to information, for example, about events with bishops of the West and the East. In our work we will carry out an analysis of the view of Roman thinkers with respect to the barbarian populations that settled in the western Roman territories over the fifth century. Besides that, we will discourse about the recognition and legitimization of the Suebi royal authority in the presence of the Roman imperial authority. Finally, we also intend to raise questionings, throughout our research, about the possibility that a Suebi reign has existed in the *Diocesis Hispaniarum* during the fifth century.

Keywords: Late Antiquity; Royal Power; Barbarians; Suebi; Hydatius.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	10
1. IDÁCIO DE CHAVES: PRODUÇÃO INTELECTUAL E CONTEXTO POLÍTICO-RELIGIOSO.....	22
1.1. Considerações iniciais	23
1.2. Notícias biográficas acerca de Idácio de Chaves	24
1.3. Importância político-religiosa	34
1.4. Produção intelectual.....	38
1.5. Função político-religiosa das crônicas na Antiguidade Tardia.....	48
2. A ADMINISTRAÇÃO ROMANA E A IMAGEM DO <i>BÁRBARO</i> PARA OS AUTORES CLÁSSICOS E TARDIOS.....	53
2.1. Notas preliminares	54
2.2. O conceito de poder régio para os autores clássicos e sua visão dos povos <i>bárbaros</i>	55
2.3. O conceito de poder régio para os autores romanos tardios e sua visão dos povos <i>bárbaros</i>	60
2.4. Fixação dos suevos na Península Ibérica.....	80
3. CONSIDERAÇÕES SOBRE O PODER RÉGIO SUEVO NA PENÍNSULA IBÉRICA DO SÉCULO V.....	94
3.1. Epítome.....	95
3.2. A antiguidade régia dos suevos: de Hermerico a Requiário	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS	126
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	132
ANEXOS	143
Império Romano após a morte de Teodósio.....	144
Mapas das vias romanas com as principais cidades e <i>maisons</i>	145

Lista dos reis suevos.....	146
<i>Diocésis Hispaniarum</i> após a reforma provincial de Diocleciano	147
Principais vias romanas da <i>Gallaecia</i> na zona de influência dos suevos.....	148
Divisão da <i>Gallaecia</i> entre vândalos e suevos.....	149
Extensão da hegemonia política sueva após os acordos de 450-452.....	150
Moeda de prata de Requiário.....	151

INTRODUÇÃO

Quem construiu a Tebas de sete portas?
Nos livros estão nomes de reis:
Arrastaram eles os blocos de pedra?
E a Babilônia várias vezes destruída
Quem a reconstruiu tantas vezes?
Em que casas da Lima dourada moravam os construtores?
Para onde foram os pedreiros, na noite em que a Muralha da China ficou pronta?
A grande Roma está cheia de arcos do triunfo:
Quem os ergueu?

Sobre quem triunfaram os Césares?
A decantada Bizâncio
tinha somente palácios para os seus habitantes?
Mesmo na lendária Atlântida
os que se afogavam
gritaram por seus escravos
na noite em que o mar a tragou?
O jovem Alexandre conquistou a Índia.
Sozinho?

César bateu os gauleses.
Não levava sequer um cozinheiro?
Filipe da Espanha chorou,
quando sua Armada naufragou.
Ninguém mais chorou?
Frederico II venceu a Guerra dos Sete Anos.
Quem venceu além dele?

Cada página uma vitória.
Quem cozinhava o banquete?
A cada dez anos um grande Homem.
Quem pagava a conta?
Tantas histórias.
Tantas questões.

Bertolt Brecht - Perguntas de um Trabalhador que lê.

Introdução

Nos estudos tardo-antigos da Península Ibérica temos um grande enfoque, na maioria dos casos, na monarquia Romano-Bárbara dos godos, sendo os demais povos ali presentes relegados a um papel secundário na construção dessa história peninsular. Na presente pesquisa temos o intuito de trabalhar as concepções do poder régio de um desses povos que na maioria das vezes teve sua história atrelada à narrativa dos relatos godos, os suevos.

O momento em que a monarquia Romano-Bárbara sueva tem seu maior destaque na historiografia romana é durante o século V¹, quando este grupo junto com alanos e vândalos adentraram pelo Reno no Mundo Romano, em 408, e se assentaram com os demais na Península Ibérica, no ano de 409, durante o processo de legitimação imperial do usurpador Constatino III.

Em nossa visão após seu assentamento essa *gentes bárbara* procurará, assim como as demais, o reconhecimento de sua autoridade régia perante a administração imperial romana. Esses povos almejavam obter o *regnum*, um reconhecimento e uma legitimação da autoridade que só poderia ser concedida pelos portadores do *Imperium*, ou seja os romanos. Portanto afirmamos que essas *gentes bárbaras* ao adentrarem o Império Romano não tinham pretensões de destruí-lo mas sim de serem reconhecidos e terem uma maior participação política nesse Mundo Romano.

Para analisar essas concepções do poder régio dos suevos nos utilizaremos principalmente da crônica de Idácio de Chaves, pois esta figura político-religiosa teve sua área de atuação justamente na região onde esse povo suevo se assentou após sua entrada na *Diocésis Hispaniarum*, a região da *Gallaecia*.

¹ As datas apresentadas em nossa pesquisa referem-se à época posterior ao nascimento de Cristo, por isso, não nos utilizaremos continuamente da expressão “d.C.”. Quando se fizer necessário destacar algum acontecimento anterior a nossa era enfatizaremos com o enunciado “a.C.”.

O testemunho de Idácio de Chaves é praticamente um dos únicos que chegam até a atualidade sobre os acontecimentos da região, tendo sido uma referência até para outros autores tardo-antigos como Isidoro de Sevilha.

No decorrer dessa pesquisa também nos propomos a analisar sobre como as concepções de governo tiveram sua ótica modificada pelos pensadores romanos ao longo das antiguidades clássica e tardia. Além disso queremos demonstrar como os pensadores romanos ao longo desses dois períodos mudaram sua visão a respeito da imagem das *gentes bárbaras* e suas formas de governo.

Quadro teórico-metodológico

Acreditamos que para um maior entendimento de nossa pesquisa seja necessário primeiramente uma elucidação dos conceitos-chave que utilizaremos no decorrer da mesma. Em um primeiro momento vamos discorrer sobre alguns dos conceitos utilizados para o período que elegemos para nossa pesquisa central, os séculos IV e V.

Diferentes autores tratam de modos distintos este mesmo arco cronológico, as nomenclaturas mais utilizadas são: Primeira Idade Média, Baixo Império Romano e Antiguidade Tardia.

O conceito de Primeira Idade Média foi proposto pelo historiador Hilário Franco Júnior. Sua tese proposta em 1986, em sua obra intitulada *A Idade Média, nascimento do Ocidente*, pretende investigar o período que denomina de Primeira Idade Média a partir de esferas temáticas, nas quais estão agrupados assuntos pertinentes a diversas ordens existentes, para construir o que o autor entende e pensa sobre a Idade Média.

Entendemos a proposição de Franco Junior, entretanto não achamos que nesse período seja possível separar os diferentes segmentos da sociedade em esferas isoladas. Em nossa visão por exemplo a questão religiosa não pode ser separada da política, já que nessa época essas esferas eram interligadas e a questão religiosa está presente em todo o cenário político-cultural.

A denominação Baixo Império foi uma expressão lançada em 1759 por Labeau e, desde então foi amplamente utilizada. Diversos antiquistas ainda utilizam essa nomenclatura sem apresentar uma discussão acerca dessa denominação. Gilvan Ventura da Silva justifica a utilização desse conceito dizendo que na passagem do século III para o IV, Roma é marcada por todo um processo de redefinição dos princípios político-administrativos e ideológicos que organizavam o estado imperial (SILVA, 2000, p.173).

Essa nomenclatura é defendida também por estudiosos como Bryan Ward Perkins (2006) e J. H. Liebeschuetz (2001) os quais se utilizaram de evidências arqueológicas, para argumentar que houve realmente um declínio da civilização romana entre os séculos IV d.C e V d.C.

Sobre Ward-Perkins, Gonzalo Bravo (2013, p.24) afirma que sua teoria é sugestiva, mas não é nova. Entretanto seus parâmetros são surpreendentes, quando o mesmo utiliza os exemplos do tamanho das igrejas e das alturas das vacas para demonstrar esse possível declínio. Contudo na visão de Bravo estes aspectos podem ser explicados sem recorrer a este argumento de "declínio" do período, no primeiro caso por mudanças de hábito religioso, além de circunstâncias particulares do âmbito, e no segundo por razões *zoológicas*², não necessariamente econômicas, que podem ser referidas ao cruzamento de exemplares com outras raças, além das próprias condições ambientais.

Renan Frighetto e Jean-Michel Carrié têm o mesmo pensamento que Bravo e afirmam que o termo Baixo Império relaciona o período em questão às idéias contidas na historiografia cuja temática é “declínio e queda”, uma visão que ficou muito famosa com o trabalho "Declínio e Queda do Império Romano" de Edward Gibbon em 1776.

Concordamos com Frighetto e Carrié e não utilizaremos desse conceito em nosso trabalho pois não acreditamos que as sociedades declinem ou caiam, mas sim se readequem as suas novas realidades. Cremos sim que nesse período houve muitas mudanças, mas acreditamos que as sociedades ali presentes se adaptaram as

² Expressão utilizada pelo autor provavelmente para indicar razões biológicas para este fato para mais vide: BRAVO, Gonzalo. ¿Crisis del Império Romano? Desmontando um tópico historiográfico. In: Vinculos de História, núm. 2, p. 24.

circunstâncias e conseguiram manter muitas das estruturas em que se apoiavam até momento.

O último conceito que abordaremos é o da Antiguidade Tardia (Spatantike). Esse conceito foi criado pela historiografia alemã no início do século XX, pelo arqueólogo Alois Riegel em 1901 e ganhou força com os estudos filológicos realizados por Johannes Straub.

Jean Michel Carrié defende que a alcunha Antiguidade Tardia acabou de vez com a visão “decadentista” do Império Romano, apesar da mesma existir como objeto científico há pouco mais de 50 anos (CARRIÉ, 1999, P. 17-20). Esta visão não decadentista começou a aparecer em estudos a partir da década de 1970, especialmente de autores como Henri-Irinée Marrou (1977) e Peter Brown (1971), os quais partilhavam da ideia de que as sociedades e civilizações não caem ou declinam, mas sim se transformam.

Para nós esse período é fundamental para compreendermos a transição ocorrida entre os mundos clássico e medieval. Acreditamos que esse período possui características próprias, pois houve permanências e descontinuidades culturais, políticas, econômicas, sociais e religiosas entre esses dois mundos de transição (FRIGUETTO, 2000. P.19).

Concordamos também com Friguetto quando o mesmo afirma, que na Antiguidade Tardia havia a construção de um preceito político-ideológico, que servia como membro conector entre os elementos da tradição política clássica imperial romana, com a necessidade e a legitimação daquela forma de poder monárquico com as construções teóricas, que indicavam a relação entre a centralização do poder e as práticas religiosas de cunho monoteísta, sejam elas de procedência pagã ou cristã (FRIGUETTO, 2006, P. 163).

Gonzalo Bravo (2013, p. 17) ainda afirma que se o sistema se manteve foi porque os "elementos integradores" prevaleceram sobre os "desintegradores". Entre os primeiros este inclui a *civitas*, a lei, a religião e a língua. Entre os segundos o autor considera que houve transformações nas economias regionais, na classificação social, no *status* provincial e na condição tributária, além disso as usurpações políticas, o abuso

de poder, a corrupção, entre outros motivos teriam contribuído para desestabilizar as bases do "velho" sistema imperial.

Concordamos também com Bravo e acreditamos que na Antiguidade Tardia os elementos integradores prevaleceram sobre os desintegradores e que estes últimos não entraram em crise mas sofreram transformações e se readaptaram para a nova realidade que o período trazia.

Entretanto mesmo entre os defensores dessa alcunha temos visões diferentes sobre o período que ela abrange. Renan Friguetto nos demonstra como diferentes especialistas percebem esse arco cronológico:

Alguns especialistas estendem-na como complementada nos primórdios do século VII, como A.H.M. Jones (1964), quando os romanos-orientais passam a denominação de bizantinos, por suas preocupações políticas, militares e culturais mais voltada ao oriente greco-mediterrâneo, diante das ameaças persa e, mais decisiva árabe. Já outros pesquisadores avançam estes limites cronológicos da Antiguidade Tardia para a primeira metade do século VIII, lançando algumas hipóteses que se relacionam tanto ao processo de expansão do islamismo pelo norte da África que culminará com a presença e anexação de boa parte da Península Ibérica por árabes e tribos berberes...(GARCIA MORENO, 1992, P.17; FRIGUETTO, 2000, p.19-21). Existe ainda um terceiro grupo de pesquisadores que sustenta, com razão, a possibilidade de ampliarmos ainda mais o espectro cronológico da Antiguidade Tardia, sempre seguindo a perspectiva duma História mais regionalizada e que nos revela uma “velocidade” de mudanças e de permanências que acabam apontando o período tardo-antigo ainda no século IX ou mesmo no século XI (NOVO GUISÁN, 1992; BOIS, 1993, PP. 543-53) (2006, p.224).

Sobre o final dessa Antiguidade Tardia nos aproximamos mais das percepções de Friguetto e cremos que esse período se encerra na Península Ibérica com a derrota final dos visigodos para os árabes e berberes no ano de 711 e em um âmbito mais geral com a coroação de Carlos Magno em Roma no natal do ano de 800, pois nesse último nós temos a coroação de um rei *bárbaro* na cidade de Roma por uma instituição romana, a *ecclesia*.

Sobre a data inicial dessa alcunha concordamos com as ideias de Frighetto expostas em seu livro " Antiguidade Tardia: Roma e as Monarquias Romano-Bárbaras numa época de Transformações (2012)" onde esse autor defende o início da mesma no século II, o qual considera como um "século de crise" contrariando a historiografia tradicional que sempre afirmara que essa seria uma "época de ouro" para os romanos. Segundo Frighetto nesse século II nós já temos a criação das bases desse período denominado Antiguidade Tardia. Um exemplo disso seria a indicação de Comodo como sucessor por seu pai Marco Aurélio, o qual rompeu com a tradição de sucessão imperial chamada de *adoptio*.

Por fim após expor todos esses conceitos e acreditando estarmos analisando um período com particularidades e rupturas, cremos que nosso trabalho aproxima-se mais da alcunha da Antiguidade Tardia situada no arco-cronológico entre o século II d.C. até o início do século VIII d.C.

Outro conceito que trataremos em nosso trabalho é o de *rex*. Através desse conceito procuraremos mostrar, que a instituição régia romana acabou influenciando a constituição da germânica. Tácito em sua obra *Germania*³ realiza uma diferenciação entre o *rex* e o *dux*. O primeiro é eleito segundo sua nobreza e o segundo nomeado a partir de sua virtude mais significativa, o valor militar. Ambas as funções aparecem associadas à guerra e à condição eletiva, ou seja, o rei é escolhido para conduzir o povo em armas enquanto o duque destaca-se dentre seu clã por seus méritos de guerreiro.

Frighetto (2007, p.241) informa que a força político-militar do clã do candidato a rei, justamente com sua valorização militar, seria de fundamental importância a hora de sua escolha para comandar o povo em armas. Com isso o rei deveria congrega todos os duques e seus respectivos clãs, sendo que essa união baseava-se em laços de lealdade feitos através de promessas juradas, que tinham como contrapartida o êxito militar e a partilha de riquezas dele oriundas. Sendo assim, a troca de benefícios entre as partes era a base essencial do poder do rei, sendo estes os elementos fundamentais para o estreitamento dos vínculos de caráter pessoal e político.

³ Tac., Ger., 7. Tomam os reis pela nobreza e os chefes pelo valor...

Entretanto, a descrição oferecida por Tácito contém uma crítica a essa forma de poder entre os germânicos, na medida em que sua realeza seria transitória e dependente da força da aristocracia germânica, a qual seria diferente, em termos teóricos e práticos, do sistema político imperial do principado romano

Porém, podemos verificar a influência deste pensamento político imperial romano sobre a realeza germânica, a partir do reinado de Teodósio (379 - 395). Relatos como o de Idácio de Chaves e Paulo Orósio fazem uma comparação entre o *princeps* romano e o *Gothorum rege*. Para estes, Teodósio era um imperador modelar e virtuoso, pois consolidou uma dinastia imperial no *consortio imperium* e na sucessão familiar hereditária.

Entretanto podemos encontrar alguns possíveis exemplos desta influência da dinastia teodosiana, sobre a consolidação da perspectiva régia e hereditária entre os povos germânicos. Exemplos disso verificamos na sucessão do rei visigodo Alarico por seu "parente" Ataúlfo e do rei suevo Rechila por seu filho Rechiario. Nesse sentido podemos analisar as sucessões Alarico-Ataúlfo e Rechila-Rechiario no âmbito da tradição de *consortio imperium*, realizado por Teodósio com seus filhos Arcádio e Honório e que pode ter sido utilizado como modelo de sucessão régia pelos visigodos e suevos.

Outro conceito que abordaremos em nossa pesquisa é o de *Império*. Compartilhamos a opinião de Norberto Guarinello (2003, p.12) sobre o mesmo, quando afirma “A despeito das profundas alterações que conheceu ao longo de sua existência, [o Império Romano] nunca chegou a se constituir no que hoje entendemos por Estado nacional”.

Sobre o termo *Império*, salientamos também os trabalhos de Renan Frighetto, que atentam para um conceito de Império tipicamente romano, forjado já na tradição helenística, porém, transformado na sociedade romana. Um *imperium* relativo ao poder de caráter militar, em época Republicana exercido temporariamente pelo Cônsul e, a partir de Otávio Augusto, um poder relacionado ao *princeps*.

Tendo como apoio estes estudos, afirmamos que utilizaremos o conceito *Império*, com letra inicial maiúscula, para designar o território sobre o qual os romanos exerciam sua hegemonia. Em consonância com Norma Musco Mendes (2006, p.40), “o

território do *Imperium*". Tal qual aparece nos documentos da época, também lançaremos mão da expressão *orbis romanorum* como sinônimo do termo Império. A expressão "império", com letra inicial minúscula, será aplicada quando nos referirmos ao termo *imperium*, o qual significa poder de caráter militar.

Por fim trazemos a discussão o conceito de *ecclesia*. Neste quesito discordamos de Gilvan Ventura da Silva (2003, p.86) o qual percebe, já nos tempos do imperador Constantino, uma Igreja fortificada, com cânones de fé estabelecidos, um Deus onipotente, santos e bispos prontos para guiar as ações imperiais⁴. Observamos, sim, debates em torno da *fides* (fé) em um deus único.

O termo *ecclesia* que aparece nas fontes do período refere-se à "comunidade": do grego *ἐκκλησία* (assembléia); do latim clássico *ecclæsia*; do latim tardio *ecclesia*. Esta última é a expressão que aparece na crônica que analisamos, quando Idácio menciona seu grupo de fiéis, aqueles com os quais compartilha a *catholicam*⁵ *fides* (fé católica), apoiada sobre o credo niceno. Por este motivo, optamos pela utilização do termo *ecclêsia* com inicial minúscula.

Sobre o termo heresia, ao nos utilizarmos do mesmo não estamos em hipótese alguma querendo imputar algum juízo de valor sobre qualquer interpretação do cristianismo, mas apenas querendo demonstrar que o mesmo era considerado irregular pelos seguidores do credo de nicéia, ou seja, o cristianismo ortodoxo.

Por fim vale salientarmos que nos utilizaremos no decorrer da pesquisa do termo *bárbaro*, mas livre de juízos de valor. Ao utilizarmos esse termo pretendemos apenas delimitar que os mesmos eram estrangeiros na visão dos romanos.

Acreditamos que nesse momento de permanências e continuidades ocorreu um fator muito importante para a continuidade do Império, que foi a assimilação desse elemento bárbaro, tanto na sociedade como no exército romano. Com isso partilhamos as posições de J.H.W.G Liebeschuetz (1999) e de Peter Heather (2006), que têm essa impressão do componente *bárbaro* e contrariamos as posições de Arther Ferril (1989) e

⁴ SILVA, Gilvan Ventura da. Reis, santos e feiticeiros..., p. 86.

⁵ Vale ressaltar que o termo *catholicam* já era empregado no período com o significado de "universal"

Ramsay MacMullen (1963), que consideram essa *barbarização*⁶ como fator de declínio e queda do Império Romano.

Após tratarmos sobre os principais conceitos-chaves adotados em nossa pesquisa, nos ateremos a elucidar a metodologia de nosso trabalho.

A crônica de Idácio foi compilada e impressa diversas vezes ao longo da história. Acreditamos que devido a essas intervenções sofridas, o documento é passível de diversos tipos de distorções ao longo da história. Além disso, toda produção escrita do homem é reflexo de seus pensamentos e de suas atitudes perante o contexto político, religioso, cultural e histórico do qual ele se encontra. Por mais que o autor pretenda descrever com maior veracidade possível os fatos que ele vivenciou, ele sempre acaba passando um pouco de seus valores para sua escrita. Por esses motivos utilizaremos de uma análise crítica detalhada, levando em consideração às críticas externas e internas a serem feitas.

Para tentarmos sanar estas possíveis distorções nos utilizaremos de diversas versões impressas da obra de Idácio a título de comparação do texto escrito. As versões utilizadas serão a *Chronica Minora Mommsen II* (1894) em latim, a de Marcelo Macias (1906) em castelhano, a *Crônica de Tranoy* (1974) em francês e latim, a de José Cardoso (1982) em português, a de César Candela Colodrón (2003) em galego, além de uma versão em nossa opinião mais completa, a de Júlio Campos (1984) em castelhano e latim.

Além de utilizarmos essas diferentes versões das crônicas idacianas, nos utilizaremos da bibliografia disponível sobre o tema, realizando sempre uma análise que levará em conta o texto e o contexto do assunto tratado.

Por fim cabe salientarmos que as traduções para o português realizadas nessa pesquisa, seja das fontes ou dos textos bibliográficos, são de nossa autoria.

⁶ Utilizamos o termo *barbarização* também isento de juízos de valor

Estrutura dos Capítulos

Em nosso primeiro capítulo discorreremos sobre nossa fonte principal e também a respeito de seu autor. Em um primeiro momento procuraremos dissertar sobre quem foi Idácio de Chaves e sobre sua importância político- religiosa na *Gallaecia* do século V. Depois disso nos aprofundaremos em sua crônica e mostraremos a importância da mesma como uma fonte para o estudo do período, principalmente da Península Ibérica. Por fim vamos dissertar um pouco sobre a tradição cronística na Antiguidade Tardia e mostraremos como começou essa tradição e como cada obra em si tinha um objetivo diferente dependendo de seu autor.

No capítulo seguinte pretendemos demonstrar como as concepções de governo e a imagem do *bárbaro* foram ao longo da Antiguidade Clássica e da Antiguidade Tardia sendo modificadas. Para realizar nossa proposição nos utilizaremos das obras "Da república" de Cícero, "Germania" de Tácito, "Res Gestae" de Amiano Marcelino, "Historia Adversus Paganos" de Paulo Orósio, "Cidade de Deus" de Agostinho de Hipona e da "Crônica" de Próspero de Aquitania.

Ainda nesse capítulo pretendemos discorrer sobre a tentativa de reconhecimento da autoridade no âmbito político-religioso da interpretação cristã de Prisciliano de Avila. Para nós essa tentativa de legitimação e reconhecimento de autoridade é um exemplo de como política e religião não se separam na Antiguidade Tardia.

Enfim encerraremos este capítulo dissertando sobre a entrada de alanos, vândalos e suevos na Península Ibérica. Em nossa visão essa aparente "invasão" foi decorrida dos desdobramentos do processo de legitimação do poder imperial do usurpador Constantino III e devido principalmente às ações de seu comandante militar Gerônimo e a legitimação de outro usurpador, Máximo.

Por fim em nosso último capítulo nós trataremos sobre o processo de reconhecimento da autoridade sueva perante a administração imperial romana. Nesse capítulo nós procuraremos demonstrar como os suevos, assim como os godos, se utilizaram de instituições romanas como forma de conseguirem essa legitimação de seu

poder perante a corte de Ravena. Além disso pretendemos discorrer sobre a possibilidade de ter existido um reino dos suevos durante o período de nosso estudo.

CAPÍTULO I

Idácio sevidor de Nosso Senhor Jesus Cristo, saúda a todos os fiéis
em Nosso Senhor Jesus Cristo e a todos os que
o servem de verdade.

Idácio de Chaves - Prefácio da crônica

CAPÍTULO I: IDÁCIO DE CHAVES: PRODUÇÃO INTELECTUAL E CONTEXTO POLÍTICO-RELIGIOSO

1.1 Considerações iniciais

No presente capítulo temos por intenção principal discorrer acerca da fonte principal de nossa pesquisa e de seu autor, Idácio de Chaves, este último detinha um cargo político-religioso na região e no período de nosso estudo, a *Gallaecia* do século V.

Inicialmente pretendemos discorrer biograficamente sobre Idácio, diferenciando-o de alguns personagens homônimos de seu período de atuação e também problematizando alguns aspectos de sua vida, como sua improvável atuação como monge ou sua possível ascensão ao episcopado.

Em um segundo momento vamos discorrer sobre sua atuação político-religiosa na *Gallaecia* do século V. Nesse ponto queremos mostrar que sua atuação não se limitava apenas ao campo religioso, mas se ampliava para diversas outras áreas nesse mundo tardo-antigo, como a política.

Após tecermos as informações sobre Idácio temos o intuito de nos aprofundarmos em uma discussão sobre sua produção bibliográfica. Pretendemos nesse tópico analisar em diversos aspectos sua crônica, informando sobre os manuscritos e edições da mesma, além de sua datação, estilo de escrita e sobre sua importância para o estudo da *Diocesis Hispaniarum* durante a quinta centúria.

Por fim pretendemos discorrer sobre a importância político-religiosa das crônicas na Antiguidade Tardia e realizar uma diferenciação entre a obra de Idácio e outras que a precederam, como as crônicas de Eusébio, Jerônimo e Próspero de Aquitânia.

1.2 Notícias biográficas acerca de Idácio de Chaves

Primeiramente precisamos distinguir o cronista Idácio (em latim: Hydatius) de Chaves de outros quatro homônimos do século IV. São eles Hidácio, o bispo de Mérida e Itácio, o bispo de Osónoba. Os dois bispos foram os acusadores do bispo Prisciliano⁷ perante o usurpador Máximo, em Treveris. Os dois ainda organizaram o I Concílio de Zaragoza, em 380 d.C., o qual condenou a interpretação priscilianista como heresia. Segundo César Candelas Colodrón (2003, p. 22) afirma que ainda temos mais dois Hidácios no período, um deles que era originário da África latina e outro da Gália.

Entretanto no estudo⁸ realizado por J.R. Martindale (1980, p. 574- 575) temos apenas a menção a Idácio de Chaves que aparece com a variação de seu nome em latim *Hydatius*. No volume anterior deste estudo que abrange de 260 até 395, não temos menção a qualquer outro Idácio ou Itácio, porém encontramos estes dois personagens em fontes do período como obra *De Viris Illustribus*⁹ de Jerônimo de Stridron, e a crônica de Sulpício Severo¹⁰.

Segundo Colodrón (2003, p. 22) há historiadores que tentam estabelecer um laço de parentesco entre Hidácio de Mérida e Idácio de Chaves, devido principalmente a semelhança de nomes e da natureza antipriscilianista de ambos. Esta hipótese é para este mera suposição, pois a coincidência de nomes poderia ser pela difusão do nome do primeiro, devido ao seu papel na luta contra o priscilianismo ou seria apenas alguma alcunha baseada em características político-sociais ou culturais de Idácio.

Em nossa visão devido à ausência de fontes para dar-nos respostas concretas dificilmente saberemos o porquê do nome de Idácio e consequentemente qualquer discussão acerca do motivo de seu nome ou qualquer relação com Hidácio de Mérida

⁷ Prisciliano foi um leigo elevado à condição de bispo, que fundou uma vertente do cristianismo denominada priscilianismo. Esta vertente foi considerada herética pelo cristianismo ortodoxo, sendo o seu líder condenado à morte e seus seguidores perseguidos pelos membros da ortodoxia.

⁸ The Prosopography of the Later Roman Empire: Volume 2, AD 395-527.

⁹ CXXI; 948; Priscillianus . Abilae episcopus, qui factiones Hidatii et Ithacii Treveris a Maximo tyranno caesus est, edidit multa opuscula, de quibus ad nos aliqua perverunt.

¹⁰ S. Severi, Chr II; 50;1 (...) foram também acusadores, os bispos Hidcio e Itacio (...)

beirá o campo da especulação. Em nossa pesquisa chamaremos o autor de nossa fonte principal de Idácio de Chaves pois é dessa forma que o mesmo é utilizado na língua portuguesa, sendo Idácio o nome do autor de nossa fonte e Chaves a região atual correspondente a de sua influência político-religiosa, *Aquae Flaviae*.¹¹

Diferenciados os personagens vamos agora discorrer sobre a trajetória biográfica de Idácio de Chaves. Colodrón, nos informa que Idácio de Chaves pertencia a uma família cristã vinculada à administração imperial. Esta informação fica clara em sua obra, que nos mostra que o mesmo era de uma origem nobre, vinculada aos grupos de poder, entre eles o grupo político de Teodósio. Esta última adesão é vista com o tratamento positivo que este grupo tem no decorrer da crônica (Colodrón, 2003, p.24). Idácio nos fornece algumas dessas informações no prefácio de sua crônica:

...nomeado bispo mais pela graça divina que por mérito próprio para tão alto ofício, como situado na região mais extrema do mundo, assim também no extremo de sua vida, muito pouco instuído nos estudos seculares, e muito menos ensinado no saudável manejo da Sagrada Escritura, dos santos e sábios Pais, seguiu o exemplo apresentado por estes em sua obra precedente, conforme a capacidade de seus próprios conhecimentos e de sua própria expressão (*Idácio; cron. prefatio; 1*).

Podemos ver que no trecho acima Idácio afirma ter se tornado bispo reconhecendo ser esse um grande ofício. Entretanto sua afirmação de não merecer tal cargo é em nossa visão pura retórica textual, provavelmente a família de Idácio dispunha de muita influência na *Gallaecia* para o mesmo ter alçado o episcopado.

O percurso da vida de Idácio de Chaves é pouco conhecido, sendo que a maior parte de informações sobre sua trajetória particular provém de sua crônica. Ele declara no prefácio de sua obra, que nasceu na cidade de *Lemica* (atual Ginzo de Limia), na província da *Gallaecia*: "Por sua parte, Idácio, da província da *Gallaecia*, nascido na cidade de Lêmica... (*Idácio; cron. prefatio; 1*)".

¹¹ Idácio de Chaves as vezes aparece também nas fontes como Idácio de Lêmica, pois esta fora sua cidade Natal, entretanto provavelmente fora apenas em *Aquae Flaviae* (atual Chaves) onde o mesmo assumiu seu cargo político-religioso.

Sobre seu nascimento podemos apenas deduzi-lo quando, o mesmo relata que esteve muito jovem no oriente, em 407 d.C. Nessa passagem ele usa o termo *infantulus et pupillus*, o qual, para Júlio Campos (1984), era utilizado para jovens entre os doze e quatorze anos de idade, o que nos faz supor que nasceu entre 393 a 395 d.C. Colodrón (2003, p.20) afirma, que pelo que se tem recolhido até agora, a data de nascimento de Idácio pode ser fixada entre os anos de 388 e 400, dependendo de como interpretamos a expressão *infantulus*, que para o mesmo poderia ser usada para jovens dos 7 aos 14 anos. Idácio nos fornece essa informação ao falar de Jerônimo em seu prefácio: "E estou bem seguro que o vi, sendo eu todavia muito *infatulus*, na mencionada região, durante certo tempo de minha própria viagem (*Idácio; cron. prefatio; 3*)".

Em sua viagem ao Oriente, Idácio conheceu personagens como João, bispo de Jerusalém, Eulógio de Cesaréia, Teófilo de Antioquia e Jerônimo de Stridon. Volta do Oriente para a *Gallecia* por volta de 412 d.C.

Sobre os motivos da viagem, Colodrón (2003, p. 31-32) não crê que ela foi de finalidade formativa. Segundo o mesmo, Idácio, poderia formar parte de uma comitiva imperial enviada a Constantinopla, sendo que sua formação religiosa teria caráter secundário. Esta viagem ao oriente ocorreu por volta de 407 e teria se estendido no máximo até 410. Concomitante com a mesma ocorre a usurpação de Constantino III em 407, a invasão da *Diocesis Hispaniarum* por alanos, vândalos e suevos em 409, o saque de Roma em 410, além do endurecimento da *ecclesia* nicena contra a interpretação priscilianista a partir de 407.

Com isso, a comitiva de Idácio pode ter sido feita para se buscar auxílio no Oriente, para a situação de perigo iminente em sua região ou talvez para buscar apoio que fortalecesse a facção ortodoxa da *Gallaecia*. Lopez Pereira (1982, p.101) nos informa que a expansão do priscilianismo na *Gallaecia* forçaria os ortodoxos desta a viajar para fora, especialmente para o Oriente, em busca de uma formação nicena, pois em sua terra ocorreria a criação de uma "escola priscilianista", a qual acabaria dificultando o desenvolvimento das demais interpretações do evangelho. Segundo Colodrón (2003, p.33) este último fator teria obrigado a Orósio, Baquiario, os Avitos, e talvez Egeria a buscar sua formação fora de sua terra.

Entretanto temos uma outra opinião sobre essa viagem de Idácio ao Oriente. As fontes do Período, como por exemplo *De Viris Illustribus* de Jerônimo, não nos trazem nenhuma informação sobre uma possível embaixada da Hispania no Oriente, por isso acreditamos que a formação ortodoxa foi o principal motivo da viagem de Idácio ao Oriente, que teria sido financiada por sua família que pertencia a uma aristocracia da região da *Gallaecia*. Essa viagem para uma formação ortodoxa poderia ter tido em um dos seus motivos o exemplo de Egeria, que realizou uma peregrinação muito parecida com a de Idácio.

A frase "Idatii ad Deum conversio peccatoris" contida na crônica faz Marcelo Macias (1906, p.7) afirmar, que por volta dos vinte dois anos de idade Idácio entrou para a vida religiosa, tornando-se monge. Colodrón (2003, p.35) contesta isso dizendo, que tal frase não aparece no manuscrito conhecido como a cópia mais fiável da crônica, o Códice B, aparecendo apenas em um epítome chamado de H, que se desenvolveu de forma paralela ao primeiro e que hoje está desaparecido. Burges (1993, p. 11-23) assegura que a frase não é original de Idácio, pois não corresponde com sua forma de escrever e também não seria do epitomista do manuscrito H da crônica, pois a mesma seria uma interpolação e nela não se utiliza este tipo de escritura.

Colodrón (2003, p 36) crê que não teria sentido de inventar-se uma nota assim, por isso o argumento mais singelo é que quem escreveu a data tivesse essa informação. Poderia ser uma anotação a margem de alguém com acesso à informação sobre Idácio ou que o tenha conhecido diretamente. Essa anotação passaria ao corpo do manuscrito na cópia que deu origem a epítome H.

Entretanto mesmo que essa informação fosse verdadeira Colodrón (2003, p. 37) não crê que Idácio tenha levado uma vida ascética. Para o mesmo, Idácio entrou na vida religiosa por volta dos vinte e cinco anos, mas não como monge, pois este nunca se afastou da vida política e pelo que sabemos de sua vida e entendemos em seus estudos que ele nunca concordou com essa ideia de ascetismo. Nascido em uma família de aristocratas e educado como tal, Idácio usará seus cargos eclesiásticos públicos como uma extensão de seu poder privado, atuando em defesa de seus interesses e de sua comunidade. Este tipo de atuação distancia Idácio de qualquer especulação de que tenha levado uma vida ascética.

Concordamos com as afirmações de Colodrón e acreditamos que Idácio não tenha sido monge, pois como dissemos anteriormente o mesmo desempenhou durante sua vida um papel de líder político-religioso e este tipo de função traria dificuldades para um personagem que teria sido educado para levar uma vida ascética como de um monge.

Júlio Campos (1984, p.7) afirma que Idácio segue carreira religiosa e atinge o episcopado no ano de 427 d.C. Mas como indaga, não se sabe qual cidade o bispo assumiu nessa data, apenas aparecendo o nome da cidade de *Aquae Flaviae* muito tempo depois, ao relatar ter sido vítima de um sequestro, e ter voltado à sede de seu episcopado nesta cidade após ser solto.

A omissão do nome da sede episcopal assumida por Idácio nos leva a um debate historiográfico, que discute a possibilidade dele ter assumido primeiramente como bispo de uma cidade menor e depois ter mudado para *Aquae Flaviae* (Mole, 1974, p.286) até a contestação de sua nomeação como bispo.

Rodríguez Colmenero (1977, p.231) crê que *Aqua Flaviae* não era um lugar adequado para uma sede episcopal e que sua comunidade cristã poderia ser comandada perfeitamente por um presbítero, como ocorria no Norte da África. P. David (1947, p.19-44) diz que também acha difícil ter havido uma sede episcopal em *Aquae Flaviae*, principalmente porque a cidade não aparece no *Parrochiale*¹² suevo como sendo uma.

Colodrón (2003, p.38-39) rebate esses argumentos, primeiramente dizendo que mudanças de sedes episcopais eram difíceis naquela época, além disso normalmente os bispos exerciam seu poder na região em que eram originários. Nessa ordem de coisas as sedes episcopais eram naquele período, sobretudo as pequenas, ocupadas por membros destacados de sua comunidade, pessoas que sobressaíam por sua riqueza, influência e capacidade política, até que não era raro, sobretudo em sedes de segunda, que o episcopado fosse um assunto de família. Segundo Bajo Álvarez (1981, p.206) esta prática era tão comum na Hispania, que em 465 Roma interferiu na mesma para por fim a esta prática.

¹² O *Parochiale Sueuorum* é um importante documento da segunda metade do século VI, onde se reflete a organização administrativa e mormente eclesiástica do reino suevo da *Gallaecia*, contendo uma relação de 134 *paróquias*, agrupadas em treze dioceses.

Em segundo lugar Colodrón afirma, que se retrocedermos um pouco no tempo, podemos ver que *Aquae Flaviae* não era uma cidade pequena e sem importância política, como afirmam alguns autores, mas sim um centro de uma importante região, que se desenvolveu durante todo o tempo que durou a presença de Roma e uma cidade digna de acolher uma sede episcopal.

Segundo o mesmo, *Aquae Flaviae* era um centro mineirador com a presença de militares e altos funcionários. A região era a capital de um grupo de dez cidades, sendo que destas, seis eram contínuas. A organização interna potenciaria a unidade desta região e lhe daria um alto grau de autonomia frente à capital da província que era Braga. O estabelecimento de uma sede episcopal que seria ocupada por um membro de uma família destacada no âmbito regional deveria ser algo perfeitamente normal. Inclusive Idácio qualifica esta região como "conventus".

Renan Frighetto (1997, p.36-37) nos informa, que no século V d.C *Aquae Flaviae* estava situada em uma área de ausência efetiva de poderes político-institucionais fortes, ou *bárbaros* ou imperiais. Diante desse quadro, a única instituição que poderia substituir estes poderes, naquele âmbito regional, seria o poder episcopal. Segundo o mesmo, essa seria a conotação que procurava legar-nos Idácio ao definir *Aquae Flaviae* como *ecclesia*, situando-a como núcleo do seu poder episcopal, político, social e moral naquela região.

Tranoy (1974, p.40) nos ressalta a importância de *Aquae Flaviae* ao afirmar que as sedes episcopais mais importantes da *Gallaecia* foram Braga, Astorga, Lugo e Chaves.

Por fim Colodrón afirma que a escrita do *Parrochiale* suevo aconteceu mais de cem anos após o episcopado de Idácio e diz que a situação da região poderia ter mudado, o suficiente para que algumas sedes episcopais aparecessem e outras desaparecessem. Segundo o autor, *Aquae Flaviae*, era centro de uma importante região que contou com a presença de Roma, além de ser um grande pilar do cristianismo ortodoxo na *Gallaecia*. A cidade teria tanta importância, que a própria captura de Idácio e posterior saque dela, mostrariam um interesse dos suevos para acabar com um núcleo de poder da *ecclesia*, que dificultava a expansão de sua população pelas terras galaicas.

Através dos argumentos de Colodrón podemos entender também porque Idácio não deixou nenhum sucessor em sua sede episcopal após sua morte, pois além da região estar isolada, devido aos constantes enfrentamentos *bárbaros*, a própria *ecclesia* teria intervindo na região, para dar um fim às práticas familiares dentro das sedes episcopais menores.

Além desses argumentos temos também uma carta redigida, segundo Diaz Martines (2011, p. 208) um pouco antes de 455, por Toríbio de Astorga à *Idacio e Ceperio episcopis*, onde o primeiro lamenta que ao retornar à província hispânica após sua longa *peregrinatio* encontra a mesma tomada por práticas religiosas que considera errôneas. Entretanto para essa questão que estamos debatendo a parte mais importante dessa carta são seus destinatários o qual são chamados de bispos por Toríbio.

Outro documento que faz referência a Idácio de Chaves é a crônica hispano-visigoda de Máximo de Zaragoza redigida entre os anos de 603 e 610. Nesse documento o autor lista os bispos que, segundo o mesmo, teriam participado de uma reunião. De acordo com Máximo:

No ópido galaico de Aqua Celenas, na Hispania, reuniram-se os bispos, pela ordem de importancia Toríbio de Astorga, Idácio de Lemica, Ascanio de Tarragona, Campeio de Toledo, Epifânio de Sevilha, Valconio de Braga, Nundinario de Barcelona e Silvano de Calahorra, contra os erros por Prisciliano (*Max.Caes.,Chron., a.448*)

Podemos notar que nesse documento o nome de Idácio aparece como sendo de Lêmica, muito provavelmente apenas uma alusão a cidade onde o mesmo declara ter nascido. Como equivalência a essa passagem da crônica de Máximo, além da carta anteriormente mencionada, temos uma passagem na própria crônica de Idácio, onde o mesmo menciona o bispo Toríbio de Astorga e a defesa da fé católica contra os priscilianistas no ano de 447:

Está a frente da igreja de Roma Leão, bispo XLIII: Os escritos deste contra os Priscilianistas são trazidos aos bispos da *Hispania* por Pervinco, diácono do bispo Toribio. Entre os ditos escritos se envia ao bispo Toríbio um tratado completo sobre a defesa da fé *católica*, e das

blasfêmias dos hereges, que são aceitas por alguns da Galícia com intenção artificiosa. (*Idácio; cron. a.447-XXIII [635]*).

Com isso temos dois documentos, além da própria crônica de Idácio, que trata nosso autor como um bispo, o que nos mostra que este título era reconhecido pelo menos por um autor de seu tempo e outro de um período posterior.

Feita essa discussão podemos afirmar que Idácio exerceu sim a carreira episcopal, entretanto não podemos afirmar qual era sua sede bispal, pois não há essa informação em sua crônica ou em qualquer outro documento do período. Por isso preferimos aferir no decorrer deste trabalho que Idácio tinha um grande cargo-político religioso ou invés de apenas afirmar que ele era um bispo de sede desconhecida.

Através dessa posição, que na época era tanto política quanto religiosa, Idácio fez o possível para proteger os interesses da ortodoxia nicena na Península Ibérica, divulgando sua doutrina oficial, o cristianismo ortodoxo, e tentando extirpar outras interpretações do evangelho consideradas *heréticas* e que tinham muita representatividade na região, como o arianismo e o priscilianismo. Como nos mostra Campos “Idácio, que vigia com zelo a fé ortodoxa de seu povo, está atento aos resíduos e brotes do Priscilianismo...” (CAMPOS, 1984, p. 11)

Outra função que exerceu foi a de embaixador de sua região perante o Império Romano, fato que relata em sua crônica, quando diz que em 431 d.C. foi até uma embaixada se encontrar com o general Aécio, para negociar reforços militares para a *Gallaecia*, que estava sofrendo constantes ataques do povo suevo. Como Aécio não pode ajudar, coube a Idácio e outros bispos negociarem as pazes com o povo invasor. Idácio também relata esse acontecimento em sua crônica:

Aécio, general chefe de ambos os corpos de exército, submete os Noros, que se sublevam. De novo os Suevos perturbam a paz estabelecida com os Galaicos, quando se lhes oferece a ocasião. devido a devastação destes, Idácio o bispo faz cargo da embaixada a Aécio, que na ocasião levava a cabo uma expedição nas Gálias (*Idácio; cron. a.431 - VII[454]*).

Sobre as relações diplomáticas na Antiguidade Tardia concordamos com a análise de Bruno Miranda Zétola (2010, p.28) quando este afirma que nesse período não havia nem Estado e nem burocracia, nos sentidos atuais desses termos, mas havia relações de identidade e alteridade entre unidades políticas soberanas que permitiam e fomentavam a existência de relações diplomáticas entre elas.

Ainda segundo Zétola as relações diplomáticas são motivadas por objetivos, que estão relacionados sempre a questão do poder, seja do soberano, seja de sua unidade política. Esses objetivos compõem as diretrizes da política externa de um reino ou estado. Desse modo a diplomacia constituirá, ao lado da guerra, um dos meios que um soberano possui para alcançar seus objetivos de política externa. A política externa pode ser caracterizada dessa forma como a razão porque uma diplomacia se move e o sentido que ela deve seguir.

Segundo Pidal (1963, p. IX), após a morte de Agostinho é que Idácio inicia sua vida pública. Com esperança de que Ravena pudesse auxiliar os galaico-romanos em seus conflitos com os suevos, Idácio vai a Gália em 431 para solicitar junto ao *magister militum* Aécio recursos para esse problema. Mas Aécio não podendo fazer nada além de utilizar alguns *bárbaros* contra outros não pode ajudar efetivamente a Idácio que teve de negociar por sua conta a paz entre suevos e galegos.

Colodrón (2003, p 53-54) afirma que esta embaixada é um exemplo claro do carisma e poder que Idácio teve em seu tempo. Segundo o mesmo, não se sabe quem o elegeu como delegado, nem onde e nem porque, senão por sua posição político-religiosa a qual o fazia um candidato natural a este trabalho.

Ainda segundo o mesmo, a paz conseguida em 433, entre galaicos e suevos, foi "sub interventu episcopali", ou seja, com a intervenção de vários bispos. Se Idácio encarregou-se da delegação pode ter conseguido a paz por si mesmo.

Segundo Tranoy (1974, p. 15-16) Idácio participa de embaixadas com o imperador, visigodos, suevos, vândalos e galaicos principalmente. Estas embaixadas estão em seu texto e iniciam-se no parágrafo 100 e continuam até o final da Crônica, totalizando vinte e oito parágrafos consagrados a este aspecto.

Zétola (2012, p.34) nos menciona também que existe um grande registro de relações diplomáticas na obra de Idácio e que isso ocorre principalmente devido ao próprio autor ter sido encarregado da função de emissário, o que pode lhe ter dado a relevância desse mecanismo de comunicação política, para o desenvolvimento e processos históricos.

Frighetto (1997, p.38) nos relata essa informação ao afirmar que Idácio alcançou tamanha importância sócio-política e se tornou um dos mais destacados interlocutores do diálogo político existente entre os suevos.

Concordamos com as apreciações de Campos, Pidal, Colodrón, Tranoy, Zetóla e Frighetto e destacamos que Idácio de Chaves foi uma das maiores figuras político-religiosas da *Gallaecia* no decorrer do século V e sempre que possível defendeu os interesses das aristocracias galaico-romanas e da *ecclesia* perante o poder imperial e as autoridades régias suevas.

Entretanto sua importância político-religiosa e sua intensa oposição aos interesses suevos acabaram por trazer-lhe problemas. Segundo o mesmo em 26 de julho de 460 d.C. ele teria sido preso pelo chefe dos suevos, Frumário, por delação de Dictínio, Espinión e Ascâmio, os quais eram *hereges*¹³ priscilianos e arianos. Após de três meses de cativeiro ele seria liberado, contra a vontade dos delatores, e voltou para sua igreja em *Aquae Flaviae*:

Parte do exército dos godos, dirigido pelos condes Sunierico e Nepociano à Galícia, depreda aos suevos que habitam Lugo, a qual descoberta pelos delatores Dictínio, Spinión e Ascanio, que vão espalhando-se para difundir o terror e o veneno de sua própria deslealdade, se fazem sujos. E pouco depois, induzido pelos mesmos delatores já referidos, Frumário com uma tropa de suevos que tinha, depois de aprisionar o bispo Idácio em 26 de julho na igreja de *Aquae Flaviae* assola com imensa ruínas o mesmo distrito (*Idácio; cron. a.460-III. [1018]*)

O já referido Idácio, depois de três meses de cativeiro, no mês de novembro pelo favor e misericórdia de Deus, contra o desejo e

¹³ Utilizamos o termo herege sem conotações pejorativas, apenas para indicar que o mesmo era um juízo de valor do cristianismo ortodoxo.

disposição dos mencionados delatores volta à cidade de *Flaviae* (*Idácio; cron. a.460-III. [1041]*).

A sua morte também não tem uma data precisa. Sua crônica termina no ano de 469, o que nos prova que foi após esta data e segundo Isidoro de Sevilha, antes de 474, pois menciona o fato de que Idácio tenha morrido durante o reinado do imperador Leão do oriente, que reinou entre 457 e 474. Sigeberto de Gelembloix acredita que foi no ano de 490, mas é mais provável que Isidoro esteja certo, pois o mesmo viveu em uma época mais próxima de Idácio, no século VII, do que Sigeberto, o qual viveu durante o século XI.

Apesar das dúvidas Idácio teria morrido em idade bem avançada, com mais de oitenta anos, ocupando um grande cargo político-religioso por mais de quarenta anos e nos deixando de legado sua crônica, que além de nos fornecer preciosas informações acerca da relação entre hispano-romanos e bárbaros no século V, é também uma preciosa documentação sobre o discurso político-religioso dos bispos do período.

1.3 Importância Político-religiosa de Idácio

Acreditamos que no período que estudamos, a Antiguidade Tardia, os aspectos políticos e religiosos não podem ser estudados separadamente. cremos que Idácio de Chaves estava inserido em um contexto político-religioso, que teria influenciado na escrita de sua crônica.

Renan Frighetto (2010) nos afirma que religião e política caminhavam a par e passo na Antiguidade Tardia, sendo aspectos que deviam ser complementares um ao outro e jamais como subalternos a eles mesmos. Ainda segundo Frighetto:

Com a lenta e paulatina desestruturação da autoridade imperial romana ocidental e a redução da importância do edifício burocrático a ela vinculado, a figura episcopal surgia como verdadeira alternativa de interlocução entre os diversos grupos sociais e políticos sociais

existentes no interior da *civitas* tardo-antiga e, também, dela para outros ambientes políticos.(2010, p. 177)

Averil Cameron ao analisar a produção dos discursos cristãos na Antiguidade, afirma que a história do desenvolvimento deles constituiria parte da história política do período. A construção do novo mundo pretendido pela *Igreja*¹⁴ buscava edificar a nova realidade através dos textos. (CAMERON, 1991, p. 146).

Ainda segundo Cameron (1991, p. 122) a capacidade de acomodação a algo já existente e a constante reivindicação de uma história do passado bíblico, tiveram efeito de exercer grande poder de penetração sobre o público. Como um dos elementos de justaposição, aquela historiadora nos afirma que a retórica clássica, antes identificada como uma mera arte persuasiva e de bem falar, já apresentava na Antiguidade Tardia, a incorporação de elementos de compromisso moral. Em consequência disso, pregadores cristãos passaram a dispor de uma ferramenta útil, para expressar o que consideravam ser a inabalável verdade dos atos redentores de Cristo, insistindo aos ouvintes, que se sujeitassem a essas verdades.

O discurso cristão, dentro da conjuntura do Império romano do século IV d.C., obteve uma forma complexa e poderosa. Esse discurso revestia-se de maneira notavelmente secularizada, em concordância com o aumento expressivo que a ortodoxia alcançava na sociedade. A luta que caracterizou o cristianismo ao longo da história é uma comprovação suficiente da importância crucial do texto no seu crescimento histórico rumo à aquisição de poder (CAMERON, 1991, p. 23).

Segundo J. H. G. W. Liebeschuetz (1990, p.3) o cargo de bispo transformava o religioso em um político de grande influência, graças principalmente a relação direta que este tinha com a população, privilégio antes apenas desfrutado pelo imperador. Portanto através de seus discursos, os bispos podiam expor suas visões e defender suas concepções a um número grande de indivíduos.

¹⁴ Conceito utilizado pela autora.

Para Arnaldo Momigliano (1989, p.25) enquanto a organização do Império se fazia cada vez mais rígida, inimaginativa e insatisfatória, a *Igreja*¹⁵ era móvel, ágil e oferecia espaço para aqueles que o *Estado*¹⁶ era incapaz de absorver. Os bispos eram os centros das grandes organizações voluntárias. Fundavam e controlavam instituições de caridade, defendiam seus seguidores contra os funcionários do *Estado*. Os melhores trabalhavam para a *Igreja* e não para o *Estado*. O monacato proporcionava a prova mais chamativa das capacidades da Igreja no século IV.

Segundo nos alerta Watts (2010, p. 169-170), as formas de um bispo estreitar os laços com seu rebanho, não estavam relacionadas apenas à patronagem que ele poderia oferecer, mas, também, à habilidade para convencê-lo das suas qualidades como um pai espiritual e o porta-voz do Espírito Santo.

Ramón Teja (1999, p. 75) nos informa que o mundo grego-romano criou numerosas figuras, que formam uma enorme riqueza na Antiguidade Tardia. Podemos destacar o político, o jurista, o filósofo, o *rétor*, etc, são um produto da antiguidade clássica. O bispo não é identificável ou assimilável com nenhuma destas, mas tem um pouco de cada uma. Ele é uma espécie de poliedro, pois pode aparecer como um sacerdote, um político, um *rétor*, um jurista, um juiz, mas no final de tudo ele é uma conjunção de todas essas funções. Devido a todas estas características, pensamos que o bispo é a figura mais original nesta etapa e sua função é a que melhor caracteriza o mundo antigo.

Leila Rodrigues da Silva (2002, p. 70-71) asserta que com a liberação do exercício de funções públicas, dedicado as obrigações eclesiásticas e respaldado para atuar como juiz das causas nas quais o clero estivesse envolvido, o bispo assumiu, na segunda metade do século IV, o título de *defensor civitates*, o que tornou inegavelmente a *civitates* o centro do seu poder.

Segundo Pablo Fuentes Hijono (2006, p.266) durante o século V o cargo episcopal alcançou a consideração de *dignitas*, revestindo-se de todos os elementos que

¹⁵ Conceito utilizado pelo autor.

¹⁶ Conceito adotado por Momigliano, a reprodução do mesmo tem apenas o objetivo da descrição do pensamento sobre o episcopado desse e não a concordância com a utilização do termo Estado para o período romano. Em nossa visão o Império Romano nunca se constituiu como um Estado Nacional moderno.

distinguiam as classes de categoria superior da sociedade romana. Suas insignias, o palio, a estola e a dalmática, tomaram como referente a vestimenta dos altos funcionários civis. A cátedra, desde a que regia o povo cristão, se inspirou no assento distintivo dos mestres de escola e professores, convertendo-se em um símbolo da autoridade de seu magistério e remetendo ao trono de Deus, tal e como se descreve nas visões apocalípticas de João...O trato honorífico que dispensavam imperadores e reis bárbaros ao clero, unido ao progressivo incremento do pratimônio e da autoridade espiritual da *ecclesia*, fez do episcopado uma dignidade apetecível para a aristocracia romana.

Para Sussana Fioretti (2002, p. 230) a condição sacerdotal representou para estes homens um elemento novo que lhes proporcionou uma liberdade de ação, de palavra e um prestígio que reforçou sua capacidade de liderança a qual por sua origem social e formação estavam chamados a exercer.

Helena Amália Papa (2009, p. 26) nos afirma que por meio dos discursos desse grupo, denominado episcopado, podemos perceber como as representações de suas ações se manifestaram na sociedade em que viveram. Essas ações não podem ser vistas somente através do prisma político, religioso, administrativo, econômico e/ou social, separadamente. Elas representam verdadeiras miscelâneas de interesses e pretensões.

Colodrón (2002, p.290) nos informa que por ter nascido e ter sido educado em uma família de aristocratas, Idácio tratou seus cargos públicos como uma extensão de seu poder privado, atuando principalmente em defesa de seus interesses e de sua comunidade.

Concordamos com as afirmações de Frighetto, Cameron, Liebeschuetz, Momigliano, Watts, Teja, Silva, Hijono, Fioretti, Papa e Colodrón e em nossa visão Idácio escreveu sua crônica motivado também por interesses políticos e não apenas para relatar os acontecimentos de sua época. Acreditamos também que ao escrever sua crônica Idácio utiliza-se de sua *Paidéia*, que entendemos por ser uma educação obtida por cidadãos da elite romana, a fim de se prepararem para ocupar altos cargos político-administrativos na esfera governamental e religiosa. Margarida Maria de Carvalho nos dá uma definição do termo:

Paideia é um conjunto de ações pedagógicas, políticas, filosóficas e religiosas (consideradas por nós como um conjunto político-cultural) que aprimora o discursivo persuasivo (retórico, ou arte da persuasão) daqueles que necessitam demonstrar e impor seu poder (CARVALHO, 2002, p.20-21).

Independentemente de ter sido um bispo ou apenas um presbítero, como discutem alguns autores, sabemos que Idácio possuía um grande cargo político-religioso em *Aquae Flaviae* e segundo nossa visão o mesmo teria se utilizado amplamente dessa posição para defender os interesses hispano-romanos e nicenos. Segundo Diego Piay Augusto o papel do bispo era maior na *Galaecia* do século V d.C, pois a região teve muitas dificuldades devidas aos constantes conflitos com os povos *bárbaros*. Nessa região os bispos encabeçavam a organização eclesiástica local, a qual substituíam a administração romana: “No século V d.C. os bispos galegos, sejam priscilianistas ou fiéis as doutrinas oficiais, parecem ser a única instituição firme” (AUGUSTO, 2006, p. 619).

Colodrón (2003, p.53) afirma que a figura de Idácio aparece na crônica como um exemplo de padroado episcopal. Segundo o mesmo, a unidade entre *plebs* e Idácio foi fundamental para manter fora do território de *Aquae Flaviae*, tanto os *bárbaros* como os bandos de baugadas. A longa permanência deste na sede episcopal mostra claramente a comunhão de Idácio com a *plebs* de *Aquae Flaviae* e seu território. Maria Vitória Escribano (1997, p. 301) afirma que Idácio é um exemplo de paradigma de bispo convertido em chefe da comunidade, que governa e representa perante os suevos e romanos.

Colodrón (2003, p.56) ainda ressalta, que sendo bispo, rector, *patrón* e *defensor civitates* Idácio representa em *Aquae Flaviae* o papel de líder identificado com a comunidade que rege e protege. O mesmo recebe o apoio necessário para proteger seus interesses, suas propriedades e privilégios de classe e ainda forma parte da comunidade que representa, na qual nasceu e na qual morrerá.

1.4 Produção Intelectual

Segundo Júlio Campos nos chegam até hoje apenas três documentos escritos atribuídos a Idácio de Chaves, que são a Crônica de Idácio, os Fastos Consulares Idacianos e Idácio Menor (CAMPOS, 1984, p.12). Entretanto como os dois últimos não tem confirmada a autenticidade de sua escrita por Idácio vamos focar nossa análise apenas em sua crônica.

Esta é a maior e mais importante obra atribuída ao autor, não há nenhuma dúvida sobre sua paternidade e por unânime consenso dos manuscritos, historiadores e eruditos de todos os séculos (Campos, 1984, p.12).

Apesar de ser uma obra do gênero histórico–cronístico, a Crônica de Idácio não teve uma grande difusão na história. Isidoro de Sevilha foi quem conservou e difundiu as crônicas idacianas pela Europa medieval, através de sua *Historia Gothorum, Vandalorum et Suevorum*. Nessa obra apesar de Isidoro não citar nominamente Idácio podemos perceber que os relatos dos suevos são praticamente idênticos ao do primeiro, sendo que a narrativa dessa *gentes* na *Historia Suevorum* coincide na maioria dos casos com as informações nos delegadas por Idácio, sendo que no século V os pontos inicial e final da história dessa *gentes* são os mesmos de Idácio, tanto que Isidoro mantém o hiato da história dos suevos após o ano de 469, fim da crônica de Idácio, retornando com suas informações mais de meio século depois provavelmente baseado na crônica de João de Bicláro: "Depois de que muitos reis dos suevos permaneceram na *heresia* ariana, finalmente recebeu o poder real Teodomiro (Isidoro de Sevilha, *Historia Suevorum*; 90).

Além de Isidoro, como confluência de Idácio na Antiguidade Tardia nós temos o bispo Braulio de Zaragoza que em uma carta a *Fructuoso* cita idácio como uma das figuras mais ilustres da Península Ibérica durante o século V: "...recordai os eruditissimos e doutíssimos, por citar alguns, o presbítero Orósio, o bispo Toríbio, Idacio e o bispo Carterio, experiente e entendido na santa erudição... (Braul.,Ep.44)"

Tranoy (1974, p.62-63) nos informa também que dois autores medievais citam Idácio em suas obras. São eles Sigiberto de Gelembloux no século XI, que o utiliza na

obra *De scriptoribus ecclesiasticis*, e o monge Theodorus no século XII, que o indica no seu prólogo dos *Annales palidenses*. Segundo Tranoy existem cinco manuscritos da Crônica de Idácio.

O primeiro é conhecido por Manuscrito B – Berolinensis Phillipps. É do século IX e sua localização corrente é a Biblioteca Nacional de Berlim. Está escrito em um pergaminho 21 x 30 cm. Este códice contém além da crônica de Idácio, as crônicas de Eusébio e Jerônimo e os *Fastos* atribuídos a Idácio. Este texto contém algumas correções em seu corpo assim como em sua margem. Theodorus Mommsen indica que dois autores diferentes fizeram correções na crônica.

Apesar das intervenções este é considerado o manuscrito mais fiel ao texto original e também o que tem mais credibilidade para os investigadores e especialistas em paleografia. Mommsen fez uma edição da Crônica de Idácio, a partir desse códice e a utilizou em sua *M.G.H (Monumenta Germanae Historia)*.

O segundo manuscrito é conhecido por Manuscrito F - Pseudo Frédégaire. Ele provém do século VIII e sua localização corrente é a Biblioteca Nacional de Paris. Tem as seguintes medidas: 23,5 x 13,8 cm.

Os dois próximos manuscritos são considerados espanhóis, e apesar da diferença de datação entre os mesmos, são muito próximos, pois pertenceriam a um mesmo grupo, por isso a adoção dos dois sobre a letra H. Estes dois códices apenas epítomes¹⁷, redigidos por abreviações do texto original de Idácio.

O primeiro manuscrito espanhol é conhecido como H_m e deriva de um manuscrito perdido de Alcobaça. Ele é datado do século XII e sua localização corrente é na Universidade de Madrid.

O segundo manuscrito espanhol é do século XVI e foi redigido a partir de um manuscrito perdido de Osana. Sua localização atual é a Biblioteca Nacional de Madrid.

O último manuscrito é chamado de M. Ele é um testemunho provavelmente do século XI ou XII. Atualmente é conservado na Biblioteca Universitária de Montpellier.

¹⁷ Resumos

Este códice contém a crônica *Chronologia ab Adamo usque ad Conradi mortem*. A crônica de Idácio começa a ser utilizada a partir das últimas linhas do fôlio 100.

A versão que utilizaremos em nossa pesquisa é a mesma que Julio Campos usa, o Manuscrito B. Campos fez uma revisão da obra de Mommsen, e considera todos os manuscritos mencionados acima. As discrepâncias entre versões da crônica existentes são anotadas no decorrer da obra. Campos também fez sua edição em formato bilíngue, com o texto original em latim e ao lado dele a tradução em espanhol moderno.

Segundo Tranoy (1974, p.67), os manuscritos serviram de base para as diferentes edições de texto da Crônica de Idácio a partir do século XVII.

No século XVII uma primeira série de edições foi feita a partir de fragmentos do manuscrito F. São elas a de H. Canisius em 1602, de J. Scaliger em 1606 e de A. Schott em 1608. A partir do achado do manuscrito B foram publicadas as versões de L. Sanllorente de Cornue em 1615 em Roma, de Pampelune por P. Sandoval também em 1615 e de J. Sirmond em 1619 em Paris. A partir da versão de Sirmord foram publicadas as versões de A. Duchesne em 1636, la *Maxima bibliotheca ueterum patrum* em 1677 e a de J. Sáenz de Aguirre em 1694.

No século XVIII a crônica foi novamente editada por M. Bouquet em 1738 em Paris e por E. Floréz em 1749 em Madrid. No fim deste século são publicados mais três trabalhos sobre a Crônica: o de T. Roncalli em 1787 em Pádua, o de A. Galland em 1788 em Veneza e o de C. Roesler em 1798 em Tubinga.

No século XIX e início do XX são feitas as edições de X. de Ram em 1845 em Bruxelas, de J. P. Minge na *Patrologie Latine* que se utiliza das versões anteriores de A. Galland e X. Ram, de V. de la Fuente em 1873 em Madrid e de Th. Mommsen em 1894 em Berlim. Foram feitas duas traduções para o espanhol, entre o fim do século XIX e o início do século XX, a de L. Garcia Del Corral em 1886 e de Marcelo Macias de 1898 à 1909. Enfim, a última versão anterior a de Tranoy é de R. Grosse, que a publica em 1947.

Após a versão de Tranoy temos uma nova enumeração e crítica de edições, além de uma menção ao trabalho de Marcelo Macias, feita por Pablo C. Díaz Martinez (2011, p 17-18). Segundo o mesmo a edição de Marcelo Macias é um trabalho parcial que se

refere apenas as passagens que tem relação com a Galícia e com os suevos e que havia aparecido no *Boletín de la Comisión Provincial de Monumentos de Orense* nos últimos anos do século XX. Em sua análise sobre Tranoy ressalta que o mesmo não realizou uma crítica ao texto de Idácio, porém sua edição conta com um segundo volume de comentário histórico de grande utilidade. Sobre a edição de José Cardoso, de 1982, afirma que a mesma também carece de um texto crítico, além de ter sido feita baseada na versão de Tranoy.

Díaz Martínez ainda afirma que somente em 1993, a partir da versão de R.W. Burgess, se publicou uma edição verdadeiramente crítica da crônica, entretanto o mesmo alega que a tradução do latim para o inglês feita pelo autor é extremamente discutível. Enfim o autor afirma que a partir desta última são realizadas traduções em galego de J. A. López Silva e de César Candelas Colodrón, ambas em 2004.

Para tentarmos sanar possíveis distorções entre as versões nos utilizamos de diversas versões impressas da obra de Idácio a título de comparação do texto escrito. As versões utilizadas serão a *Chronica Minora Mommsen II* (1894) em latim, a de Marcelo Macias (1906) em castelhano, a *Crônica de Tranoy* (1974) em francês e latim, a de José Cardoso (1982) em português, a de César Candelas Colodrón (2003) em galego, além da versão de Júlio Campos (1984) em castelhano e latim, e em nossa opinião com uma tradução mais completa.

No estilo cronístico adotado por Idácio os acontecimentos são relatados em forma cronológica e os feitos e fatos são relacionados com a vida cotidiana e social do mundo cristão, descrevendo seus problemas e enfrentamentos. A sua crônica abrange um longo período que vai de 379 d.C até 469 d.C. No prefácio de sua obra, Idácio, declara que pretende fazer uma continuação em linha temporal da crônica de outros dois homens eclesiásticos, Eusébio de Cesaréia e Jerônimo de Stridon. Seus escritos começam onde os de Jerônimo terminam, em 378 d.C. Idácio nos tras essa informação em seu prefácio:

O Primero destes, Eusébio, o bispo de Cesarea, que escreveu nos livros de sua coleção de histórias eclesiásticas, incluiu a história cronográfica em grego dos anos que vão desde o princípio de Nino rei da Assíria e do santo Abraão patriarca dos Hebreus e dos demais reis

contemporâneos destes, até o vigésimo de Constantino Augusto imperador (*Idácio; cron. prefatio; 2*).

Depois deste o escritor que o sucedeu, conhecedor de todos os monumentos que conservam os feitos e os ditos, o presbítero Jerônimo, também Eusébio de sobrenome, tradutor do grego ao latim dos escritos daquele, adicionou a história desde o ano vigésimo do citado imperador até o décimo quarto de Valente Augusto (*Idácio; cron. prefatio; 3*).

E, santo como era, viveu alguns anos depois em seu corpo mortal. Se em esses anos continuou sua obra que ficou ao final, os que recolheram toda a coleção de seus escritos ou a principal deles tem consciência segura e plena disso. Mas, posto que consta que disse em algum de seus escritos que depois da devastação dos bárbaros no território romano, tudo está misturado e confuso, creemos pela indicação dessa expressão que este volume dos anos posto ao final por ele não acrescentou nada por sua conta sobre a sucessão cronológica (*Idácio; cron. prefatio; 3*).

Contudo, já que a história dos anos se estendeu até nosso tempo, como mostra o dito anteriormente, e dado que as páginas desta história despertaram o interesse dos especialistas, serviram de aviso ao indouto para quem se obedeça as pegadas dos predecessores, se bem em tudo com desigual passo (*Idácio; cron. prefatio; 5*).

Segundo Diaz Martinez (2011, p, 36-37) Idácio assume essa responsabilidade pois o mesmo crê que após a derrota de Valente em 368 d.C e posterior entrada dos *bárbaros* no Império, Jerônimo, teria se descuidado da sucessão cronológica dos acontecimentos. Portanto, Idácio, se situa ante a necessidade de recorrer com exatidão os acontecimentos do mundo para poder precisar, em última instância, a cadeia de ocorrências que levariam ao Apocalipse.

Para situar os feitos históricos no tempo, Idácio, usa quatro tipos de datações diferentes. O emprego dos anos de Abraão era comum no meio cristão da época, esse calendário tinha como ponto de partida a data considerada por Eusébio de Cesaréia, como a de criação do mundo. Outra datação utilizada era a dos anos olímpicos, apesar da proibição da mesma por Teodósio, o que reforça sua herança greco-romana. O autor também utilizava uma contagem muito tradicional entre os romanos, que era a dos anos em que cada imperador do ocidente ficava em seu cargo, o que reforça sua ligação com a tradição de um cidadão romano. E por fim como uma entidade ligada ao cristianismo ortodoxo, ele se utilizava também do computo dos anos de Cristo.

José Cardoso afirma que o latim utilizado por Idácio em sua crônica é considerado chocante. O estilo “não reveste nem as galas nem as louçanias nem os atavios nem os ornamentos habituais (1982, p XI)”. Segundo o mesmo o léxico da crônica desvia-se do latim clássico e até mesmo do latim da *decadência*¹⁸. É certo que a língua nascida na etéria está mais próxima ao português a tal ponto que pode-se dizer que o texto latino eteriano se encontra profundamente carregado do que Cardoso chama de *portuguesismos*¹⁹. Esta última alegação não se refere apenas ao vocabulário, mas até com a própria estrutura da frase. Cardoso ainda alerta que muito desse vocabulário utilizado por Idácio perdeu parte de sua significação tradicional e ganhou outra completamente contemporânea.

Em nossa visão um dos motivos para esse latim diferenciado de Idácio seria exatamente o público que o mesmo pretendia atingir com sua crônica. Para nós o mesmo pretendia que seus escritos fossem lidos principalmente no espaço em que tivesse sua influência mais difundida, ou seja, a *Gallaecia*. Por isso o latim de sua escrita provavelmente se aproximava do latim utilizado nessa região durante o século V, local que o mesmo chama de *extremam uniuersi orbis*.

Uma questão sempre levantada por estudiosos das crônicas idacianas é tentativa de se afirmar em que período da vida do autor a mesma teria sido redigida. Saber o período em que Idácio escreveu sua crônica é importante, pois o contexto no qual estava inserido certamente o influenciou na escrita de sua crônica. José Maria Blazquez (1981) e Júlio Campos (1984) afirmam que Idácio escreveu sua crônica em uma idade muito avançada. Segundo Blazquez entre os anos de 468 d.C. e 469 d.C e segundo Campos a data da escrita pode ter passado de 465 d.C. Entretanto em nossa visão, devido a abrangência da crônica, é difícil se estipular um período preciso para a escrita dessa obra, entretanto acreditamos que Idácio poderia ter começado a escrever sua crônica após sua elevação a seu cargo político-religioso em *Aquae Flaviae*, pois cremos que muitos detalhes relatados por ele após este período teriam se perdido se o autor tivesse realmente escrito toda sua crônica somente após 465.

¹⁸ O termo decadência reflete apenas a opinião desse autor sobre o período tardo-antigo.

¹⁹ Expressão utilizada pelo autor para diferenciar o latim de Idácio do latim dos demais autores tardios indicando em nossa visão que o latim do mesmo já tinha uma aproximação com a língua portuguesa. Entretanto achamos complicado fazer tal afirmação para esse período, pois cremos que nesse momento é muito cedo para fazermos esse paralelo da língua latina com a portuguesa.

Acreditamos que Idácio tenha escrito sua crônica através de informações que recebeu de modos distintos. O próprio Idácio afirma isso no prefácio de sua crônica:

E aceitando com sincera fidelidade, adicionamos o seguinte, tirando-lhe em parte do estudo dos escritos, em parte do relato seguro de alguns, em parte do próprio conhecimento que me ofereceu este desgraçado tempo de minha própria vida (*Idácio; cron. prefatio; 5*).

E o conteúdo de esses feitos e épocas, tu, leitor, o compreenderás por seguinte. Desde o primeiro ano do Imperador Teodósio até o ano de Valentiano, filho de Placídia, o conseguimos, nos apoiando no estudo antes indicado, bem de historiadores, bem das relações dos informadores (*Idácio; cron. prefatio; 6*).

Depois elevado sem motivo ao cargo do episcopado, conhecendo todas as misérias deste desgraçado tempo, e encerrando dentro dos estreitos do Império Romano, temos exposto as fronteiras que ameaçam ruína (*Idácio; cron. prefatio; 7*).

Júlio Campos acredita que Idácio recebeu essas informações por três diferentes vias. As informações que recebeu antes de assumir seu cargo político-religioso (427 d.C) foram através das leituras de outros autores, como Sulpício Severo, Paulo Osório e Próspero de Aquitânia, para os acontecimentos do Ocidente, e o historiador Sócrates e Olimpiodoro para os feitos do Oriente:

De Osório tomou muito sobre as invasões dos anos de 409 a 414, na Hispânia e Roma com Alarico, a que descreve com relatos trágicos e minuciosos que Osório, conhecidos provavelmente por relatos de testemunhas. De Sulpício Severo tomou a informação que no ano de 386 houve uma pena capital aplicada pelo imperador Máximo a Prisciliano e a Latroniano...Também é Sulpício Severo fonte da notícia de São Martin de Tours no ano de 405. Também se inspiraria no *De Script. Eccles.* De São Jerônimo para a fama de São Ambrósio (a.382), para a de São João Crisóstomo (a. 404), para a de Teófilo de Alexandria (a. 380, para a de Epifanio de Chipre... (Campos, 1984, p.35).

José Cardoso (1982, p.XIX) em sua interpretação da crônica acredita, que Idácio não conhecesse Terêncio, Salústio, Tácito ou Ovídio, entretanto parece ter sido leitor de César. Já Tranoy (1977, p.255) enxerga em Idácio influências de Tito Livio e de Júlio Obsequens, entretanto não crê que o mesmo conhecesse grego, já que todas suas

referências são a obras em latim. Tranoy ainda nos afirma que apesar de conhecer a bíblia, Idácio, desconhecia os escritos patrísticos, além disso a sua falta de informação sobre as heresias do Oriente nos mostra uma lacuna em sua formação.

Tranoy também acredita que Idácio conhecia a crônica de Jerônimo, a Crônica de Sulpício Severo, a *Apologie* de Itácio d'Osso, as atas do Concílio de Toledo, as cartas de Agostinho, Paulinho de Nola e João de Jerusalém.

A partir de 427 d.C., ao assumir seu posto, Idácio, tem contato com documentos e testemunhos que sua posição lhe permitia e aumenta ainda mais suas informações. Por fim o autor relata também na crônica seus testemunhos obtidos de forma direta, sofridos e vividos por ele (CAMPOS, 1984, p. 34-35).

Entretanto, Diaz Martinez (2011, p.38) nos afirma que aproximadamente por volta do ano de 424, Idácio, deixa praticamente de receber informações do exterior e sobretudo deixam de lhe chegar obras literárias, crônicas e praticamente cartas que o podiam ajudar a construir uma sequência narrativa dos acontecimentos de fora da *Gallaecia*.

Para Tranoy (1974, p. 50-55) Idácio conseguiu também suas informações de três maneiras distintas: as viagens, as embaixadas e pelo exercício do episcopado.

A Crônica de Idácio é uma referência quando se fala sobre História da Península Ibérica nos séculos IV e V, sendo também uma preciosa fonte de informações sobre a *ecclesia* e sobre os grupos *bárbaros* que disputam entre si a hegemonia político-militar na *Diocesis Hispaniarum*

Esta confrontação com as fontes precedentes e contemporâneas de Idácio põem em relevo a originalidade de muitas notícias da obra Idaciana, de modo que podemos dizer que todas as notas e informações que vão desde o ano 400 até o final, referentes aos Suevos, Vândalos, Godos, Bagaudas, cujo teatro ou solos históricos foram a Galícia, a *Asturica*, a Lusitânia, a *Bética* e ainda a Terraconense para os Bagaudas, e as referentes à Igreja, dentro destas províncias mencionadas, são dados exclusivos e privados de nosso cronista, que não se constata, em outras fontes. (CAMPOS, 1984, p. 37)

Para Cardoso (1982, p. XII) a obra de Idácio tem intenções panegíricas e épicas. Segundo o mesmo, Idácio, tem a intenção de engrandecer, ainda que de modo trágico, a epopeia dos romanos, hispano-romanos e em geral dos habitantes da *Gallaecia*. Sua crônica seria uma epopeia que procura exaltar o valor cívico e militar dos hispânicos.

Tranoy (1974, p. 59-60) nos afirma que é possível perceber dois momentos diferentes na crônica de Idácio. O primeiro momento vai do ano de 379 até 455, período em que o Império é governado pela dinastia Teodosiana, na qual o autor tem muita confiança que é demonstrada pelo respeito que o mesmo trata o poder imperial e seus representantes, como Aécio.

Mas a partir de 455 a situação no Império começa a se degradar rapidamente e as esperanças de Idácio diminuem. Neste período as intervenções imperiais na Península Ibérica tornam-se cada vez mais raras e as *gentes bárbaras* aumentam progressivamente sua influência na região, além disso os problemas religiosos se agravam com a introdução do arianismo na *Gallaecia*. Segundo Colodrón (2003, p. 59-60) outro acontecimento que afeta Idácio é o abandono progressivo por Valentiano III e Gala Placídia de seu tradicional apoio a aristocracia hispano-romano em favor da galo-romana, ocorrência que faz o mesmo começar a criticar as ações da dinastia que outrora tanto exaltava.

Entretanto em nossa visão, já a partir de 420 a autoridade romana começa a perder força em seus territórios ocidentais. Nesse período já temos a lenta e paulatina desestruturação administrativa do Império Romano nos territórios hispanos, principalmente na *Gallaecia*. Por causa disso cremos que a partir desse período Idácio já mude um pouco suas percepções sobre o futuro do Mundo Romano.

Com estes acontecimentos Idácio vê sua região de influência cada vez mais afastada do Império. Uma prova de seu pessimismo é que a partir de 456 os prodígios e providencialismos se multiplicam em sua obra.

Idácio ainda relata na obra acontecimentos relativos a fenômenos naturais. Em sua crônica há relatos de eclipses, de aparição de cometas e meteoros, que sempre julga como anúncios de calamidades ou de graves acontecimentos históricos (PIDAL (org.), 1963, p. 32).

Segundo Serafín Bodelón Garcia estes fenômenos eram para Idácio um aviso de Deus que algo importante iria acontecer. Na maioria das vezes eram castigos pela crueldade humana ou pela deturpação da palavra divina feitas pelas interpretações cristãs *hereses*, como o priscilianismo.

Em nossa visão, apesar de sua formação cristã ortodoxa, nessa questão Idácio deixa transparecer uma influência da tradição grego-romana neoplatônica, pois normalmente os prodígios e providencialismos eram utilizados por seguidores dessa tradicional religião grego-romana para a interpretação dos desejos e avisos de seus deuses. Idácio teria feito uma adaptação dessa tradição neoplatônica para o cristianismo.

Segundo Diaz Martinez (2011, p. 38-39) nós percebemos duas grandes preocupações de Idácio na escrita de sua obra. A primeira é sua resistência em assumir que o futuro não está associado ao Império Romano, pois o mesmo se mostra apegado à tradição, à legitimidade da sucessão de imperadores e se manifesta até tarde em sua narração, confiando em uma ação definitiva e exemplar, por parte dos agentes do Império, que devolva a *Gallaecia* sua ordem política e religiosa.

Ainda segundo Diaz Martinez, Idácio, mostra uma segunda grande preocupação em sua escrita que seria a ortodoxia e a ideia de unidade da fé nicena. O bispo de Roma e o imperador representavam para ele a ordem e a ortodoxia, a legitimidade. A desordem viria pelas heresias. Priscilianos, gnósticos e maniqueus representam uma fonte de preocupações evidente não só na crônica, mas também em sua atividade pastoral que conhecemos também pela carta que lhe dirige Toribio de Astorga.

Sobre a *ecclesia* cristã encontramos também muitas informações, que vão desde a nomeação dos bispos de Roma no decorrer do período em que sua crônica abrange, até por exemplo, acontecimentos com bispos do Ocidente e do Oriente.

1.5 Função Político-religiosa das crônicas na Antiguidade Tardia

As crônicas foram utilizadas como instrumentos político-religiosos por alguns bispos durante a Antiguidade Tardia. Essa função da crônica teve início com Eusébio de

Cesaréia, que pretendia contar a história universal, desde a criação do mundo até a sua contemporaneidade.

Segundo Pedro Galan Sanchez (1994), Eusébio queria através de argumentos cronológicos, provar que a religião cristã era muito anterior a Cristo se enraizando na mais alta antiguidade. Sua intenção ao fazer isso em sua crônica era argumentar contra os pagãos que acusavam o cristianismo de ser uma religião recente. Luis Vazquez de Parga nos diz que a tradição cronística foi herdada dos judeus para os cristãos e que ambos a utilizavam como arma apologética contra os pagãos. Por seus motivos cronológicos podemos dizer que a obra de Eusébio se aproxima mais de uma cronografia do que uma crônica.

Jerônimo deu continuação a essa tradição cronística cristã ao refundir a obra de Eusébio, que foi interrompida em 325, e fazer sua continuação até o ano 378. Em sua crônica Jerônimo começa a dar mais importância aos elementos históricos do que aos puramente cronológicos.

Em sua obra Jerônimo procura mostrar que do ponto de vista espiritual os judeus foram primeiramente o povo escolhido, mas que romanos são seus sucessores, mas não apenas espiritualmente mas também politicamente. Podemos dizer então que essa obra político-religiosa de Jerônimo tinha elementos *imperialistas*²⁰ e foi uma transição do gênero entre a cronografia e a crônica (Sanchez, 1994).

G Zecchini (2003, p.318) afirma os trabalhos de Eusébio e Jerônimo foram um modelo para as crônicas do oeste do Império tanto na Antiguidade Tardia como na Idade Média pois suas obras não foram simples crônicas de religião ou de eventos eclesiásticos. Em um arranjo esquemático essas obras ofereceram um relato bastante preciso e completo da história da humanidade de Abraão em diante.

Já em Próspero de Aquitânia há uma grande transformação no gênero cronístico. Próspero foi o primeiro continuador da crônica de Jerônimo e a escreveu até o ano de

²⁰ Temos noção que o termo imperialismo utilizado para o período de Jerônimo difere do entendimento que temos atualmente deste conceito. Aproximamo-nos das concepções de Imperialismo que Norberto Guarinello expressa em sua introdução ao livro **Repensando o Império Romano**. Perspectiva Socioeconômica, Política e Cultural. Rio de Janeiro: Mauad; Vitória, ES: EDUFES, 2006.

455 d.C. Em sua obra enxergamos o desaparecimento da finalidade apologética que havia nas obras de Eusébio e Jerônimo. Na crônica de Próspero há uma significativa redução universalista e imperialista para uma ótica mais regionalista. A partir de sua obra essa característica tripla ficará presente em muitas das crônicas posteriores.

Em sua obra, Próspero tem como objetivo realizar uma história eclesiástica. Ele centra nos acontecimentos da *ecclesia*, especialmente nos problemas que eram as *heresias* para o cristianismo ortodoxo. Por suas intenções Sanchez afirma que a obra de Próspero praticamente deixou de lado a finalidade cronográfica e centrou-se muito mais no aspecto historiográfico (Sanchez, 1994).

Zecchini (2003, p.338) nos informa que Próspero publicou sua primeira edição em 433, enquanto estava na Gália, mas que depois ele atualizou sua obra e publicou duas versões posteriores, uma em 445 e outra em 455, depois de ter ficado um tempo em Roma como secretário do bispo Leão I.

Por fim chegamos à crônica de Idácio de Chaves. Sua crônica se propõe a continuar a obra de Jerônimo e estende-se até o ano de 479. Nela temos o abandono da perspectiva cronográfica e uma grande preocupação com o aspecto historiográfico.

Para Sánchez (1994) em sua crônica, Idácio, tem uma proposta universal, mas sua história se concentra muito no Império Romano, sendo que a maioria das informações são localizadas na província da *Gallaecia*. Com isso esse autor afirma que a crônica de Idácio é muito mais uma história local da *Gallaecia* do que da Península Ibérica ou do mundo romano.

Diaz Martinez (2011, p. 37-38) afirma que Idácio declara seu interesse em construir uma história universal, mas este se transformou em uma necessidade de narrar os problemas atravessados por sua província natal. Problemas que tem como causa a perversão da vida religiosa e a desordem trazida pela invasão dos povos *bárbaros* na Península Ibérica. Assim o mesmo dá um salto do universal para o particular, da preocupação do destino do Império à angústia de resolver os problemas que afetam sua realidade e os membros da ortodoxia

Em definitivo, o universalismo espacial - como o temporal - experimentou profundas transformações na crônica idáciana. Frente ao universalismo de Eusébio, frente ao universalismo-imperialismo de Jerônimo e frente ao universalismo-imperialismo-regionalismo de Próspero, em Hidácio temos que fala de imperialismo-regionalismo-localismo, onde o universal - salvo a intenção - desapareceu totalmente, e onde foi decrescendo até o local (Sanchez, 1994, p. 71).

Apesar das considerações de Galan Sanchez e Diaz Martinez temos outra interpretação para a crônica de Idácio. Em nossa visão sua obra ainda é uma crônica universal e um *topos* de preservação histórica, pois o mesmo pretende descrever a realidade dos fatos de seu tempo e espaço através de sua memória e documentos que teve acesso.

Mesmo Idácio estando no extremo Ocidente do continente europeu, em uma região que, principalmente a partir de 420, a administração romana está em uma lenta e paulatina desestruturação, as informações de acontecimentos do Mundo Romano ainda chegam ao mesmo e ele continua com a preocupação de as relatar em sua Crônica.

A respeito do contexto de escrita da crônica acreditamos que o contexto de Idácio era próximo do contexto que Erich Auerbach define para a escrita da *Historia Francorum* de Gregório de Tours. Auerbach (1946, p.72) afirma que o bispo de Tours estava em um lugar onde não confluíam mais as informações do *orbis terrarum* e não as dispõe da forma como se contava anteriormente. O seu olhar abrange apenas a Gália e grande parte de sua obra consiste naquilo que ele viveu em sua diocese ou nas notícias das regiões vizinhas.

Para Auerbach, Gregório não possui um ponto de vista político no sentido antigo e para realizar algo semelhante em sua obra seu ponto de vista seria o da *ecclesia*. Entretanto mesmo assim ele só enxerga isso em um campo limitado, pois não é capaz de pensar no todo da *ecclesia*, tudo fica circunscrito localmente, tanto material como mentalmente. Dessa forma sua obra adquire um caráter muito mais próximo das memórias pessoais do que a obra de qualquer historiador romano.

Apesar das afirmações de Auerbach se dirigirem para Gregório de Tours que viveu durante o século VI, acreditamos que este contexto traçado para o bispo de Tours era perfeitamente aplicável para o contexto de Idácio de Chaves. Assim como Gregório, Idácio estava em uma região onde não mais confluíam as informações do *orbis terrarum* e não as dipunha da forma como se contava anteriormente. O olhar de Idácio abrange em sua maior parte a Península Ibérica, com a maioria de suas informações sendo circunscritas a região da *Gallaecia*. Os pontos de vista de Idácio são os pontos de vista da *ecclesia* e podemos afirmar também que sua obra tem contornos de suas memórias pessoais, principalmente na metade final de sua escrita onde já hávia pouquíssima influência do governo de Ravena em sua região e suas informações provém em sua grande maioria do que o mesmo viveu na região de sua influência político-religiosa, *Aquae Flaviae*.

A obra de Idácio também é uma história das migrações *bárbaras* na península ibérica, junto com o tema das usurpações imperiais e da constante ameaça da perda de espaço do cristianismo ortodoxo para as correntes cristãs heréticas, em sua região mais especificamente o arianismo e o priscilianismo.

A partir dessa análise podemos perceber o constante papel do bispo e da crônica na Antiguidade Tardia, entendendo como os religiosos de diferentes tempos e lugares tentaram propagar através de suas obras seus ideais político-religiosos.

CAPÍTULO II

A longa duração é a história interminável, durável das estruturas e grupos de estruturas. Para o historiador, uma estrutura não é somente arquitetura, montagem, é permanência e frequentemente mais que secular; essa grande personagem atravessa imensos espaços de tempo sem se alterar; deteriora-se nessa longa viagem, recompoem-se durante o caminho, restabelece sua saúde, e, por fim, seus traços só se alteram lentamente...

Fernand Braudel - Les écrits. Paris: Fallois, 1996/97, p. 106.

Capítulo II: A ADMINISTRAÇÃO ROMANA E A IMAGEM DO *BÁRBARO* PARA OS AUTORES CLÁSSICOS E TARDIOS

2.1 Notas preliminares

Em nosso segundo capítulo temos por objetivo primeiramente realizar uma discussão em torno dos conceitos *regnum*, *imperium* e *res publica*. Na primeira parte deste capítulo pretendemos demonstrar como os pensadores romanos do período clássico, Cícero e Tácito, analisavam esses termos e qual forma de administração julgavam ser mais apropriada para o mundo romano e qual achavam que deveria ser utilizada pelos demais povos. Neste primeiro momento também pretendemos mostrar como os povos *bárbaros*, principalmente os suevos, eram retratados nas fontes desse período²¹.

Na segunda parte deste capítulo pretendemos demonstrar em um primeiro momento, como os pensadores da época tardia, Amiano Marcelino, Paulo Orósio, Agostinho e Próspero de Aquitânia, enxergavam esses povos *bárbaros* em sua administração e cotidiano. Após ser realizada esta primeira etapa, temos ainda por objetivo mostrar como esses autores se utilizavam da perspectiva de identidade e alteridade para julgar se um povo era mais ou menos civilizado, segundo a ótica romana. Por fim pretendemos discorrer ainda nesta parte como, Prisciliano de Ávila e seus seguidores tentaram conseguir o reconhecimento de uma autoridade político-religiosa, frente às administrações imperiais romanas e da *ecclesia* ortodoxa, no decorrer do século IV. Para alcançar nosso objetivo nos utilizaremos das crônicas de Sulpício Severo e Idácio de Chaves, além dos Anais do I Concílio de Zaragoza e do I Concílio de Toledo.

Na última parte deste capítulo temos a pretensão de mostrar como ocorreu a irrupção e o assentamento de alanos, vândalos e suevos na *Diocesis Hispaniarum*. Neste

²¹ Ao utilizarmos a sequência de fontes proposta não estamos afirmando de modo nenhum que o pensamento romano evoluiu através dos séculos, mas sim que este se readequou-se as necessidades dos romanos ao longo dos séculos.

item almejamos realizar uma discussão em torno da usurpação de Constantino III na Gália e mostrar que os desdobramentos do processo de legitimação imperial do primeiro estiveram intrinsecamente ligados com a entrada desses povos *bárbaros* na Península Ibérica. Para esta última parte nos utilizaremos, mais precisamente, das principais fontes hispano-romanas do período, que são: Paulo Orósio e Idácio de Chaves.

Salientamos que ao utilizar tantas fontes distintas, temos por intenção realizar um paralelo sobre como as *gentes bárbaras* eram vistas pela ótica romana, em um período anterior ao de Idácio de Chaves e contrastar essa visão com a dos pensadores romanos contemporâneos do mesmo.

2.2 O Conceito do poder régio para os autores romanos clássicos e sua visão dos povos *bárbaros*

Durante o período republicano, Cícero é o autor que nos fornece certamente as mais preciosas visões romanas acerca da administração. Em sua obra *Da República*, o mesmo afirma que Roma configurava-se como uma *Res pública*, uma instituição que seria teoricamente guiada por um grupo aristocrático de senadores, denominado de *optimates*, e que contava no seu interior com o *populus*, que seriam os cidadãos dessa república.

Renan Frigheto (2008, p. 24-25) afirma que do ponto de vista político e filosófico essa obra de Cícero pode ser enquadrada no âmbito das idealizações teóricas relativas a *Res publica* perfeita, aquela que é definida na visão de Cícero como a *optima res publica*. Na visão de Frighetto do conjunto das obras de Cícero aquela que melhor nos apresenta a ideia ciceroniana sobre o sistema político "perfeito" seria o tratado "*De Republica*". Para Frighetto é interessante observarmos que obra de Cícero tem uma aproximação natural à obra de Platão que, em língua latina, tem o mesmo nome, mas no original grego denominava-se *Politéia*.

Otávio Vieira Pinto (2009, p.22) afirma que após a instituição de um *Princeps* com chegada de Augusto ao poder, a *Res Publica Romanae* transforma-se gradativamente em um *Imperium Romanorum*. Entretanto esse último ainda era

considerado um poder legítimo, pois contava com a união e efetiva participação de um grande número de aristocratas, ou seja, "a percepção interna do "núcleo de tradição" romano designava sua forma específica de governo como uma prática civilizada.

Cícero também nos fornece suas impressões sobre o *rex* e a monarquia comparando-os com a *Res Publica*:

[...] Pois bem: esse governo pode atribuir-se a um só homem ou a alguns cidadãos escolhidos pelo povo inteiro. Quando a autoridade está nas mãos de um só, chamamos a esse homem *rei* e ao poder *monarquia*; uma vez confiada a supremacia a alguns cidadãos escolhidos, a constituição se torna aristocrática; enfim a soberania popular, conforme a expressão consagrada, é aquela em que todas as coisas residem no povo, e se o laço que, primitivamente, fez que os homens se agrupassem em sociedade pelo bem público permanece em todo o seu vigor, cada uma dessas formas de governo, sem ser perfeita nem a melhor possível, aparecerá menos suportável e fará sua eleição incerta entre as outras[...] (Da República, II, XXVI).

Para os pensadores romanos era muito importante que a administração romana tivesse ainda esse "núcleo de tradição", pois o poder confinado nas mãos de um único *princeps* seria uma séria ameaça à existência e prerrogativas de uma aristocracia ancestral e patricia. Para esse tipo de administração seria ideal o conceito de um *regnum*, pois no mesmo não se prevê a participação ou a inclusão de membros em sua estrutura administrativa, sendo o poder concentrado nas mãos de um único soberano, o *rex*.

Com estas considerações podemos concluir que o conceito de um *Imperium* para os romanos seria o de um governo civilizado, já o conceito de *regnum* denominaria o sistema de governo para os povos que ficam além do *limes* romano, ou seja, os *bárbaros*. Nesse período então o *regnum* tinha uma conotação negativa para os pensadores romanos.

As denominações de *imperator* e *rex* são utilizadas por diversas fontes ao longo do principado e do dominato. Em sua obra *Germania*, Tácito faz uma análise sobre os diversos povos que habitariam essa região. Em uma delas, faz inclusive a diferenciação entre os termos *rex* e *dux*.

O primeiro é eleito segundo sua nobreza e o segundo nomeado a partir de sua virtude mais significativa, o valor militar. Ambas as funções aparecem associadas à guerra e a condição eletiva, ou seja, o rei é escolhido para conduzir o povo em armas enquanto o duque destaca-se dentre seu clã por seus méritos de guerreiro. Segundo o mesmo:

Tomam os reis pela nobreza e os chefes pelo valor. Não tem os reis poder ilimitado e livre e os chefes mais são admirados pelo exemplo do que pela autoridade, se não são rápidos, se não se escondem, se combatem em frente. Só aos sacerdotes é permitido admoestar, prender ou bater, não como castigo ou por ordem do chefe, mas como a mandado do deus que creem assistir aos combates. (Tácito; Germania; 7).

Frighetto (2007, p.241) nos informa que a força político-militar do clã do candidato a rei, justamente com sua valorização militar, seria de fundamental importância a hora de sua escolha para comandar o povo em armas. Com isso o rei deveria congregar todos os duques e seus respectivos clãs, sendo que essa união baseava-se em laços de lealdade feitos através de promessas juradas, que tinham como contrapartida o êxito militar e a partilha de riquezas dele oriundas. Sendo assim, a troca de benefícios entre as partes era a base essencial do poder do rei, sendo estes os elementos fundamentais para o estreitamento dos vínculos de caráter pessoal e político.

Continuando sua descrição sobre o *rex* e *dux*, Tácito nos informa como eram feitas as assembleias entre os povos da Germânia:

Do que é menos importante deliberam os chefes, do que é mais todos eles, mas assim mesmo de maneira que do que vai a presença de todos primeiro se trata entre os chefes. Reúnem-se, a não ser que haja qualquer coisa de fortuito e repentino, em dias certos ou na lua nova, ou na lua cheia; creem efetivamente ser este o mais favorável dos princípios para que haja a fazer (...) Da liberdade surge um defeito, o de não virem às assembleias juntos e em ordem e se perderem uns dois ou três dias pela demora dos participantes. Logo que a assistência o entende, reúnem armados. O silêncio, o impõe os sacerdotes que têm, na altura, direito de coacção. Em seguida, escuta-se o rei ou chefe, segundo a idade de cada um, a sua nobreza, a glória na guerra, ou a eloquência, e mais pela autoridade no persuadir do que pelo

poder de dar ordens. Se o parecer desagrade, o reprova o sussurro; se, porém, agrada, agitam as frâneas; o aplauso pelas armas é a mais honrosa espécie de aprovação. (Tácito; Germania; 11).

Em seguida Tácito nos oferece uma descrição de como os chefes e os guerreiros portam-se em combate:

Quando vem o combate é vergonhoso para o chefe que o excedam em valor e vergonhoso para os companheiros não igualar esse valor do chefe. É até uma infâmia e um opróbrio para a vida inteira sair de um combate sobrevivendo a seu chefe: o primeiro dever é defendê-lo, protegê-lo e fazer contribuir suas próprias proezas para a glória dele; lutam os chefes pela vitória, pelo seu chefe os companheiros (Tácito; Germania; 14).

Em toda sua descrição, Tácito, faz uma crítica a essa forma de poder entre os germânicos, na medida em que sua realeza seria transitória e dependente da força da aristocracia germânica, a qual seria diferente, em termos teóricos e práticos, do sistema político imperial do principado romano.

Entretanto, Tácito descreve que os povos que vivem próximos à fronteira romana são um pouco mais civilizados do que os que vivem no interior da Germânia e são cercados pelo primitivismo. Um exemplo disso é que os povos da fronteira têm conhecimento do valor do ouro e da prata e também adotam as moedas romanas para o comércio:

Os vasos de prata que entre eles se veem, e que foram dados de presentes a embaixadores e a chefes, são tratados com o mesmo desprezo que os trabalhados em barro; embora os que vivem mais perto apreciem, por causa do comércio, o ouro e a prata e conheçam e prefiram algumas das cunhagens de nossa moeda, os do interior, com mais simplicidade e mais primitivismo, têm uso o trocar gêneros (Tácito; Germania; 5).

Díaz Martínez (1986/87, p.209-210) afirma que na Gêrmania primitiva, aquela que entrou pela primeira vez com Roma, tinha como princípio de coesão e unidade da

tribo o estado de guerra, isto é, a predisposição e a necessidade coletiva da defesa do comum. Unido a um esquema social do tipo parental, clânico, estes dois elementos constituíam as coordenadas fundamentais em que se apoiavam o desenvolvimento e a sobrevivência da comunidade como um todo. Neste contexto o *rex* não será mais que o ponto culminante de uma concepção ascendente de poder e como tal não vai ser uma estrutura permanente senão condicionada por necessidades militares.

Entretanto segundo o mesmo já na época de Tácito os germanos ocidentais estão abandonando o nomadismo sistemático para dar passo a uma paulatina sedentarização, este processo se acompanhará da ascensão das formas de apropriação privada da terra, regida por normas mais ou menos precisas, e onde se destacava a atribuição a indivíduos em lugar de grupos de sangue, repartição que se derá de acordo com sua condição social.

Em uma passagem seguinte Tácito nos faz uma descrição sobre os suevos e nos trás informações de onde eles provêm, de sua origem mítica e de como seria seu território:

Celebram eles em antigos poemas, que é o seu único gênero de tradição histórica, um deus Tuistão, nascido da terra, e seu filho Mano, progenitores e fundadores da nação. A Mano atribuem três filhos, de cujos nomes se derivam os dos Ingevos, que ficam próximos do Oceano, dos Herminos, que ficam no meio, e dos Istevos, que são os restantes. Há quem, por lhe ser licença a antiguidade, afirme que desse nasceram mais, e mais foram os nomes de nações, Marsos, Gambrívios, Suevos e Vandílios, sendo estes os nomes verdadeiros e antigos (Tácito; Germania; 12)

Devo falar agora dos Suevos, que não são um só povo, como os Catos ou os Tenteros; ocupam a maior parte da Germânia, separando-se os grupos por nomes próprios, embora seja o geral o de Suevos. É a insígnia do povo levantar o cabelo e atá-lo com um nó: assim se distinguem os Suevos dos outros Germanos; e os Suevos livres dos escravos; o costume é, entre os outros povos, ou por qualquer parentesco com os Suevos ou, como tanto acontece, por imitação, raro e limitado à juventude; entre os Suevos, até depois de branca penteiam eles pra trás a hirsuta cabeleira e a prendem, muitas vezes, mesmo no alto da cabeça; os chefes a usam mais adornada. É um cuidado com a aparência, mas inocente: não o fazem para amar ou ser amados, mas enfeitam-se para os olhos dos inimigos, ao entrar em guerra, de maneira a ficarem mais altos e terríveis (Tácito; Germania; 38).

Têm-se os Sennos pelos mais antigos e nobres dos Suevos: firma-se na religião esta tradição de antiguidade. Num determinado tempo, e por delegações, juntam-se todos os povos do mesmo sangue numa floresta consagrada pelos auspícios dos antepassados e por um terror que vem de longe; e, morto um homem publicamente, celebram as horríveis iniciações de um culto bárbaro. Também de outro modo reverenciam o bosque: ninguém lá entra senão atado, mostrando como nada vale perante o poder do nume. Se por acaso caírem, não lhes é lícito erguerem-se e se porem de pé: vão rolando no chão. Toda esta superstição tem por fim mostrar que dali veio o povo, que ali tudo domina a divindade e que não é o resto senão súbdito e para obedecer. Aduz a sorte autoridade aos Semnos; habitam cem aldeias e faz seu grande número que se creiam cabeça dos suevos (Tácito; *Germania*; 39).

Separa e corta a Suévia uma ininterrupta cadeia de montanhas para além da qual vivem muitos povos, sendo dentre eles o dos Lígios o de nome mais espalhado pelas várias comunidades; bastará nomear como os mais valentes os Hários os Helvecones, os Mnimos, os Elísios e os Nahanarvalos (Tácito; *Germania*; 43).

Podemos perceber na descrição de Tácito que os suevos são considerados um povo tribal, populoso e supersticioso, mas com certa noção de hierarquia ao realizarem uma diferenciação entre livres e escravos, além de terem um território de sua influência, a Suevia.

O relato apresentado acima é importante pois através dele podemos ter uma noção de como os povos da Germânia, em especial os suevos, eram vistos por um pensador romano na época do principado.

2.3 O Conceito do poder régio para os autores romanos tardios e sua visão dos povos *bárbaros*

Os autores romanos do período tardio continuam a corroborar o pensamento dos clássicos, e seguiam utilizando em suas obras o conceito de um *Imperium*, para designar o sistema de administração dos romanos e o conceito de *regnum*, para a organização dos povos *bárbaros*.

Amiano Marcelino em sua obra *Res Gestae* nos descreve, entre outras coisas, como era o cotidiano de alguns desses povos, sempre frisando como era imperfeita sua

sociedade e seu sistema político perante o dos romanos. Temos a seguinte descrição do autor sobre os hunos:

O povo dos Hunos, pouco conhecido pelos antigos monumentos, vivendo por trás do lago Meótis, perto do oceano Glacial, excede todos os modos de ferocidade. (XXXI; 2; 1).

Todos eles têm membros completos e firmes, pescoços grossos, e são tão prodigiosamente disformes e feios que os poderíamos tomar por animais bípedes ou pelos touros desbastados em figuras que se usam nos lados das pontes (XXXI; 2; 2).

Tendo porém o aspecto de homens, embora desagradáveis, são rudes no seu modo de vida, de tal maneira que não têm necessidade nem de fogo nem de comida saborosa; comem as raízes das plantas selvagens e a carne semicruda de qualquer espécie de animal que colocam entre as suas coxas e os dorsos dos cavalos para as aquecer um pouco (XXXI; 2; 3).

Não possuem abrigo. Entre eles não usam-se casas, nem túmulos. Não encontraríamos nem mesmo uma cabana. Passam a vida percorrendo as montanhas e as florestas. São endurecidos desde o berço contra o frio, a fome e a sede. Mesmo em viagem, não entram em habitação sem necessidade absoluta e não se creem nunca em segurança (XXXI; 2; 4).

Vestem-se com tecidos de linho ou com as peles de ratos-silvestres cozidas umas às outras, e esta veste serve tanto para uso doméstico como de fora. Mas uma vez que meteram o pescoço numa túnica desbotada, não a tiram ou mudam até que pelo uso quotidiano se faça em tiras e caia aos pedaços (XXXI; 2; 5).

Cobrem as cabeças com barretes redondos e protegem as pernas hirsutas com peles de cabra; os seus sapatos não têm forma nenhuma e por isso impedem-nos de caminhar livremente. Por esta razão não estão adaptados a lutas pedestres, vivendo quase fixados aos cavalos, que são fortes, mas disformes e por vezes sentam-se à amazona e assim executam as suas tarefas habituais (XXXI; 2; 6).

E quando uma assembleia é chamada para grandes problemas, eles consultam um corpo comum. Eles não têm reis, mas contêm a desordem com um governo de um homem importante, e são guiados por sua força quando se aparece um obstáculo (XXXI; 2; 7).

Ninguém entre eles lavra ou toca em um arado. Todos vivem sem um lugar fixo, sem lar nem lei ou uma forma de vida estabilizada, parecendo sempre fugitivos nos carros onde habitam; aí as mulheres lhes tecem as horríveis vestimentas, aí elas coabitam com os seus maridos, dão à luz os filhos e criam as crianças até à puberdade. Nenhum deles se for interrogado poderá dizer de onde é natural,

porque, concebido num lugar, nasceu já noutra e foi educado ainda mais longe (XXXI; 2; 10).

Nessa descrição podemos ver a extrema percepção da falta de civilidade dos hunos na visão de Amiano Marcelino. Em seu relato o autor romano os considera mais animais do que homens, frisando no final de seu relato que os mesmos não tem um sistema de governo definido, apenas obedecendo a chefes que são eleitos conforme sua circunstância.

Entretanto possivelmente Amiano nunca tenha visto pessoalmente um guerreiro huno durante sua carreira militar. Sua descrição muito provavelmente era baseada em informações e relatos que o mesmo teve acesso em suas viagens e era possivelmente apenas fruto do imaginário dos romanos sobre essa *gentes bárbara*.

Após a descrição dos hunos, Amiano, começa a discorrer sobre os Alanos, um *populus* que apesar de ser considerado *bárbaro* têm uma simpatia maior do autor do que os hunos:

Eles não têm cabanas e não utilizam arados, mas eles vivem com uma abundância de leite, e moram em suas carroças que são cobertas com copas arredondadas de casca de árvore e dirigem sobre resíduos sem limites. E quando eles vão em um lugar rico em grama, eles colocam seus carros em círculo e alimentam-se como animais selvagens. (XXXI; 2; 18).

Quase todos os Alanos são altos e formosos, com os cabelos quase louros, um olhar terrível e perturbado, ligeiros e velozes no uso das armas. Em tudo são semelhantes aos Hunos, mas na maneira de viver e nos costumes, menos selvagens. Roubando e caçando, andam de um lado para o outro, até sítios tão distantes como a lagoa Meótis e o Bósforo Cimério e também até à Armênia e Media. (XXXI; 2; 21).

Assim como para os homens sossegados e plácidos o repouso é agradável, assim eles encontram prazer no perigo e na guerra: É considerado feliz aquele que sacrificou a sua vida na batalha, enquanto que àqueles que envelheceram e deixaram o mundo por uma morte fortuita atacam com terríveis censuras de degenerados e covardes; e não existe nada de que mais se orgulhem do que de matar um homem, qualquer que ele seja: como glorioso despojo do assassinato, cortam-lhe a cabeça, arrancam-lhe a pele e colocam-na sobre os seus cavalos de guerra como jaez. (XXXI; 2; 22).

Não se vê entre eles nem um templo, nem um lugar sagrado, nem mesmo se pode discernir um tugúrio com um tecto de colmo, mas com um ritual bárbaro enterram no chão uma espada desembainhada e adoram-na reverentemente, como ao seu Marte, a divindade principal destas terras por onde vagueiam. (XXXI; 2; 23).

Ignoram o que seja a servidão, tendo nascido todos de sangue nobre, e mesmo agora escolhem como chefes aqueles que se distinguem na experiência quotidiana da guerra. (XXXI; 2; 25).

Como podemos observar, em sua descrição dos Alanos, Amiano Marcelino, apesar de considerá-los homens menos selvagens do que os hunos, ainda os chama de incivilizados devido ao seu modelo de vida, o qual é totalmente diferenciado do romano.

Apesar dessa visão negativa sobre os hunos e alanos Bruna Campos Gonçalves (2011, p. 91 e 92) afirma que Amiano Marcelino tinha uma dupla visão em relação aos estrangeiros. Segundo Gonçalves em determinados momentos de sua narrativa Amiano diferencia os *bárbaros* não adaptáveis aos costumes romanos, como aqueles que viviam fora do *limes* romano, e os *bárbaros* voluntários que estariam construindo uma identidade étnica com os romanos

Podemos perceber isso no decorrer do livro XXI de Amiano quando esse dá destaque aos godos, principalmente pelo fato de que em 376, os mesmos pressionados pela expansão dos hunos a leste do rio Reno, pedem permissão ao imperador Valente para adentrar em território romano. Amiano narra nesse livro essa entrada dos godos em território romano, além de sua revolta contra os maus tratos sofridos pelos romanos e sua rebelião que culmina em 378 na Batalha de Adrianópolis, onde os romanos são derrotados, tendo também como baixa a morte de Valente, o mesmo que tinha autorizado sua entrada no território imperial dois anos antes.

Em sua descrição sobre os godos, Amiano, privilegia mais os acordos e combates deles com Roma, inclusive fornecendo detalhes sobre os últimos, do que uma descrição sobre o modo de vida desse *populus*, como havia feito anteriormente com os hunos e alanos. Em seu relato os godos, apesar de ainda serem considerados *bárbaros*, aparecem de uma forma mais organizada, tendo suas diversas facções reis e chefes, além de terem atribuído a si um grande poderio militar. Podemos perceber essas afirmações nas seguintes passagens:

Durante esses dias também *Vithericus, rex* dos *Greuthungi*²², acompanhados por *Alatheo* e *Sapharace*, pela vontade de quem era governado, e também por *Farbonio*, vieram perto dos bancos do Danúbio, enviados as pressas e rogaram ao imperador que lhe pudesse recebê-los com bondade (XXXI; 4; 12).

Mas com sua natural habilidade em antecipação protegendo a si mesmo contra qualquer coisa que pudesse acontecer, de modo a obedecer os comandos do imperador e ao mesmo tempo juntar-se com os poderosos *regibus* godos, avançou lentamente e em marcha lenta chegou tarde em Marcianópolis (XXXI; 5; 12).

Quando essa série de eventos fez um ruído no exterior por uma mensagem vindo atrás de outra, Sueridus e Colias, *optimates* godos, que tinham há muito tempo recebido seu povo e designado para manter alojamentos de inverno em Hadrianópolis [...] (XXXI; 6; 1).

Os bárbaros entretanto, como bestas selvagens que tinha quebrado suas jaulas, derramaram sua fúria pela grande extensão da Trácia e foram para uma cidade chamada *Dibaltum*, onde eles encontraram Barzimeres, tribuno de seu alvo, um líder com experiência na poeira da guerra[...] (XXXI; 8; 9).

Todos os godos unidos, especialmente, os *Thervingi* sobre o comando do *dux Fritigerni*, e os *Greuthungi* liderados por *Alatheo* e *Saphrace*, e engrenados com os romanos a céu aberto, encaminhando sua cavalaria, e colocando para lutar a infantaria, assim saíram desprotegidos e amontoados, com enormes perdas; Valente foi morto, mas seu corpo não pode ser encontrado (XXXI; 13).

Podemos ver nessas passagens que Amiano Marcelino utiliza os termos *dux*, *optimates*²³ e *rex* para referir-se a alguns líderes dos godos, o que demonstra que tinham um melhor nível de organização e hierarquia do que outros povos como os hunos e o alanos. Entretanto ainda são considerados *bárbaros* por Amiano, sendo comparados em alguns pontos a bestas selvagens.

Os autores que apresentamos até este ponto nos dão uma perspectiva de como os *bárbaros* eram vistos pelo Império Romano, em um período anterior ao de nosso estudo. Fazer uma reflexão de seu pensamento é importante pois podemos compará-los aos ideais de Idácio de Chaves e de outros autores contemporâneos do mesmo. Portanto,

²² Uma divisão dos godos que se estabeleceram nas margens do Danúbio

²³ O significado do termo *optimates* seria "o(s) melhor(es)". O portador desse título seria um líder com grande respaldo no seu *populus* e superior ao *dux*, entretanto com menos poder do que um *rex*.

Cícero, Tácito e Amiano dão a perspectiva do *passado* das *gentes* bárbaras pela ótica romana - como elas se organizavam política e socialmente e por não possuírem uma *monarquia* como a romana, pautada no *Imperium*, que reforçava *auctoritas* do *princeps/imperator*, eram considerados *bárbaros* sob o ponto de vista político.

Já alguns autores contemporâneos de Idácio, como Orósio, Agostinho e Próspero de Aquitânia afirmavam que os *bárbaros* almejavam obter o *regnum* - autoridade característica entre aqueles que era delegada, concedida e conquistada pela *electio* - para equiparar-se aos romanos, únicos detentores do *Imperium*.

Paulo Orósio inclusive nos aponta entre os godos qual entre os *reges gothorum* era menos *bárbaro*. Em sua obra *Historia Adversus Paganus* Orósio analisa dois *reges gothorum* que alçaram-se ao comando de seu *populus*, Alarico e Radagaiso. Neste ponto é interessante analisarmos duas passagens de Orósio:

Passo por alto as frequentes derrotas, encurralamentos e contínuos rechaços que sofreu Alarico com seus godos (Hist.Adv.Pag., VII; 37).

O que aconteceu, pois pelos infalíveis desígnios de Deus, foi que, como em uma população heterogênea romana os piedosos mereciam a graça e os ímpios o castigo, e como convinha por outra parte deixar aos inimigos que castigassem com chicotes mais duros que de costume a uma cidade refratária e contestaria a maioria de seus membros, mas que varressem a todos indiscriminadamente com matanças sem medida, aconteceu, pois, que em esta ocasião das tribos godas, com seus poderosos reis, corriam pelas províncias romanas: deles, um era cristão e muito próximo ao romano e, como mostraram os feitos, moderado por temor a Deus a hora de dar morte; outro era pagão, bárbaro e um autêntico *escita*, já que na hora de dar morte gostava, por sua insaciável crueldade, não tanto a glória ou o butim como a própria morte por si mesma (Hist.Adv.Pag., VII; 37).

Renan Frighetto (2010, p. 122) nos frisa que na primeira passagem Orósio ressalta que Alarico era chefe "de seus godos", querendo afirmar que Alarico era chefe dos seus godos, sem ser no entanto chefe de todos os godos.

Essa afirmação se comprova na segunda passagem quando Orósio faz uma diferenciação entre Alarico e o outro *rex gothorum* Radagaiso. Ao realizar essa

comparação pesa a favor de Alarico o fato de o mesmo ser um cristão ariano, que apesar de ser uma vertente herética do cristianismo ortodoxo lhe dava uma maior integração no ambiente da *romana ciuilitas*.

Já Radagaiso era apresentado por Orósio como pagão e *bárbaro*, pois estava associado aos grupos aristocráticos que tinham por liderança anteriormente o também pagão Athanarico, os quais foram resistentes ao processo de evangelização e conversão realizadas por Úlfilas, no século anterior, sendo por este motivo um portador da crueldade e um autêntico *inimicus romanorum*.

A figura de Alarico era valorizada para Orósio a ponto de afirmar que o saque de Roma em 410 era um castigo de Deus contra os pagãos, sendo Alarico o agente que aplicou esse castigo. Além disso durante seu texto, Orósio, tenta amenizar a intensidade da ação dos godos dentro de Roma, afirmando que os mesmos preservaram os lugares sagrados, além de respeitarem os cristãos e seus credos:

E para que fique mais claro que aquela invasão da cidade se devia mais a indignação de Deus que a força dos inimigos, aconteceu inclusive que o bispo da cidade de Roma, o bem-aventurado Inocêncio, qual justo Loth tomado de Sodoma, se encontrava em Ravena pela oculta providência de deus; desta forma não viu a queda do povo pecador. (Hist.Adv.Pag., VII; 39).

[...] um godo, que era dos poderosos e de religião cristã, encontrou casualmente em uma casa de religião uma virgem consagrada a Deus, de idade avançada; e, quando ele pediu de uma forma educada o ouro e prata, ela, com a segurança que lhe dava sua fé, respondeu que tinha muito, prometeu que o mostraria, e tirou tudo a sua presença; e quando se deu conta o bárbaro, a vista de todas aquelas riquezas, ficou atônito por sua quantidade, seu peso e sua formosura, apesar de que desconhecia a qualidade dos vasos, a virgem de Cristo lhe disse "estes são os vasos sagrados do apóstolo Pedro; pegue-os, se têm suficiente valor; se o fizeres, tú terá que responder; eu, dado que eu não posso defendê-lo, não me atrevo a mantê-lo". O bárbaro tendo respeito à religião já por temor a Deus, já pela fé da virgem, mandou um mensageiro a Alarico para lhe informar deste feito; Alarico deu ordens para que os vasos sagrados fossem levados até a basílica do apóstolo e que, sobre a mesma escolta, fosse também a virgem e todos os cristãos que quisessem se unir. A casa, segundo dizem estava bastante longe da basílica e tinham que atravessar toda a cidade. Portanto, enquanto todos olhavam aquele grande espetáculo, os vasos de ouro e de prata são publicamente translados levando cada pessoa um em sua cabeça. A piedosa procissão é cortejada em todo seu percurso por uma escolta de espadas desembainhadas; romanos e bárbaros, unidos em um só

coro, cantam publicamente um hino a Deus; o som da trombeta da salvação soa em largura e comprimento no meio do saque da cidade, e incita a todos, inclusive aos escondidos em lugares ocultos. (*Hist.Adv.Pag.*, VII; 39).

Podemos perceber nesses dois trechos como Orósio tenta amenizar o saque feito por Alarico e seus godos cristianizados, afirmando que tinham um grande respeito pela religião cristã²⁴.

Outro autor que tem preocupações semelhantes com as de Orósio é Agostinho. Em sua obra, *De civitate Dei*, que foi escrita após o saque de Roma realizado por Alarico em 410, o autor tem a preocupação de valorizar a religião cristã e realizar uma crítica aos que ainda permanecem pagãos.

No seguinte trecho, Agostinho, valoriza o fato de os godos terem poupado os cidadãos que se refugiaram nos locais sagrados para os cristãos, ressaltando que em nenhum momento anterior a esse, os povos invasores tinham realizado o mesmo gesto de clemência:

Atestam-no as capelas dos mártires e as basílicas dos apóstolos, que em plena desolação de Roma abriram o seio a quantos, cristãos ou gentios que nele buscavam refúgio. Até o sagrado limiar o furioso inimigo banhava-se em sangue, mas nessa barreira a raiva assassina expirava. Para esses lugares alguns vencedores, tocados de compaixão, levavam aqueles que, mesmo fora de tais recintos, haviam poupado, para subtraí-los a mãos mais ferozes, eles próprios também cruéis e impiedosos pouco mais longe, desarmados quando se aproximavam dos lugares em que lhes era interdito o que o direito da guerra permitira alhures. Detinha-se, nos santuários, a ferocidade que faz vítimas, embotava-se a cupidez que quer cativos (*De civitate Dei*; I; I)

Abri as histórias de todas as guerras, quer anteriores à fundação de Roma, quer posteriores a seu nascimento e à organização de seu império, lede-as e mostrai-nos estrangeiros, inimigos, senhores de cidade conquistada, que tenham poupado aqueles que sabiam estar refugiados nos templos de suas divindades, mostrai-nos algum chefe

²⁴ Orósio também tenta amenizar este saque para reforçar sua tese de que os tempos anteriores a Cristo eram muito mais duros do que os atuais. Em seu texto ele afirma que o saque de Roma realizado antes de Cristo pelos gauleses foi muito mais desastroso do que o feito nessa época. Com isso o mesmo acreditava provar para os pagãos que o saque de Roma em 410 não era um castigo aos romanos feitos pelos antigos deuses pagãos.

bárbaro que, em cidade por ele forçada, haja ordenado se poupasse toda pessoa surpreendida neste ou naquele templo (*De civitate Dei*; I; II).

Como vemos, nessa passagem, Agostinho valoriza muito o fato dos godos de Alarico terem poupado todos os cidadãos romanos que se refugiaram nos locais sagrados dos cristãos. Parece-nos que como Orósio, Agostinho, minimiza o saque feito pelos godos e culpa mais os próprios romanos, principalmente por ainda professarem outras religiões, sendo que a religião cristã estava em seu alcance.

Apesar de na passagem anterior, Agostinho, ter amenizado o ataque dos godos, nessa seguinte ele critica duramente o ataque professado por outro grupo de godos, liderados então por Radagaiso:

Quando Radagaiso, rei dos godos, à frente de imensa e inumana hoste, já nas cercanias da Urbe, ameaçava-se lançar-se sobre Roma, em um só dia foi vencido com tamanha celebridade, que nem um só dos romanos, não direi morto mas nem mesmo ferido, ficaram estendidos por terra mais de cem mil do exército contrário e o general com os filhos foram presos e logo mortos com a pena devida. Se ímpio como era, houvesse entrado em Roma com suas tão ímpias hostes, a quem perdoaria? A que lugares dos mártires tributaria honra? Em que pessoas temeria a Deus? De quem quereria se não fosse derramado o sangue? De quem quisera deixar intacta a castidade? Que clamores não ergueriam esses pagãos em favor dos deuses com que descaramento não nos lançaria em rosto que Radagaiso vencera e fora tamanho seu poder porque precisamente aplacava e invocava todo dia os deuses com sacrifícios, coisa que a religião cristã não permitiria que os romanos fizessem! (*De civitate Dei*; V; XXIII).

E depois que Roma fosse tomada por esses bárbaros, que contra toda usança das guerras anteriormente travadas, em reverência a religião cristã perdoaram os que refugiavam nos lugares santos; e eram tão contrários, pelo nome de cristão, aos próprios demônios e aos ritos dos sacrilégios e sacrifícios nos quais fundava Radagaiso sua presunção, que parecia sustentarem guerra muito mais cruel contra eles do que contra os homens. (*De civitate Dei*; V; XXIII).

Analisando esses dois trechos, podemos ver como Agostinho, assim como Orósio, abomina a imagem de Radagaiso e de como ele louva o fato de o mesmo não ter conseguido entrar em Roma em 406, pois diferentemente de Alarico, ele não teria

poupado os lugares sagrados para os cristãos e nem os cidadãos que se refugiariam dentro deles. Logo podemos ver, novamente no texto de um autor romano, a preferência deste pelo rei godo ariano Alarico, do que pelo rei godo pagão Radagaiso.

Segundo Frederico-Mario Beltrán Torreira (1986, p.55) a causa da ortodoxia seguirá identificando nesse período como a causa da romanidade.

Em sua obra Agostinho fala também do sistema administrativo romano. Para isso o mesmo retorna a obra "Da República" de Cícero:

Segundo as definições mais prováveis e a seu modo, foi a república, mais bem administrada pelos antigos romanos do que pelos modernos. Verdadeira justiça existe apenas na república cujo fundador e governo é Cristo, se nos agrada chamá-la república, porque não podemos negar que seja também coisa do povo. Se porém, tal nome, que em outros lugares tem significado diferente, apartam-se muito de nossa linguagem corrente, pelo menos na cidade de que diz a Escritura: "Coisas gloriosas disseram-se de ti, cidade de Deus", encontra-se a verdadeira justiça (*De civitate Dei*; II; XXI).

Nessa passagem Agostinho deixa claro sua ideia de que a verdadeira república só é aquela onde triunfa a justiça de Deus. E o único lugar onde se tem essa justiça é na cidade de Deus, ou seja, Roma.

Já outro autor do período tardio, Próspero de Aquitânia, tem como grande preocupação em sua crônica realizar uma história eclesiástica. Sua obra centra-se nos acontecimentos da *ecclesia*, especialmente nos problemas que eram as *heresias* para o cristianismo ortodoxo. Entretanto no decorrer da crônica podemos encontrar alguns trechos em que esse autor se refere a acontecimentos ocasionados por *rex* germanos.

Na seguinte passagem, Próspero critica o rei godo pagão Atanarico por perseguir, matar e expulsar os cristãos em solo romano. Segundo sua crônica: "*Athanaricus rex* dos godos em perseguição aos cristãos, com um grande número de mortes os expulsou de suas casas e do território romano (*Chronicum Integrum*; I; 731)".

Em outro trecho de sua obra, Próspero informa o acordo feito pelo *rex* godo Valia com o Patrício Constancio no qual a Aquitânia é oficialmente entregue aos godos:

"O Patrício Constante firma paz com Walia, deixa ele habitar a Aquitânia e alguns territórios na fronteira da província (Chronicum Integrum; II; 741)".

Em nossa visão a passagem acima ilustra bem a ideia do que alguns autores tardios, como Próspero, afirmavam o que os *bárbaros* desejavam obter. Ao obter esses territórios de Roma, esse povo estava conseguindo o *regnum*, a autoridade delegada, conseguida e conquistada por Roma. Com isso, esse último termo adquiria uma conotação positiva nesse período, sendo visto portanto de uma maneira diferente pelos pensadores romanos dessa época, do que era visto pelos do período clássico.

Por fim temos um exemplo de busca pelo reconhecimento da autoridade que consideramos muito elucidativo, que é o caso de uma possível tentativa de reconhecimento político-religioso na Península Ibérica através da figura de Prisciliano de Ávila. Consideramos os desdobramentos dessa tentativa de legitimação muito importante porque algumas décadas depois ocorrerá outro processo de legitimação e reconhecimento da autoridade na região ibérica, só que desta vez na figura das *gentes* suevas.

Sobre Prisciliano temos poucas informações acerca de sua origem, a maioria delas provém da crônica escrita por Sulpício Severo no início do Século V, a qual é muito crítica a Prisciliano e sua interpretação do cristianismo. De acordo com o mesmo, Prisciliano era de uma família conhecida e muito rica:

Prisciliano, de família conhecida, enormemente rico, agudo, inquieto, eloquente, culto e erudito, com extraordinária disposição para o diálogo e a discussão, feliz sem dúvida se não houvesse degradado sua extraordinária inteligência entregando-se a interesses depreciáveis (S.Severi, Chr; II; 46; 3)

Em nossa visão além de sua retórica, a riqueza e influência de sua família teriam ajudado Prisciliano a conseguir muitos adeptos para sua interpretação do cristianismo, entre eles, segundo Severo, muitos jovens, nobres, mulheres e bispos outrora ortodoxos:

Assim mesmo vaidosíssimo e mais orgulhoso do que o normal de seus conhecimentos profanos; inclusive se crê que desde sua juventude praticou a magia. Quando aceitou essa doutrina de perdição, com sua capacidade de persuasão e suas qualidades de captação quis compartilha-la a muitos nobres e a muitos homens do povo (S.Severi, Chr; II; 46; 5).

Ademais, as mulheres, ávidas de novidades, indecisas na fé e com curiosidade por tudo, afluíam em massa; pois fazendo festa de humildade em seu aspecto e presença havia logrado respeito e veneração por todo mundo (S.Severi, Chr; II; 46; 6).

E paulatinamente a gangrena desta heresia se havia apoderado da maior parte da Hispania, inclusive alguns bispos indesejáveis, entre eles Instancio e Salviano, não só haviam acolhido a Prisciliano de comum acordo, senão sobre o aspecto de uma espécie de conspiração (S.Severi, Chr; II; 46; 7).

De acordo com o relato de Severo podemos ver que o priscilianismo atingiu vários extratos diferentes da sociedade, na Península Ibérica. Não temos a intenção de entrar na discussão sobre as concepções dogmáticas dessa *heresia*²⁵ mas sim de demonstrar com a mesma atingiu um elevado grau de aceitação na Península Ibérica a ponto de seu líder e seguidores desejarem o seu reconhecimento frente ao poder imperial e frente à ortodoxia e através disso conseguirem uma autoridade como uma força político-religiosa de sua região.

Após o crescimento político-religioso dessa *heresia* na Península Ibérica a mesma é denunciada pelo bispo Hygino a Hidácio de Mérida, o qual convoca o I Concílio de Zaragoza, com o objetivo de condenar as crenças de Prisciliano e seus seguidores. Temos essas informações a partir da crônica de Severo e das atas desse Concílio, a última apesar de não citar precisamente Prisciliano e seus seguidores, condena algumas de suas práticas, como a igualdade eclesiástica entre homens e mulheres e sua ascese elevada:

Até que Hygino, o bispo de Córdoba, que vivia perto, relatou o descoberto a Hidacio, o bispo de Mérida. Ele, sem moderação alguma, frustigando a Instancio e seus companheiros mais de o conveniente, ascendeu a chama de um incêndio em seus começos logrando melhor exasperar os malvados que controlá-los (S.Severi, Chr; II; 46; 8).

²⁵ Juízo de valor do cristianismo ortodoxo.

Assim pois, depois de muitos debates entre eles que não merecem ser recordados, se reúne um sínodo em Zaragoza, em que também estiveram presentes os bispos aquitanos. Mas os heréticos não se atreveram a apresentar-se em juízo, apesar disso se dita a sentença em rebeldia e se condena a Instancio e Salviano bispos, a Helpidio e Prisciliano laicos. Se adicionou também que, se alguém chegava a receber em sua comunhão aos condenados devia saber que a mesma sentença ia lhe ser aplicada (S.Severi, Chr; II; 47; 1).

Reunindo-se na sacristia de Zaragoza os bispos Fitadio, Delfín, Eutoquio, Ampelio, Auxencio, Lucio, Itacio, Esplendonio, Valerio, Simposio, Carterio e Hidacio, disseram todos: leiam-se as decisões (I Concílio de Zaragoza).

Que todas as mulheres da *ecclesia catholicae* e batizadas não assistam a lições e reuniões e outros homens que não sejam seus maridos. E que elas não se juntem entre si com o objetivo de aprender ou ensinar, porque assim ordena Apóstolo. Todos os bispos disseram: Seja anátema todos aqueles que não observem esta prescrição do concílio (I Concílio de Zaragoza; I).

Também leu: se algum clérigo, por uma suposta vaidade ou soltura, abandonando espontaneamente seu ofício e quiser parecer com mais um observante da lei sendo monge que clérigo, deve ser expulso da *ecclesia*, de modo que não será admitido nela senão depois de muito tempo de rogos e súplicas. Todos os bispos disseram: Faça-se assim (I Concílio de Zaragoza; VI).

Após a realização desse concílio Instancio e Salviano, provavelmente em uma tentativa de fortalecer Prisciliano e seu movimento, elevam o mesmo à condição de Bispo. Severo nos testemunha esse acontecimento:

Em tanto, Instancio e Salviano, condenados em juízo dos bispos, nomeiam Prisciliano, certamente laico mas cabeça de todos os malvados e condenados junto com eles no sínodo zaragozano, o bispo da cidade de Ávila com o fim de reafirmar seu poder, pensando sem dúvida que, se investiam de autoridade episcopal a um homem ativo e astuto, estariam mais seguros (S.Severi, Chr; II; 47; 4).

Mas essa eleição foi considerada irregular deste o princípio e com isso, Prisciliano foi considerado um bispo intruso e encontrou nessa elevação o princípio de sua ruína. (INSUELAS, 1943, P. 431). Ao se estudar o processo de Tréveris contra os priscilianistas, Klaus Girardet põe que a ordenação de Prisciliano havia sido

controvertida, pois não respeitava os preceitos conhecidos da legislação eclesiástica (Augusto, 2006, p. 613).

Entretanto mesmo sendo elevado a bispo, Prisciliano vê seu movimento ter um novo revés. Hidácio de Mérida consegue uma ordem do Imperador Ocidental Graciano para que Prisciliano e seus seguidores sejam expulsos de suas sedes. Segundo Severo:

Assim pois, depois de muitos e vergonhosos debates, ante as súplicas de Hidacio, se consegue um escrito de Graciano, então imperador, por ele que se ordenava não só os heréticos saírem de suas igrejas ou cidades, senão que fossem expulsos de todas as terras. Ao interar-se deles os gnósticos, desconfiando de sua situação, sem atrever-se a enfrentar um juízo, os que pareciam bispos se retiraram sem pressão; o resto se dispersou sem medo (S.Severi, Chr; II; 47; 7).

Após suas destituições Prisciliano, Instancio e Salviano tentaram conseguir seu reconhecimento primeiramente perante outras autoridades episcopais, como o bispo Dálmaso, o bispo Ambrósio e depois ante as imperiais, como Macedonio membro da corte de Graciano. De acordo com Severo:

Então Instancio, Salviano e Prisciliano marcharam a Roma para defender-se das acusações ante Dámaso, o bispo da cidade naqueles momentos. Fizeram um caminho beirando a Aquitania interior, ali maravilhosamente acolhidos espalharam a semente da heresia (S.Severi, Chr; II; 48; 1).

Quando chegaram a Roma, desejosos de escusar-se ante Dámaso, nem sequer ele admitiu a sua presença. Voltando a Milão encontraram Ambrósio que lhes era igualmente adverso (S.Severi, Chr; II; 48; 4).

Então mudaram de opinião; como não haviam conseguido enganar aos dois bispos cuja autoridade era superior naqueles momentos, sua intenção era arrancar do imperador o que desejavam mediante dádivas e lisonjas. E assim depois de subornar Macedonio, então *magister officiorum*, conseguem uma ordem na que, depois de pisotear decisões anteriores, ordenava que fossem restituídos em suas igrejas (S.Severi, Chr; II; 48; 5).

Confiando nisso Instancio e Prisciliano empreenderam a viagem de regresso as Hispanias, pois Salviano havia morrido na cidade, e então sem nenhum enfrentamento receberam as igrejas a cuja frente haviam estado (S.Severi, Chr; II; 48; 6).

Os priscilianistas tinham alcançado uma grande vitória pois haviam conseguido o reconhecimento imperial que tanto almejavam, mas tudo mudou drasticamente quando Magno Máximo, que era comandante militar da Britânia, derrotou Graciano, que foi assassinado em 25 de agosto de 383. O imperador usurpador decidiu celebrar um sínodo²⁶ em Burdigala, com o objetivo de resolver definitivamente o problema do priscilianismo. A interferência dos imperadores nessa questão priscilianista nos mostra novamente como as esferas político-religiosas eram extremamente ligadas na antiguidade.

Averil Cameron (1992) propõe a utilização do termo "patrocínio" nesses casos em que o imperador intervinha na esfera religiosa. Entretanto cremos que o conceito de *patrocinium* fica muito distante da realidade apresentada pelas fontes tardo-antigas, como Sulpício Severo, Orósio e Hidácio. Se assim fosse, como explicaríamos a posterior eliminação física de Prisciliano por parte do usurpador? O que sim podemos dizer é que houve uma utilização do problema priscilianista, sob a perspectiva político-ideológica, por parte de Máximo.

Nesse momento o Mundo Romano era comandado por três imperadores diferentes, Teodósio no Oriente e Valentiano II/Magno Máximo conjuntamente no Ocidente, sendo essa divisão tolerada por Teodósio²⁷

Sulpício Severo nos testemunha estes fatos e ao narrá-los sempre procura mostrar Magno Máximo como um grande imperador, enaltecendo sempre seus feitos em vez de considerá-lo um usurpador. Esse é um dos motivos que nos levam a afirmar que essa parte final da crônica de Severo é uma ode a Magno Máximo. Segundo Severo:

²⁶ As atas desses Sínodo não foram conservadas até a atualidade.

²⁷ O reconhecimento de Magno Máximo por Teodósio não é consenso na Historiografia. Jones, A. H. M. *The Later Roman Empire*, 158-159. e Kulikowski, Michael. *Guerras góticas de Roma*, São Paulo: Madras, 2008, p. 185. acreditam que Teodósio não tinha esse reconhecimento. Entretanto para FRIGHETTO, Renan A Imagem de Teodósio nas *Historiae Adversus Paganos* VII, 34-35 de Paulo Orósio. IN: *Revista Stylos*. Año14, nº 14, p. 25-37, 2005. e ESCRIBANO, M. V. "Usurpacion y religion em el s. IV d. de C. Paganismo, Cristianismo y Legitimación política", in: *Antigüedad y Cristianismo VII - Cristianismo y aculturación em tiempos del Império Romano*, Murcia, 1990, pp. 257-267. havia uma certa tolerância de Teodósio para com Magno Máximo. Concordamos com Frighetto e Escribano e acreditamos inclusive que Constantinopla teria um papel fundamental na definição dos assuntos ocidentais.

E então se havia propagado mansamente o rumor de que Máximo as havia feito com o poder na Britânia e de que em breve iria irromper nas Gálias. Assim que então Itacio mesmo quando a situação é confusa, espera a chegada do novo imperador; entretanto não deve promover nada (S.Severi, Chr; II; 49; 5).

Assim pois quando Máximo entrou vencedor na cidade de Tréveris, acumulou suas súplicas cheias de ódio e acusações contra Prisciliano e seus companheiros (S.Severi, Chr; II; 49; 6).

Comovido o imperador por elas, enviando uma carta ao prefeito das Gálias e ao vicário das Hispanias, ordena que sem exceção todos os que estavam implicados naquela praga se transladem ao sínodo de Burdeos (S.Severi, Chr; II; 49; 7).

Assim que se transladam Instancio e Prisciliano; obrigado a defender-se em primeiro lugar, visto que suas alegações foram débeis, se declarou indigno do episcopado (S.Severi, Chr; II; 49; 8).

Enquanto Prisciliano recorreu ao imperador para que seu caso não se viera ante os bispos. E se consentiu em ele devido a debilidade dos nossos que haviam devido ditar a sentença inclusive em rebeldia ou, se eram considerados suspeitosos, reservar ao caso a outros bispos, mas não ceder ao imperador a jurisdição sobre delitos tão claros (S.Severi, Chr; II; 49; 9).

Como dito acima por Severo, o resultado do Sínodo de Burdeos foi desfavorável para os priscilianistas. Instancio fora deposto do episcopado e Prisciliano teria pedido para não ser julgado pelos bispos, mas que seu caso fosse decidido por Magno Máximo. Então o mesmo foi conduzido a Tréveris em nossa visão com a intenção de apoiar publicamente a causa de Magno Máximo e em troca receber novamente a legitimação imperial para seu culto que a tinha perdido com a morte de Graciano.

De acordo com Severo, Martin²⁸ teria rogado a Máximo que não condenasse Prisciliano e seus seguidores à morte, em um primeiro momento Máximo teria acatado a sugestão, entretanto o mesmo teria sido persuadido por outros bispos, como Magno e Rufo para tomar medidas mais enérgicas contra os hereges. Com isso após sua chegada em Tréveris, Prisciliano e seus seguidores foram entregues por Máximo ao prefeito Evodio, um homem enérgico e inflexível, para serem julgados. Depois de interrogar Prisciliano, provavelmente através de tortura, o mesmo foi declarado culpado e preso. A

²⁸ A figura de Martin é extremamente valorizada por Severo, que o compara inclusive com os santos mártires dos cristãos. Severo o valorizava tanto que escreveu uma biografia de sua vida, denominada "Vida de Martin".

decisão de Evodio foi levada a Máximo o qual decidiu que a pena de Prisciliano seria a morte e outras demais seriam aplicadas aos seus seguidores. Nas palavras de Severo:

Assim que todos os implicados na causa foram levados ante o rei. Depois deles foram também os acusadores, os bispos Hidacio e Itacio cuja vontade por desterrar os hereges no censuraria se não houvessem lutado mais lá do que o conveniente levados da vontade de vencer (S.Severi, Chr; II; 50; 1).

Pois então Martin, residente em Tréveris, não deixava de pressionar Itácio dizendo-lhe que desistira da acusação, de rogar a Máximo que não decretara a morte de uns desgraçados, que era suficiente e de sobra o que os hereges julgados de acordo com as normas dos bispos fossem expulsos de suas igrejas, que era comportamento atroz e inaudito que um juiz leigo julgasse um assunto eclesiástico (S.Severi, Chr; II; 50; 5).

Enfim, Martin esteve em Tréveris, se prorrogou a vista e logo, a ponto de marchar já, com seu grande prestígio arrancou a Máximo a promessa de que não se tomaria nenhuma medida sangrenta contra os réus (S.Severi, Chr; II; 50; 6).

Mas depois o imperador, pervertido pelos bispos Magno e Rufo, desviado de suas posturas suaves, entregou o processo ao prefeito Evódio, homem enérgico e inflexível (S.Severi, Chr; II; 50; 7).

E depois de escutar a Prisciliano por duas vezes em juízo e declará-lo convicto de malefício, como não renegou de haver-se entregado a práticas obscenas, haver celebrado reuniões noturnas com mulheres de má fama e acostumar a rezar nu, o declarou culpado e o encarcerou até informar ao imperador. A notícia do acontecido chegou ao palácio e o imperador decidiu que era justo condenar à morte a Prisciliano e seus companheiros (S.Severi, Chr; II; 50; 8).

Pelos demais Itácio vendo que mal ambiente tinha entre os bispos mantinha-se como acusador também nos últimos trâmites do juízo sobre a condenação de morte - efetivamente era necessário repetir o juízo - se retira do processo uma vez cometido o crime de astúcia vã²⁹ (S.Severi, Chr; II; 51; 1).

E então, Máximo nomeia como acusador um tal de Patrício, pai do fisco. Assim, ante a renovação da petição, Prisciliano é condenado à morte e junto com ele Felicísimo e Armenio que, seguindo a Prisciliano, se haviam apartado recentemente dos católicos ainda que sendo clérigos (S.Severi, Chr; II; 51; 2).

Também Latroniano e Eucrocia foram decapitados. Instancio, que antes dissemos que havia sido condenado pelos bispos, foi deportado

²⁹ Durante seu texto, Severo, critica durante Itácio, provavelmente pelo mesmo ser inimigo de Martin e o ter acusado publicamente de heresia (S.Severi, Chr; II; 50; 4).

para a ilha de Scilly, situada mais lá da Britânia (S.Severi, Chr; II; 51; 3).

Se passou depois aos demais juízos seguintes e foram condenados a morte Asarivo e Aurelio, diácono, Tiberiano foi translado a ilha de Scilly, previa confisco de seus bens. Tertulo, Potamio e João, como pessoas de inferior condição, como antes da causa se haviam entregado a si mesmos e a seus companheiros, foram confinados temporalmente nas Gálias e Britânia (S.Severi, Chr; II; 51; 4).

Deste modo homens que mereciam viver foram executados ou foram castigados com o exílio abrindo um nefasto precedente. Este princípio se justificou baseando-se na legalidade dos juízos e na honra da comunidade, depois ao ver-se Itacio angustiado pelos insultos e finalmente acusado abertamente o lançava contra aqueles sobre cujas ordens e conselhos haviam atuado; sem dúvida, unicamente ele entre todos foi expulso do episcopado (S.Severi, Chr; II; 51; 5).

Nesse ponto levantamos uma questão, por que será que Magno Máximo desdenhou do apoio de Prisciliano a sua causa e o condenou à morte? Em nossa visão essa foi uma jogada político-religiosa de Magno Máximo para desfavorecer o grupo político-religioso de Teodósio e ao mesmo tempo fortalecer sua posição perante as autoridades da fé nicena.

Segundo Frighetto (2005, p. 30-31) pelo Priscilianismo ser de origem hispana, o mesmo poderia contar em seu corpo com a participação de personagens associados ao círculo político e familiar de Teodósio e este elemento poderia macular toda a construção positiva ao redor do *Optimus Princeps*. Por outro lado Frighetto sugere como hipótese plausível que a reação de Máximo de condenar e executar Prisciliano e seus seguidores, seguia uma linha de atuação de eliminar prováveis aliados e seguidores de Teodósio, além de posicionar-se como aliado à fé nicena e buscar um apoio político-religioso junto a um dos maiores expoentes políticos do universo cristão, o bispo Ambrósio de Milão.

De acordo com Maria Vitória Escribano (1990, p.267), observando o papel de Máximo durante a questão priscilianista, nos parece certo afirmar que o usurpador procurava o pleno reconhecimento de seus poderes como Augusto nos territórios ocidentais junto às cortes imperiais de Constantinopla e Milão, sendo a ocorrência de Prisciliano e seus seguidores uma consequência do poder exercido por Máximo e meio

pragmático para demonstrar sua posição ideológica em favor do Cristianismo niceno como legítimo *princeps christianus*.

Entretanto a estratégia de Máximo parece ter falhado, pois não vemos nas fontes nenhuma demonstração de apoio, nem de Constantinopla e nem de Milão. Entretanto segundo Frighetto (2005, p.32), o juízo e a condenação de Prisciliano e seus seguidores, embora realizados por um motivo justificável de que podiam realizar uma *sedition* na *ecclesia*, possivelmente provocou um primeiro sinal da tensão entre Máximo e Teodósio, que culminou na ruptura do *foedus* existente entre eles e a derrota do usurpador em Aquiléia no ano de 388.

Sobre o priscilianismo podemos afirmar que apesar da busca pelo reconhecimento da autoridade do movimento ter fracassado frente a negação de Máximo, o mesmo não saiu totalmente derrotado da condenação de seus líderes. Segundo Severo, os priscilianos que antes viam o bispo de Ávila como um santo nesse momento o veneravam como um mártir. Assim sendo sua seita começou a se propagar mais ainda:

Pelo demais, executado Prisciliano, a heresia que se havia propagado sobre seu patrocínio não só não foi reprimida, sem que, reafirmando-se, se propagou mais extensamente. Pois seus seguidores, que o haviam honrado antes como um santo, depois começaram a venerá-lo como um mártir (S.Severi, Chr; II; 51; 7).

Os corpos dos mortos foram levados às Hispanias e suas exéquias se celebraram com grande solenidade. Inclusive o jurar por Prisciliano se considerava mostra de sua religiosidade. Em troca, entre os nossos se havia provocado uma constante guerra de discórdias que, exacerbada por quinze anos de vergonhosas dissensões, não podia sufocar-se de modo algum (S.Severi, Chr; II; 51; 8).

O movimento priscilianista era tão forte na Península Ibérica, com especial destaque para a região da *Gallaecia*, que continuou se propagando no restante do século IV e no decorrer do século V. Prova disso foi a realização do I Concílio de Toledo no ano de 400, o qual continha artigos que foram redigidos justamente contra o priscilianismo, além disso no decorrer do século V, Idácio de Chaves nos dá notícias

sobre acontecimentos envolvendo priscilianistas na Península Ibérica, além de fazer uma referência a Sulpício Severo e sua crônica :

Termina a constituição do concílio Todelano. Começam os artigos da fé católica contra todas as heresias, e sobretudo contra os Priscilianos, que foram redigidos pelos bispos Cartaginenses, Terraconenses, Lusitanos e Béticos, e enviados com o preceito do papa romano Leão, a Balconio o bispo da Galícia (I Concílio de Toledo).

Se alguém segue ou professa estes erros a seita do Priscilianismo, de modo a administrar o batismo da salvação procede de outra maneira distinta e contra a sede de São Pedro, é anátema (I Concílio de Toledo; XVIII).

Começam as distintas profissões da fé contra a seita de Prisciliano no Concílio de Toledo (I Concílio de Toledo).

Reúne-se na província Cartaginense, na cidade de Toledo um sínodo de bispos, e como se contém em suas atas, Simfosio e Dictínio e outros bispos da Província da Galícia com eles, seguidores de Prisciliano, condenam sua heresia blasfematória com o mesmo testemunho de sua profissão. Estabelecem-se também certas prescrições sobre a observância da disciplina da Igreja, por intervenção do bispo Ortigio, que havia sido consagrado em Calenas, mas com intervenção dos Priscilianistas andava desterrado, arrojado pelas facções, por causa da fé *católica* (*Idácio; cron. a.400-VI [158]*).

Severo, homem eminente, discípulo do santíssimo Martin, escreve a vida e maravilhas deste; e escreveu assim mesmo crônicas distintas desta, que abarca desde o princípio do mundo até a seita perniciosíssima de Prisciliano. (*Idácio; cron. a.405-XI [185]*).

Está a frente da igreja de Roma Leão, bispo XLIII: Os escritos deste contra os Priscilianistas são trazidos aos bispos da *Hispania* por Pervinco, diácono do bispo Toríbio. Entre os ditos escritos se envia ao bispo Toríbio um tratado completo sobre a defesa da fé *católica*, e das blasfêmias dos hereges, que são aceitas por alguns da Galícia com intenção artificiosa. (*Idácio; cron. a.447-XXIII [635]*).

Ubric Rabaneda (2006, p. 230-231) afirma que o I Concílio de Toledo tinha como principal objetivo conseguir a reconciliação de priscilianistas e nicenos. Contudo seus resultados não foram os desejados, pois ainda que alguns priscilianistas aceitaram as decisões do concílio e renunciaram a suas crenças, outros aumentaram ainda mais sua fé. Ainda segundo o autor os bispos béticos e cartaginenses se opuseram as decisões adotadas pelo concílio por considerarem que seus colegas haviam sido muito benévolos com os hereges e se recusaram a admitir os priscilianistas arrependidos. O mal estar

provocado por essa situação esteve a ponto de provocar um cisma na *ecclesia hispana* porque nenhuma parte queria ceder sua posição. Ante essa situação os clérigos hispanos favoráveis ao consenso com os priscilianistas pediram que o bispo de Roma intervisse na situação. Com isso Inocêncio I³⁰ apoiou a reconciliação e castigou com dureza quem se opôs ao diálogo com os priscilianistas. Mesmo assim essas medidas não conseguiram resolver o conflito porque as discrepâncias entre a ortodoxia nicena e os priscilianistas deviam ser tratados com dureza ou indulgência, mas os desentendimentos entre nicenos e priscilianistas continuaram presentes ao longo do século V.

Com o apoio dessas fontes, nós podemos ter uma noção da disseminação dessa *heresia* na Península Ibérica. Em nossa opinião, o priscilianismo atingiu uma tamanha força político-religiosa na região que trouxe para a mesma certa autonomia nesse quesito em frente ao resto do Mundo Romano. Entretanto um dos objetivos que, em nossa opinião, Prisciliano e seus seguidores almejavam jamais foi conseguido, que era o reconhecimento de uma autoridade político-religiosa de seu credo.

2.4 Fixação dos suevos na Península Ibérica

Sobre a entrada de alanos, vândalos e suevos na Península Ibérica, podemos dizer primeiramente que esta resultou-se de uma disputa pela legitimação imperial do usurpador Constantino III perante as autoridades imperiais de Ravena, centradas na figura do imperador do Ocidente, Honório.

Segundo Garcia Moreno (1989, p. 40-41) com a evacuação das tropas romanas da Bretanha ordenada por Estilício em 402, os grupos dirigentes dessa região sentiram-se desprestigiados pelo governo de Ravena. Temerosos de se verem completamente isolados do resto do continente, em um momento em que o Mundo Romano sofria com as penetrações dos povos germânicos, estes grupos começaram a manobrar para impor um imperador que fosse de sua região e que com isso pudesse atender melhor e mais

³⁰ Inocêncio I, Ep. III: PL 20, 485-494.

diretamente a sua defesa e garantisse a necessária conexão com centros de governo do Império.

Ainda segundo o mesmo, depois de algumas tentativas frustradas em 405 e 406, finalmente esses grupos conseguem eleger um militar de nome Constantino. Este após o reconhecimento de seu poder na Britânia se apressa a passar ao continente . Agora com o nome de Constantino III, o mesmo, desembarca em Boulogne e começa o processo para ser reconhecido pelo exército romano estabelecido nas Gálias. De acordo com Moreno, por volta e maio de 408, Constantino III, tinha logrado êxito em penetrar na capital da Prefeitura de Arles.

Em nossa visão a usurpação de Constantino III assim como as demais que ocorreram nesse período são frutos da lenta e paulatina desestruturação da administração romana no Ocidente. As *Dioceses* da Britânia, da Gália e da Península Ibérica estavam insatisfeitas com administração romana, que na maioria das vezes só era eficiente para cobrar impostos da população e não garantia sua defesa contra seus potenciais inimigos. É nesse momento que líderes locais, como Constantino III, ganham apoio entre as elites dessas regiões.

De acordo com Garcia Moreno (1989, p.41) Constantino III tinha seu poder legitimado nas *Diocesis* Britânica e da Gália e queria ver seu poder reconhecido também na *Hispaniarum*. A invasão de seu governo pelas tropas dessa região, leais a Honório, poderiam colocá-lo em uma difícil posição militar, pois teria que enfrentar duas frentes de batalha.

Segundo Javier Arce (1982, p. 152) a *Diocesis Hispaniarum* estava neste momento dividida em dois grupos. Os que aceitaram a usurpação, talvez porque estavam insatisfeitos com a administração de Honório e seu círculo familiar, e uma parte que ainda era leal a corte de Ravena, que entretanto tomavam essa posição apenas por interesses pessoais. Ainda segundo Arce, os que mantiveram sua fidelidade a Ravena afirmavam que só aceitariam o *imperator iustus* e que pretendiam salvar a região dos *bárbaros*.

Segundo Orósio, Constantino III se associa aos *bárbaros* que nesse momento estão assentados na Gália e enfrentam essa resistência na Hispânia:

Por outra parte, a outros povos, irresistíveis por suas tropas e recursos, povos que nesse momento oprimiam as províncias das Gálias e das Hispânicas, concretamente os alanos, vândalos e suevos e também os borgoñones que se viram arrastados por próprias iniciativas as armas, os sublevaram; com isso, estes povos perderam ao mesmo tempo o medo que tinham do nome de Roma (*Hist.Adv.Pag.*, VII; 38).

Entretanto, as tribos dos alanos, dos suevos, e dos vândalos e muitas outras, excitadas, como disse, por Estilício³¹ dois anos antes do saque de Roma, arrasam os francos, passam o Reno, invadem as Gálias e, em uma incursão sem rodeios, chegam até o Pirineu. Detidos temporariamente em cima desta cordilheira se espalham pelas províncias próximas (*Hist.Adv.Pag.*, VII; 40).

Enquanto estes fazem correrias pelas Gálias, na Britânia é nomeado ilegalmente imperador e imediatamente assassinado Graciano, habitante desta mesma ilha. Em seu lugar é elegido, só por a esperança que seu nome infundia e não por seus valores, um tal de Constantino, homem de classe militar muito baixa; este enganado pelos bárbaros com pactos pouco seguros, não fez outra coisa senão dano ao *estado* (*Hist.Adv.Pag.*, VII; 40).

Nesse momento dois irmãos nobres e ricos chamados Dídimo e Veriniano, parentes de Honório, tentaram resistir a essa invasão de Constantino III. Primeiramente as legiões estabelecidas na guarnição lusitana tentaram recrutar um exército de escravos e camponeses de suas propriedades. Devido à posição favorável de Dídimo e Veriniano frente a Honório, o último enviou algumas tropas para ajudá-los na defesa da região, entretanto a irrupção dos godos liderados por Alarico na Península Itálica impediu que outras tropas imperiais pudessem reforçar a resistência na *Hispania*.

Segundo Díaz Martinez (2011 p. 49-50) os testemunhos de Zósimo, Olympiodoro e Sozomeno dão a entender que Dídimo e Veridiano aliados com outros irmãos seus, Theodosiolo e Lagodio, estavam à frente das províncias hispanas e Constantino III temia que o atacassem ali, e ao mesmo tempo as tropas de Honório vindas da Itália.

Constantino III nomeia então seu filho Constante como César e o envia a Hispânia, e este último nomeia seus próprios governadores e ordena a prisão de Dídimo

³¹ Sempre que menciona Estilício em sua Obra, Orósio, o faz de uma maneira negativa. Provavelmente pelo mesmo ter uma origem não-romana, provavelmente vândala, o que o fazia na ótica de Orósio uma pessoa indigna para ocupar um cargo de *magister militum* no Mundo Romano.

e Veridiano. Com estes presos, seus outros irmãos fogem, Theodosio para a Itália junto de Honório e Lagodio para o Oriente para a corte de Teodósio II. Dídimo e Veridiano são levados ante a presença de Constantino III e são executados. De acordo com Orósio:

Contra eles Constantino enviou as Hispanias seu filho Constante, convertido - Oh dor! - de monge em César; sobre seu comando pôs alguns bárbaros, os quais aceitos em aliança em outro tempo e chamados inclusive ao exército, os conhecia pelo nome de *honoriacos* (*Hist.Adv.Pag.*, VII; 40).

Diaz Martinez (2011, p. 50) nos informa que é difícil saber o papel exato que esses dois nobres, parentes de Honório, desempenharam, pois não tinham nenhum cargo administrativo no império e por isso não podem ser considerados representantes de um poder legal. Entretanto é estranho que tenham podido utilizar em sua resistência um grupo de legiões, sendo o uso dessa força autorizado somente para os detentores de algum cargo administrativo no Império Romano. Uma possível explicação de Martinez para a questão é que as fontes não fazem referência a que tipo de corpo de exército pertenciam essas tropas, podendo ser apenas guarnições urbanas montadas recentemente para serem utilizadas na defesa provincial.

José Orlandis (1987, p.23) chama a atenção para o fato de que fora apenas um exército de soldados privados e o de mercenários de Constantino III, os únicos que aparecem nas fronteiras da Hispania nesse momento de críticas circunstanciais. Segundo o mesmo a falta de referência em outras fontes das unidades romanas, acantonadas na Hispânia mencionadas pela *Notitia Dignitatum*, parece uma confirmação da escassa consistência real que tinham essas pretendidas legiões e coortes.

Nossa opinião vai ao encontro com as ideias de Orlandis e Diaz Martinez, pois acreditamos que essas tropas, que foram utilizadas na defesa da Península Ibérica, eram mais hostes pertencentes a família de Honório do que legiões propriamente ditas.

Após a execução dos dois nobres parentes de Honório a autoridade imperial é imediatamente substituída pela autoridade de Constantino III. Os magistrados enviados pelo usurpador foram recebidos com obediência na província.

Diaz Martinez (2008,p. 276-277) nos informa, que esse processo de enfrentamento entre os grupos romanos, sem dúvida reduziu a capacidade das províncias hispanas para fazer frente aos *bárbaros*, que nesse momento ocupavam a Gália.

Ao se estabelecer nas *Hispanias* Constante estabelece todo um aparato administrativo para que pudesse realizar suas funções de César e conseguir gerir toda a *Diocesis Hispaniarum*. Acompanhando Constante em seu governo estavam um general de nome Gerônimo, um prefeito do pretório chamado Apolinar e um *magister officiorum* de nome Décimo Rústico. Além disso Constante levava às *Hispanias* algumas tropas bárbaras que foram integradas em seu exército e que o auxiliaram na prisão de Dídimo e Veridiano. Orósio cita estas tropas em seus escritos, além de mencionar que elas tiveram uma recompensa por seus serviços:

A raiz destes acontecimentos tem lugar em primeiro passo para as ruínas das Hispanias. Em efeito, para tentar matar aqueles dois irmãos que pretendiam defender com suas forças privadas a cordilheira dos Pirineus, estes bárbaros receberam em primeiro lugar, como prêmio para a vitória, permissão para saquear as planícies de Palencia, e , em segundo lugar, foram encarregados da vigilância do citado monte e seus desfiladeiros, colocando de aqui e ali a fiel e útil guarnição composta de campesinos (*Hist.Adv.Pag.*, VII; 40).

De acordo com Diaz Martinez (2011, p. 50) essas tropas bárbaras foram deixadas por Constante ao comando do general Gerônimo e encarregadas pelo mesmo de fazerem a defesa do território recém-conquistado. As tropas tradicionalmente encarregadas apelaram da decisão, afirmando que poderiam continuar fazendo seu ofício e que não seria necessário deixar a defesa da região nas mãos de estrangeiros, mas a intervenção foi rejeitada pelo governo de Constante, pois o mesmo tinha dúvidas se as tropas regulares tinham sua fidelidade com o governo de Ravena.

Segundo Javier Arce (1982, p 155) Gerônimo era originário da Britânia e considerado o melhor general de Constantino III. Gozava de toda a confiança do usurpador e tinha sua valentia e experiência na guerra respeitada por todos, além disso seu prestígio com as tropas era indubitável, apesar da dureza com que as tratava.

Entretanto a partir do momento em que Constantino III confia suas tropas a Gerônimo sua administração tem uma reviravolta drástica. O último realiza um levante entre as *gentes* bárbaras, nesse momento estabelecidas na Gália, contra o imperador usurpador.

Não sabemos exatamente como esse acordo ocorreu, pois a história não nos legou fontes que os mencionam³², entretanto acreditamos que esses povos assentados na Gália, buscavam um lugar para se estabelecer definitivamente. Para eles a figura imperial não seria representada pelo governo oficial em Ravena ou mesmo pela figura do Usurpador Constantino III. Essa figura imperial seria vista na pessoa do próprio general Gerônimo, por ser um administrador local e um personagem mais próximo deles.

Roger Collins (2004, p. 3-4) nos fornece algumas informações de onde vieram esses povos que nesse momento estavam assentados na Gália. Segundo o mesmo esses povos se dividiam principalmente por três elementos étnicos diferentes: os alanos, os vândalos e os suevos. Os vândalos eram divididos em silingos e asdingos e os romanos acreditavam que os dois, assim como os suevos, eram povos germânicos que tinham suas origens nas terras situadas a leste do Reno.

Sobre os alanos Collins nos informa que eram uma povo da estepe de origem iraniana, e se encontravam principalmente na zona do norte do Cáucaso e no curso inferior do rio Don nos séculos III e IV. Esse autor supõe que alguns deles fugiram para o oeste com a chegada dos hunos nas margens dos Cárpatos em 370. Alguns deles teriam se tornado súditos dos hunos e outros teriam adentrado em território romano. Esses alanos que entraram no território romano teriam se associado aos vândalos e suevos na margem oriental do rio Reno no final de 406, entretanto não temos informações de como ocorreu essa associação.

Ainda segundo Collins (2004, p.4) no inverno de 406 esses três povos teriam cruzado o Reno e entrado no território romano, apesar de encontrarem uma pequena resistência dos francos, então aliados dos romanos. Depois de moverem-se durante três

³² Para autores como Idácio e Orósio a legitimidade dos tratados e pactos reside no poder da figura imperial legítima, ou seja, Honório. Dificilmente estes autores anotariam e reconheceriam em suas obras tratados feitos por usurpadores que não reconheciam.

anos pelo território da Gália, praticamente sem resistência, esses povos alcançaram os Pirineus.

Peter Heather (2009, p.7) afirma que dificilmente teremos um consenso do porque vândalos, alanos e suevos cruzaram o Reno, simplesmente porque as fontes desse período nos relegam poucas informações sobre esse acontecimento.

Entretanto acreditamos que após a transposição do Reno esses três povos assentados na Gália fizeram uma espécie de acordo com Gerônimo, o qual em troca de seu apoio militar, lhes designaria um *regnum*, uma autoridade que só pode ser delegada pelo portador do *imperium*, e também um local para poderem se fixar definitivamente.

Em nossa visão as *gentes bárbaras* em vez de tentarem estabelecer um acordo com o centro da administração romana situado em Ravena ou com o usurpador Constantino III preferiram fazer um tratado com Gerônimo, que era o personagem político do Mundo Romano com o qual tinham uma maior proximidade. Essa questão ressalta, em nossa opinião, uma preferência desses *bárbaros* em realizar um acordo com um centro de poder regional, em vez de negociar com o poder imperial.

Constantino III temendo essa associação entre Gerônimo e as tribos *bárbaras* assentadas na Gália, envia novamente seu filho Constante à Hispânia, agora acompanhado de um novo comandante militar, Justo, provavelmente com a intenção de derrotar e substituir Gerônimo.

É nesse momento, no outono de 409, que alanos, vândalos, suevos e outras pequenas tribos associadas aos mesmos saem da Gália e penetram através dos Pirineus e adentram na Hispania. Orósio e Idácio narram esta irrupção bárbara na Península Ibérica em suas obras.

A consequência foi que os *honoríacos* empapados com o grande botim e bajulados por sua abundância, ao ser concedida, para seus crimes foram mais impunes e tiveram mais liberdade para os próprios crimes, a custódia do Pirineu e abrem assim seus desfiladeiros, deixaram entrar nas províncias hispanas a todos os povos que ali andavam pelas Gálias, e se uniram eles mesmos a estes; e ali, fazendo de vez em quando importantes e sangrentas correrias, permanecem ainda como donos, depois de repartirem a sorte, uma vez que fizeram cruéis

barricadas de bens e pessoas, do qual eles mesmos ainda se arrependem (*Hist.Adv.Pag.*, VII; 40).

Alanos, Vandalos e Suevos entram nas Hispanias na era 447. Uns a colocam no dia 28, outros dia 12 de outubro, terça, no ano VIII do consulado de Honório, e o III de Teodósio, filho de Arcádio (*Idácio; cron. a.409-XV. [206]*)

Diaz Martinez (2001, p.52) afirma que tudo sugere que essa irrupção *bárbara* na Hispania se associa com uma manobra de Gerônimo que tentava fazer frente à Constante e seu comandante Justo. Segundo o mesmo essa interpretação na qual os *bárbaros* são utilizados como arma em uma guerra civil, se pode associar com a notícia de Olympiodoro e Sozomeno que afirmam que alanos, vândalos e suevos aproveitam o colapso por trás do poder de Constantino III para se apropriar de cidade e fortes na Gália e na Hispania, assim como de oficiais do Usurpador. Essa seria inclusive uma explicação mais plausível do que a que afirma que os *bárbaros* entraram na Península Ibérica atrás de recursos que haviam acabado na Gália.

Segundo Javier Arce (1982, p. 155) todos estes acontecimentos e sua correta interpretação são essenciais para entender o significado da penetração dos povos *bárbaros* na Península Ibérica no ano de 409. Segundo o mesmo nós devemos empregar a palavra penetração, em um sentido de consentida ou *pactada*, ao invés da palavra invasão, pois o centro de tudo isso se encontra na figura do general Gerônimo e seus interesses.

De acordo com Garcia Moreno (1989, p. 43) em troca do apoio militar que deveriam prestar a Gerônimo e Máximo frente a Constantino e seu filho, se permitiu a entrada nas Hispanias desse perigoso e potente contingente *bárbaro*.

Ainda de acordo com Arce (1982, p.158) nesse momento a *Diocesis Hispaniarum* se converte em um cenário de uma guerra civil entre dois grupos opostos dentre dos próprios habitantes peninsulares, os partidários de Gerônimo e os de Constantino III, sem nos esquecer dos que ainda são leais a Honório. Arce também frisa que nesse momento o centro do problema está em Gerônimo e seu papel político decisivo.

Após narrar a entrada desses povos na Península Ibérica Orósio e Idácio narram também as consequências dessa irrupção *bárbara* nos territórios hispanos, frisando sempre o sofrimento que a mesma trouxe para a população hispano-romano, chegando Idácio a compará-la com a chegada dos quatro cavaleiros do apocalipse bíblico.

Esta seria uma boa ocasião para dizer muitas coisas sobre feitos deste tipo, se não fora porque na mente de todos e de cada um dos homens fala sua secreta consciência. Foram invadidas as Hispanias; que sofreram matanças e roubos: em verdade que não se trata de nada novo, já que durante estes anos em que as armas inimigas atuaram com crueldade, os hispanos sofreram nas mãos dos bárbaros o que sofreram duzentos anos nas mãos dos romanos, e o que aguentaram inclusive, na época do imperador Galieno, durante quase doze anos uma invasão dos germanos (*Hist.Adv.Pag.*, VII; 41).

Os bárbaros que haviam entrando nas hispanias, devastam e assassinam em qualidade de inimigos. A peste por sua parte cumpre ao menos ativamente seu papel devastador. Com a devastação descomedida dos bárbaros na Espanha se encena a vez o mal da peste, o tirânico arrecadador que vai arrebatando as riquezas e bens guardados nas cidades, e os soldados se esgotam; estende-se a fome cruel, até o extremo de que os homens comem carne humana obrigados pela fome, inclusive mães comem os corpos de seus filhos mortos ou cozidos por elas. As bestas acostumam-se aos cadáveres dos mortos pela espada, a fome ou a peste, acabam com os homens mais fortes, e *cebadas* com suas carnes se lançam a destruição da raça humana. E assim com as quatro pragas, da espada, da fome, da peste, das feras, que se espalham por toda orbe, se cumprem as predições anunciadas pelo Senhor por meio de seus profetas. (*Idácio; cron. a.410- XVI [220]*).

Diaz Martinez (2008, p.276) nos diz que neste trecho, Idácio, faz uma recriação do Apocalipse, mas acompanhado de informações concretas e somado a este contexto de sofrimento com as invasões lamenta que as riquezas das cidades eram recolhidas pelos coletores de impostos e consumidas pelos soldados.

Roger Collins (2004, p.6) nos informa que nesse episódio os *bárbaros* apropriaram-se da maioria dos alimentos disponíveis e deixaram os habitantes da península em um estado de inanição.

De acordo com Diaz Martniez (2011, p.53) nesse quadro narrado por Idácio e Orósio, os povos *bárbaros* saquearam a *Diocesis Hispaniarum* ao lado dos *honoriaci*

enfrentando as tropas de Constantino III e os grupos remanescentes ainda leais ao governo de Ravena.

Em nossa visão nesse trecho Idácio deixa claro sua insatisfação com a administração romana na Península Ibérica, a qual não foi capaz de defender a região dos *bárbaros*, porém era eficaz em cobrar impostos de sua população, deixando-a ainda mais na miséria. É a partir desse momento, em nossa opinião, que Idácio começa a criticar a administração romana, dando indícios de que talvez a região fosse melhor administrada se tivesse uma certa autonomia diante do Mundo Romano.

Diaz Martinez (2011, p.53-54) afirma que após a entrada desses povos na *Diocésis Hispaniraum*, a mesma é dividida entre eles. Os vândalos asdingos ocuparam a *Gallaecia*. Os suevos ocuparam a mesma província, mas se estabelecem mais próximos do mar no *conuentus* de *Lucus* e de Bracara, que seriam as atuais Galícia e norte de Portugal, já os vândalos ocuparam a região de Meseta, ao norte da Península Ibérica, o *conuentus* de *Clunia* e de Asturica, apesar de que o conuentus asturiense poderia também ser dos suevos. Os alanos se estabeleceram na *Lusitania* e na *Cartaginense*, já os vândalos silingos ocuparam a *Bética*. Segundo o mesmo é difícil estabelecer os critérios para essa repartição do território hispano, se a mesma obedeceu à força demográfica ou militar desses grupos ou se foi meramente aleatória. Entretanto na opinião de Idácio, essa ocupação foi aleatória:

Ante os transtornos das províncias da Hispânia com a invasão das citadas pragas, os bárbaros se movem pela misericórdia do Senhor a estabelecer a paz, e se distribuem por sorte as regiões da província para assentar-se nelas. Os Vândalos ocupam a *Gallaecia* e os Suevos sua parte ocidental situada no extremo do mar oceânico. Os Alanos ocupam a Lusitânia e a Cartaginense e os Vândalos chamados Silingos ficam com a Bética. Os hispanos que ficam com as pragas, por cidades e castelos, se submetem como escravos aos bárbaros que dominam as províncias (*Idácio; cron. a.411- XVII [241]*).

Segundo Orlandis (1987, p.26) a Terraconense e a porção oriental da província da Cartaginense ficaram livres da presença de *bárbaros*, porque a maior parte da costa mediterrânica da Península seguia em mãos romanas.

Para Jorge Quiroga e Mónica Lovelle (1995-96, p. 423) suevos e vândalos dividiram a *Gallaecia*, sendo que os vândalos teriam se instalado entre a cordilheira Cantábrica e o rio Minho e rio Sil; entretanto os suevos ocuparam o espaço entre os rios Minho e Sil e o rio Douro e, mas precisamente, na atual região portuguesa entre o Douro e o Minho.

Díaz Martínez (2011, p. 53) menciona que após essa irrupção dos povos *bárbaros*, Gerônimo nomeia como *augustus* um hispano-romano chamado Máximo e o deixa como homem de confiança na Hispania, enquanto vai atacar Constante na Gália.

Entretanto, de acordo com Collins (2004, p.7) durante o inverno de 410 e 411 os godos se retiraram da Itália, e como consequência disso tivemos a liberação dos exércitos de Honório para tentar reestabelecer o domínio da corte de Ravena na Gália. Esse domínio foi estabelecido com muita rapidez, pois em 411 o exército imperial acaba com as forças de Constantino III em Arles e este último teve que render-se a Honório, sendo mandado para execução

Nesse mesmo período Gerônimo vence Constante em Vienne, mas após essa vitória o mesmo acabou tendo problemas com suas tropas que desertaram, segundo Arce (1982, p. 161) para unirem-se à tropa do *magister utriusque militiae* de Honório, Constâncio. Por isso Gerônimo foi obrigado a fugir rapidamente para a Hispânia. Depois de uma nova revolta de seus homens na Hispânia foi cercado pelos mesmos em sua casa e acabou por suicidar-se.

De acordo com Collins (2004, p.7) após a morte de Gerônimo, Máximo foi destituído de suas funções e foi obrigado refugiar-se com seus aliados alanos e vândalos. Orósio e Idácio narram estes acontecimentos em suas obras:

No ano de 1165 de fundação da cidade o imperador Honório, vendo que com a oposição de tantos usurpadores não podia fazer nada contra os bárbaros, ordena antes de nada destruir aos próprios usurpadores. É confiado o peso dessa guerra ao *comes* Constancio. Roma se deu conta por fim da enorme utilidade que havia encontrado em um general romano e do enorme prejuízo que haviam até agora os generais bárbaros sobre cujo mando haviam estado. E é que o *comes* Constancio, marchando a Gália com o exército cercou, capturou e executou o imperador Constantino na cidade de Arles (*Hist.Adv.Pag.*, VII; 42).

A partir desse momento - por falar o mais brevemente possível da lista de usurpadores - Gerônimo, tenente de Constante, o filho de Constantino, homem malvado mais que honrado, assassinou em Viena ao próprio Constante, e pôs em seu lugar Máximo. O próprio Gerônimo foi assassinado por seus soldados. Máximo, despojado da púrpura é destituído pelos soldados galos, que depois de ter sido trasladado por ele a África, foram chamados de novo a Itália, vive³³ agora desterrado e na miséria na Hispania, entre os bárbaros (*Hist.Adv.Pag.*, VII; 42).

Constantino, três anos depois de invadir ilegitimamente o poder, é morto pelo general de Honório, Constancio, nas Gálias (*Idácio; cron. a.411- XVII [254]*).

Após este estabelecimento na *Diocesis Hispaniarum* cheio de massacres e pilhagens pelos alanos, vândalos e suevos, Orósio narra que aos poucos estes povos começam a se acalmar e a buscar a paz com os hispano-romanos.

Apesar de isto ser assim, sem dúvida, a clemência de Deus, com o mesmo amor paternal com que faz já tempo o prevê, procurou que, de acordo com seu evangelho, em o que incessantemente admoestava: quando os perseguiam de uma cidade a outra, todo aquele que quisesse fugir e marchar da Hispânia, pode servir-se dos próprios bárbaros como mercenários, ajudantes ou defensores. Os próprios bárbaros se ofereciam então voluntariamente para eles; e, apesar de que podiam ter ficado matando a todos os hispanos, pediam só um pequeno tributo como pagamento por seu serviço e como taxa para cada pessoa que exportava Arles (*Hist.Adv.Pag.*, VII; 41).

Apesar de tudo isso, imediatamente depois destes feitos, os bárbaros, depreciando as armas, se dedicaram a agricultura e respeitaram os romanos que ficaram ali pouco menos que como aliados e amigos, de forma que já entre eles há alguns cidadãos romanos que preferem suportar liberdade com pobreza entre os bárbaros que preocupação por tributos entre os romanos (*Hist.Adv.Pag.*, VII; 41).

Nesse testemunho de Orósio podemos perceber que os povos que adentraram na Península Ibérica em 409 vão aos poucos estabelecendo boas relações com os hispano-romanos, que habitavam anteriormente a Província. Primeiramente esses se oferecem,

³³ A obra de Orósio se encerra em 417 e por isso não nos fornece informações sobre o futuro de Máximo. O mesmo, depois de alguns anos recupera uma parte de seu poder em 420 e entra em confronto com as tropas de Honório. Com sua derrota é capturado e levado a corte em Ravena.

para defender os habitantes da região e ao longo do tempo vão deixando suas armas e começam a se dedicar a atividades campesinas, como a agricultura.

Segundo Garcia Moreno e Juan Jose Abengochea (1986, p. 252) dos testemunhos de Idácio e Orósio podemos deduzir que depois desse assentamento dos *bárbaros* se produziu certa tranquilidade na Península Ibérica. Esperava-se que ao ser convertidos em campesinos, estes povos seriam assimilados pela população em um espaço de tempo relativamente curto, tal como havia ocorrido no século IV em numerosas regiões da Gália com o assentamento dos germanos como *laeti*.

De acordo com Moreno (1989, p.44) o número de povos *bárbaros* que entrou em território hispano em 409 foi por volta de 200.000, sendo que aproximadamente 56.000 seriam combatentes. Ainda segundo Moreno em todo caso esse número não constituiria nem sequer 5 por 1000 do total da população já presente na Península, o que para esta época pode-se calcular uns cinco ou seis milhões de hispano-romanos.

Por sua vez E.A. Thompson (2002, p.148) calcula que entraram na Península Ibérica por volta de 200.000 suevos e 300.000 vândalos, contando os asdingos e os silingos. Esse autor ainda especula que os alanos entraram em um número muito pequeno, apesar de terem ficado com a área mais extensa da Península Ibérica, e por isso foram facilmente eliminados por outros *bárbaros*.

Entretanto J.H. Liebeschuetz (2003, p.64) afirma que as estimativas de Thompson são muito elevadas. Na visão desse autor o número de *bárbaros* não seria maior do que 200.000.

Apesar dessa discussão sobre a quantidade de *bárbaros* que ingressou na Península Ibérica entendemos que se é complicado falar desses números sem termos como base fontes escritas a nos apoiar e mesmo que tivéssemos ainda poderíamos duvidar, se não seria um exagero retórico do autor da mesma. Contudo acreditamos que essa população de *bárbaros* que adentrou na Península Ibérica, seria bem inferior do que uma população que já estava assentada há séculos na região.

Por fim, acreditamos que a partir desse momento em que estão assentados, e após a morte de Gerônimo, esses povos *bárbaros* vão buscar o reconhecimento do Poder Imperial romano sobre sua tutela nessa região. Em nossa visão esses povos

estabelecidos na outrora *Diocesis Hispaniarum* almejam, nesse momento, obter o *regnum*, ou seja, o reconhecimento de sua autoridade por parte daquele povo detentor do *Imperium*, os romanos.

CAPÍTULO III

E apesar de tudo isso, imediatamente depois destes feitos, os bárbaros, deprecando as armas, se dedicaram a agricultura e respeitam os romanos que ficaram ali pouco menos que como aliados e amigos, de forma que já entre eles há alguns cidadãos romanos que preferem suportar liberdade com pobreza entre os bárbaros que preocupação por tributos entre os romanos.

Paulo Orósio - *Historia Adversus Paganos* - Livro VII; 41.

CAPÍTULO III: CONSIDERAÇÕES SOBRE O PODER RÉGIO SUEVO NA PENÍNSULA IBÉRICA DO SÉCULO V

3.1 Epítome

Neste capítulo temos por intento dissertar sobre o poder régio da autoridade sueva na Península Ibérica do Século V. Para isso escolhemos o recorte temporal que vai desde o assentamento dessa *gentes bárbara* na *Diocésis Hispaniarum*, no extremo ocidente do Mundo Romano, sobre a liderança do rei Hermerico até a morte de seu rei Requiário em 456, por Teodorico II a mando do imperador Avito.

Elegemos esse período para nossa análise, porque acreditamos que ele nos fornece uma boa demonstração de como este poder régio e esta autoridade se desenvolveu entre os suevos. Em nossa opinião, com o intuito de fortalecer essas características, eles realizaram uma emulação do poder régio dos godos, que por sua vez emularam o poder imperial dos romanos. Acreditamos que as *gentes* suevas ao realizar essa emulação queriam, além de um reconhecimento, uma maior participação no Mundo Romano no nível político assim como também as demais *gentes bárbaras* almejavam (FRIGHETTO, 2007).

Para realizar essa análise nos utilizaremos como fonte principal da crônica de Idácio de Chaves e como fontes secundárias a *Historia Adversus Paganos* de Paulo Orósio, da crônica de Próspero de Aquitânia e da crônica *Gallica* de 452. Nesse último capítulo a crônica de Idácio de Chaves tem um papel crucial, pois a história dos suevos neste período é narrada quase que exclusivamente por ele, já que a obra de Orósio encerra-se em 417 e as crônicas de Próspero e *Gallica* praticamente ignoram esse povo.³⁴

³⁴ Salientamos que nossa análise dos suevos provém da visão que os pensadores romanos tinham dos mesmos, pois até hoje não foi descoberto nenhum documento do século V que tenha sido escrito por um suevo. Por esse motivo achamos difícil definir como os suevos pensavam por si próprios nesse período, sendo que podemos apenas supor suas intenções através da análise dos documentos romanos.

Vamos mostrar neste capítulo como a corte de Ravena, através das negociações com os godos, admite esse povo como federado e o utiliza para eliminar uma parte das *gentes* bárbaras, que estavam assentadas na Península Ibérica, devido aos eventos ligados ao processo de legitimação dos antigos usurpadores Máximo e Constantino III e do líder militar Gerônimo.

Em um segundo momento vamos demonstrar como os suevos ficaram como a única *gentes* bárbara, em maior escala, na Península Ibérica e como eles se utilizaram disso para conseguir ter sua autoridade reconhecida pelos galaico-romanos e pela Corte de Ravena e com isso fazerem parte, de uma forma legítima desse Mundo Romano tardio. Nesse instante também demonstraremos como os suevos fizeram emulações de instituições romanas de âmbito religioso, administrativo e econômico com o intuito de aproximarem sua imagem do governo imperial.

Temos a intenção também de discorrer sobre a eliminação dessa autoridade reconhecida dos suevos nessa antiga *Diocesis Hispaniarum*. Em nossa visão essa autoridade é retirada na prisão do rei Requiário em 456, pelas hostes do rei godo Teodorico II, a mando da corte Imperial de Ravena.

3.2 A antiguidade régia dos suevos na Península Ibérica do Século V: de Hermerico a Requiário.

Com a eliminação de Gerônimo e Constantino III, além da retirada de Máximo da vida pública, a corte de Ravena retoma a soberania da *Diocesis Hispaniarum*, entretanto ela tem agora um novo problema a enfrentar, os povos *bárbaros* ali assentados derivados do período usurpatório anterior.

Como mencionamos no capítulo anterior esses povos *bárbaros* vão buscar o reconhecimento do Poder Imperial romano sobre sua tutela nessa região, entretanto o silêncio das fontes sobre essa questão, além dos acontecimentos posteriores, nos levam a concluir que a Ravena tinha outros planos para a região nesse período.

Sem poder enviar tropas regulares para a *Hispania*, a corte de Ravena precisava se utilizar de seus exércitos federados para conseguir eliminar esses *bárbaros* da região

e retomar totalmente o seu controle. É nesse momento que um povo *bárbaro* vai conseguir finalmente o que acreditamos ser um dos maiores objetivos dos povos que adentraram o Mundo Romano, a obtenção do *regnum*, ou seja, o reconhecimento de sua autoridade por parte daquele povo detentor do *Imperium*, os romanos.

Desde o saque de Roma de 410 e posterior morte de Alarico, os godos eram comandados nesse momento por Ataúlfo. Esse último buscava retomar as negociações de paz com a corte de Ravena, a qual tinha sido rompida com o saque realizado por seu antecessor.

De acordo com Frighetto (2007, p. 248) a sucessão de Alarico por seu "parente" Ataúlfo pode ser enquadrada no âmbito da tradição do *consortio imperium*, a qual tinha sido realizada por Teodósio em relação a Arcadio e Honório. Nesse momento essa tradição pode ter sido utilizada pelos godos como modelo de sucessão régia como uma espécie de *consortio regnum*, pois os mesmos buscavam a legitimidade e o reconhecimento de sua autoridade perante o Mundo Romano.

Após ter suas primeiras negociações com Ravena fracassadas, Ataúlfo, em uma manobra para obter legitimidade e reconhecimento, de sua autoridade perante os romanos, casa-se em 414 com Gala Placídia, irmã do Imperador Honório que havia sido raptada de Roma em 410 durante o saque da cidade. Idácio e Orósio nos fornecem a informação sobre esse casamento.

A frente do povo godo se encontrava então Ataúlfo, o qual, depois do saque de Roma e a morte de Alarico, havia sucedido a este no trono, casando-se, como disse, com a cativa irmã do imperador, Placídia (*Hist.Adv.Pag.*, VII; 43).

Ataúlfo toma por sua mulher em Narbona a Placídia: e em isto se crê cumprida a profecia de Daniel, quando o mesmo disse, que a filha do rei do Sul há de unir-se com o rei do norte, mas não fica nenhum descendente dela (*Idácio; cron. a.414 - XX [280]*).

Orlandis (1987, p.28) nos afirma que depois do casamento, Ataúlfo, decide evacuar Narbona e o resto das províncias da Gália, por causa do bloqueio romano a

região, e se estabelece na região de Barcelona em 415. Ali nasce seu filho com Plácídia, Teodósio.

Entretanto a criança morre pouco depois de nascer, o que nos corrobora com a informação de Idácio de que não se fica nenhum descendente dessa união. Apesar disso, através desse casamento e depois pelo nome dado a seu filho, vemos a clara tentativa de Ataúlfo de estabelecer um vínculo com a administração romana que era comandada pelo grupo político-religioso da família de Teodósio.

Segundo Frighetto (2007, p. 249) nos parece natural que Gala Plácídia, sendo filha de Teodósio e irmã de Honório, acabasse envolvida nesse processo de legitimação do poder monárquico entre os godos, pois ela seria o elo fundamental entre a família teodosiana e a tentativa de estabelecimento de uma sucessão hereditária entre os godos, baseado no modelo proposto por Teodósio que tinha sido responsável pela aliança entre godos e romanos desde o *foedus* de 382.

Paulo Orósio discorre sobre essa aproximação de Ataúlfo com a corte de Ravena, destacando o papel de Gala Plácídia nisso e afirmando que o mesmo queria antes que o Império Romano fosse transformado em godo, porém nesse momento queria engrandecer-se recuperando totalmente o romano com a força dos godos:

Este, como muitas vezes se ouviu e como se provou com a morte que tinha tido, preferiu, como afanoso buscador da paz que era, lutar fielmente em favor do imperador Honório e gastar as forças godas em defesa de Roma. Eu mesmo, em efeito, ouvi como um homem em Narboa, que militou com glória sobre Teodosio, homem por demais religioso, prudente e mensurado, contava o bem-aventurado presbítero Jerônimo em Belém, cidade da Palestina, que ele havia disso em Narbona muito amigo de Ataúlfo e que deste havia ouvido logo que ele só ia repetir ante testemunhas, quando se encontrava animado, com forças e de bom humor: que ele em primeiro momento havia desejado ardentemente que todo o Império Romano, apagado inclusive do nome romano, fosse de feito e de nome só dos godos, e que, por falar em língua corrente, o que antes foi Romana agora fosse Goda, e que o que antes foi César Augusto, fosse agora Ataúlfo, mas que, quando a experiência provou que nem os godos, a causa desenfreada de sua barbárie, podiam em absoluto ser submetidos a leis, nem covinha abolir as leis de *Estado*, sem as quais um *Estado* não é *Estado*, preferiu buscar sua glória mediante a recuperação total e o engrandecimento do Império Romano com a força do godos e ser considerado pela posteridade como o autor da restauração de Roma, depois de não poder ser seu substituto. Por ele procurava não a guerra,

por ele procurava ardentemente a paz, sendo influído em todas suas ações de bom governo pelos conselhos e razões sobre tudo de sua esposa Plácídia, mulher certamente de agudo engenho e suficientemente honrada graças a seu espírito religioso (*Hist.Adv.Pag.*, VII; 43).

De acordo com Frighetto (2007, p.249) o chamado "sonho" de construção de um *regnum* dos godos em solo imperial, já pensado desde Alarico, deveria contemplar a aproximação e a integração dos visigodos ao Império Romano tanto do ponto de vista político, como do cultural. Além da união com Gala Plácídia, ato com grande repercussão política, Ataúlfo surge como defensor do Império, apresentado como *romanus* não *bárbarus*, e de todas as suas tradições.

Para Patrick J. Geary (2001, p.110) no século V o *bárbaros* viam o Império Romano como a casa de um grande rei, como fonte de uma inesgotável riqueza, e frequentemente como um poderoso mas traiçoeiro aliado. Permanecendo, este Império era considerado essencial aos *bárbaros*, assim como estranho aos romanos. Para esse autor o rei godo Ataúlfo dizia ter contemplado a substituição do Império Romano pelo seu próprio, mas abandonou a ideia como uma quimera.

Contudo Ataúlfo não pode levar seus projetos a frente pois foi assassinado em sua corte no próprio ano de 416. Idácio e Orósio nos dão a informação sobre a morte de Ataúlfo:

E entretanto insistia com vontade de pedir e oferecer paz, foi traidoramente assassinado, segundo dizem, por seus próprios soldados em Barcelona (*Hist.Adv.Pag.*, VII; 43).

Ataúlfo, impulsionado pelo governador Constancio, para que deixando Narbona, se dirige a Hispania, é degolado por certo Godo em Barcelona, durante a conversação familiar (*Idácio; cron. a.416 - XXII [299]*).

Logo após a morte de Ataúlfo uma facção goda proclamou Sigerico como rei, entretanto outra proclamou Vália, que era irmão de Ataúlfo. Os dois se confrontaram e Valia saiu como vencedor em 416. Este último, primeiramente, optou por romper as negociações com os romanos e tentou transportar seu povo para a África para fugir das

péssimas condições alimentícias em que se encontravam. Entretanto uma tempestade afundou as primeiras embarcações dos godos e impediu a passagem desse povo para a África. Sem ter muitas opções Vália foi obrigado a se assentar na região e retomar as negociações com os romanos. Orósio e Idácio nos informam como se procederam essas negociações:

Sergerico, quem depois de Ataúlfo foi nomeado rei pelos godos, é igualmente assassinado pelos seus, por ser, de acordo com os desígnios de Deus, um homem também inclinado para a paz. Sucede-o depois no trono Valia, eleito pelos godos precisamente para romper a paz, mas predestinado por Deus para confirmá-la. Efetivamente, Vália - enormemente temeroso da justiça de Deus desde que no ano anterior um grande exército godo equipado com armas e navas e que tentava passar a África, foi lamentavelmente aniquilado por uma tempestade que se surpreendeu há doze milhas do golfo *gaditano*, e também porque se lembrava do desastre ocorrido na época de Alarico, quando os godos que tentavam passar a Sicília foram tristemente arrebatados e afundados pelas ondas ante os olhos de seus compatriotas - firmou uma paz em boas condições com o imperador Honório entregando reféns de alta categoria; Placídia, irmã do imperador, a que mantinha do seu lado honrando-a e respeitando-a, foi devolvida a seu irmão; em prol da segurança romana afrontou seu próprio perigo, até o ponto que enfrentou a outros povos que haviam se assentado na Hispania, em cujo enfrentamento os perigos da batalha para ele, enquanto que os benefícios das vitórias foram para os romanos (*Hist.Adv.Pag.*, VII; 44).

Valia, que o sucede no reino, e depois de um pacto de paz com o Governador Constancio, faz guerra aos Alanos e Vandalos Silingos que estavam estabelecidos na Lusitania e na Bética (*Idácio; cron. a.416 - XXII [299]*).

Orlandis (1987, p.29) afirma que em troca dessas condições, a administração imperial se comprometeu a admitir os godos na qualidade de federados, além de fornecer 600.000 medidas de trigo para seu povo.

Nesse momento praticamente não havia a presença de tropas regulares do Império na Hispânia, entretanto a corte de Ravena buscava restabelecer o controle sobre a Península, através dos federados godos, que estava sob o domínio de alanos, vândalos e suevos.

Essa estratégia surge efeito e logo os vândalos silingos são eliminados da bética e os alanos da Lusitania, os sobreviventes dos últimos, após a morte de seu rei *Addce* desistem de ter um *regnum* para si próprios e se colocam sobre proteção do rei Gunderico dos vândalos asdingos que estava assentado na *Gallaecia*. Orósio começa a narrar o início dos combates de Valia para depois encerrar sua *Historia Adversus Paganos*, o resultado desses conflitos nos foi informado pela crônica de Idácio:

E é o que sabemos por frequentes e seguras notícias que hoje em dia há guerras na Hispania entre seus povos e que se produzem matanças por um e outro bando dos bárbaros; dizem também estas notícias que é sobre o rei godo Valia que insiste em conseguir a paz (*Hist. Adv. Pag.*, VII; 44).

Enviado ao imperador Honório Fredbal, rei da nação dos Vândalos, capturado habilmente, sem luta alguma (*Idácio; cron. a.416 - XXIII [313]*).

Valia, rei dos godos, em serviço por Roma, causa numerosas mortes de bárbaros dentro das Hispânicas (*Idácio; cron. a.417 - XXIII [319]*).

Os Vândalos Silingos são exterminados todos por Vália na Bética (*Idácio; cron. a.418 - XL [326]*).

Os Alanos, que dominavam os Vândalos e os Suevos, de tal modo são batidos pelos godos que, extinguindo seu rei *Addace*, os poucos deles que haviam ficado, abolido o título de *rege*, se submetem em favor do rei Gunderico dos Vandalos, que estava assentado na *Gallaecia* (*Idácio; cron. a.418 - XL [328]*).

Segundo Raquel Soaje de Elías (2010, p.58) o rei dos vândalos silingos Fredbal, considerado como *rex gentium vandalorum* é facilmente capturado e enviado a Honório, com o qual podemos supor que não estava rodeado por um séquito de *fideles* muito poderoso. Em consequência desaparecida sua realeza militar e núcleo aristocrático, portador das tradições da estirpe, os silingos, desapareceram como povo e se incorporaram no conjunto asdingo.

Elías ainda afirma que os alanos ao perder seu rei Adax na batalha contra os godos, se colocaram sobre as ordens do rei vândalo Gunderico, que estava assentado na *Gallaecia*. Este feito não é menor porque na visão dessa autora o núcleo aristocrático alano jurou fidelidade ao rei asdingo passando a engrossar seu próprio séquito, do qual deixa claro Idácio ao informar que *se patrocinio subiugarent*.

Na visão dessa autora a incorporação de ambos os grupos aos asdingos, registrado por Idácio como o grupo de maior importância, deu como fruto uma nova etnogênesis vândala em solo hispano. Com isso, Gunderico fortaleceu a realeza militar asdinga, que por demais contava, por uma parte, com uma base econômica formidável, pela riqueza mineral e metal das terras galaicas, e, por outra, com o controle da via militar estratégica Astorga - Burdeos.

Após essas vitórias os godos têm sua campanha interrompida por ordem da própria corte de Ravena. O Patrício Constâncio pede que Vália e seus godos retornem a Gália, pois o Império lhes concederá algumas terras na Aquitânia onde eles poderão ficar oficialmente e legitimamente assentados. Entretanto Vália não pode desfrutar dos ganhos de suas batalhas por muito tempo, pois morre no ano seguinte, sendo sucedido por Teodorico I, que era considerado também "parente" de Alarico. Próspero de Aquitania, como mencionamos anteriormente, e Idácio nos fornecem informações sobre esses acontecimentos:

O Patrício Constante firma paz com Valia, deixa ele habitar a Aquitânia e alguns territórios na fronteira da província (Chronicum Integrum; II; 741).

Os godos interrompendo a luta que mantinham, são chamados por Constâncio as Gálias, e recebem terras na Aquitânia, desde Tolosa até o Oceano (Idácio; cron. a.418 - XXV [340]).

Morto Valia, seu rei, o sucede no reino Teodorico (Idácio; cron. a.419 - XXV [344]).

A partir desse momento podemos dizer que os godos obtiveram o *regnum* dos romanos, ou seja conseguiram ter a autoridade reconhecida pelos portadores do *Imperium*. Esse reconhecimento da autoridade bárbara pelos romanos continuará sendo um objetivo dos demais povos assentados dentro do Império, entre eles os suevos.

Para Garcia Moreno (1989, p.48-49) se constituiria assim um *estado* dentro de outro, fazendo o Reino visigodo seu território daquele imperial-romano, cedido em virtude do *foedus*, mas que teoricamente seguia pertencendo ao *estado* romano. Essa seria uma situação equívoca e contraditória, de acordo com o Direito Público romano, que se explica na conjuntura do momento e que os tempos imediatamente posteriores

solucionariam em um sentido da plena e independente propriedade pelo *estado* visigodo. Com este reconhecimento era fundado o que se conhece tradicionalmente por Reino visigodo de Toledo.

Apesar de concordarmos com algumas afirmações de Moreno, achamos complicado afirmar que nesse período se constituiu um *estado* dentro de um *estado*. Primeiramente porque o termo Estado não era utilizado para definir as estruturas políticas do período, e segundo porque acreditamos que nesse acontecimento houve apenas um reconhecimento da autoridade dos visigodos pelo governo de Ravena e não efetivamente a fundação de um território visigodo.

Após a retirada dos godos da Península Ibérica, suevos e vândalos asdingos lutam e disputam a hegemonia da região entre si, os vândalos que já eram um grupo mais forte no momento de sua entrada nas *Hispanias*, e que nesse momento contavam com os sobreviventes dos alanos e provavelmente dos silingos em suas fileiras, conseguem sitiá-los os suevos nos montes Nerbasos. Temos essa informação a partir da crônica de Idácio "Originando-se uma luta entre Gunderico rei dos Vândalos e Hermerico rei dos Suevos, estes são sitiados pelos vândalos nos montes Nerbasos (*Idácio; cron. a.419 - XXV [346]*)".

Segundo Peter Heather (2009, p.15) os vândalos asdingos reforçados pelos alanos e silingos, que perderam seus reis, atacaram os suevos provavelmente porque Hermerico e seus seguidores não quiseram se submeter a monarquia asdinga.

Díaz Martínez (2011, p.65) afirma que nesse momento a corte de Ravena pretendendo recuperar o controle total da Península Ibérica envia o *comes Asterio* e o *uicarius Maurocello* para acabar com os germanos, além de também evitar a recuperação do antigo usurpador Máximo, que agora parecia estar junto do séquito de Gunderico. Ainda segundo o autor esses enviados atacam os vândalos, porque eram mais fortes do que os suevos, e devido a esse ataque os primeiros são forçados a sair da *Gallaecia*.

Juan Abengochea e Garcia Moreno (1986, p.225) são da mesma opinião de Díaz Martínez e afirmam que sem dúvida o governo imperial estava tentando impedir uma supremacia em torno da agrupação popular mais poderosa, os vândalos asdingos. Para esses autores os suevos que estavam em número muito menor representavam um perigo

de momento secundário, cujas possibilidades de desagregar e assimilar depois pareciam muito maiores

O combate de *Asteiro* e *Maurocello* contra os vândalos se complica e o último teve que fugir de Braga tendo alguns de seus homens assassinados. Depois de sua fuga da *Gallaecia*, os vândalos vão para a Bética. Idácio nos fornece essas informações em sua crônica:

Os Vândalos, deixando o assédio aos suevos, a instância do *comes* das Hispanias *Asterio* e, havendo sido mortos alguns em Braga sobre o governo do *uicarius Maurocello* a sua saída, abandonam a *Gallaecia*, passam a Bética (*Idácio; cron. a.420 - XXVI [356]*).

Nesse momento em 421, Constancio que havia sido elevado a Augusto consorte por Honório no ano anterior morre em Ravena, segundo Díaz Martinez (2011, p.66) a morte do mesmo pode ter atrasado a resposta imperial dada a Máximo e poderia ter favorecido uma segunda pequena usurpação do mesmo na Terraconense, apesar das informações sobre essa hipotética segunda usurpação serem confusas.

Em 422 a corte de Ravena envia o *magister militum* Castino para lutar contra os vândalos na Bética. Segundo Díaz Martinez (2011, p.66) a *Chronica Gallica* nos aponta que Castino tinha um grande exército ao afirmar que ele perdeu 20.000 homens na batalha, contando os auxiliares godos. Algo que podemos constatar lendo este documento, quando o mesmo informa "Cerca de vinte mil soldados lutam nas Hispânicas contra os vândalos (*Chron. Gall. A. CCCCLII, 107, a. 431*)"

De acordo com Idácio quando os vândalos já estavam enfraquecidos com o conflito e dispostos a render-se aos romanos, entretanto Castino faz uma manobra arriscada e acaba sendo traído por seus auxiliares godos. Por esses dois motivos os romanos são derrotados. Com isso Castino é obrigado a retirar-se a Tarragona.

O general chefe Castino com forte hoste militar e com os auxiliares godos leva a guerra aos Vândalos na Bética. E havendo posto a estes em estado de penúria por força do bloqueio, que já se dispunham a

entregar-se, comprometendo-se imprudentemente em um combate público e burlado pelo engano dos auxiliares, escapa a Tarragona, depois de vencido (*Idácio; cron. a.422 - XXVIII [367]*).

Em 423 o imperador Honório morre em Ravena, após celebrar seus 30 anos de governo. Em 425 Teodósio II, Imperador no Oriente, que desde a morte de Honório permanecia como único Augusto do Império nomeia o filho de Gala Placídia com Constâncio, Valentiano, como César e envia tropa contra o aristocrata João que havia usurpado o poder no Ocidente após a morte de Honório. Com a derrota de João, Teodósio nomeia Valentiano III como Augusto. Idácio nos fornece essas informações.

Honório Morre em Ravena, depois de celebrar suas festas *tricenales* (*Idácio; cron. a.424 - XXX [378]*).

Teodósio, filho de Arcádio, imperador XLI dos romanos, que já reinava alguns anos antes na parte do Oriente, uma vez defunto seu pai, e depois da morte de Honório seu tio paterno, reúne o poder único do império, sendo de vinte e quatro anos (*Idácio; cron. a.424 - XXX [388]*).

Teodosio nomeia César em Constantinopla a Valentiano, filho de sua tia materna Placidia, e o envia contra João. Sobre a direção deste é morto no primeiro ano de seu alçamento ilegítimo em Ravena pelos generais, que com ele haviam sido enviados por Teodósio, e a vez o nobre Félix é nomeado general e chefe da milícia (*Idácio; cron. a.423 - I [395]*).

Valentiano, que já era César, é designado em Roma, Augusto (*Idácio; cron. a.425 - I [403]*).

Durante esses acontecimentos sobre a sucessão imperial os vândalos que estavam assentados na Bética saem de lá e devastam as ilhas Baleares, Cartago, Espartaria e Sevilha. Depois de saquear essas cidades, eles invadem a Mauritânia. Durante esses saques o rei Gunderico morre e é sucedido por seu irmão Genserico:

Os Vândalos devastam depois as ilhas Baleares: destruída Cartago, Espartaria e Sevilha e saqueadas as Hispânicas, invadem a Mauritania (*Idácio; cron. a.425 - I [405]*).

Gunderico, rei dos Vândalos, uma vez tomada Sevilha, havendo posto suas ímpias mãos vaidosas sobre a igreja da cidade, em seguida

possuído pelo demônio por juízo de Deus, morreu; o sucede no reino Gaiserico seu irmão. Este, como correu a informação de alguns, se disse que apostatando da fé católica, se passou a heresia ariana (*Idácio; cron. a.425 - I [403]*).

. Em maio de 429 os vândalos atravessam e saem das Hispânicas e vão a África. Para Díaz Martinez (2011, p.67) é possível que os mesmos tenham se aproveitado da revolta de Bonifácio em 427 ou inclusive possam ter sido chamados por este, de qualquer modo a África era uma região atraente, pois era uma província rica e não tinha nenhum outro povo germano competidor.

Mas antes de realizar essa travessia Gaiserico voltou suas atenções para a Lusitânia, onde os suevos estavam saqueando. De acordo com Díaz Martinez, ainda que a resposta de Gaiserico pareça um ataque sério, provavelmente ao mandar uma resposta militar a esses saques, o mesmo pretendia apenas cobrir sua retaguarda em um momento que o traslado para a África o teria obrigado a abandonar qualquer ponto estratégico. A vitória de Gaiserico sobre Heremigario deve ser interpretada como uma grande vitória dos vândalos sobre os suevos, como acredita também E. Stein (1959, p. 320). Idácio nos fornece algumas informações sobre esses acontecimentos:

O rei Gaiserico se passa com todos os Vândalos e suas famílias no mês de maio desde a província da Bética a Mauritânia e África, deixando as Hispânicas. Este, antes de passar, avisado que o suevo Heremigario devastava as províncias vizinhas durante seu passo, voltando-se com alguns dos seus, alcança o devastador na Lusitânia. E este, não longe de Mérida, a que havia depreciado injuriando a santa mártir Eulalia, mortos os malditos que levava consigo, amparando-se, como creía, o recurso de uma fuga que o *euro* precipitado pelo poder de deus no rio *Ana*, pereceu. Eliminado desse modo este, logo se deu ao mar Gaiserico, como havia empreendido (*Idácio; cron. a.429 - V [421]*).

Roger Collins (2004, p. 23-25), afirma que o único êxito romano dessa campanha foi a captura do antigo usurpador Máximo, que foi levado a Ravena e executado. A partir de então o domínio romano na Península Ibérica ficou restrito às zonas costeiras da Terraconense e ao vale do rio Ebro. O mesmo autor ressalta que depois desses

acontecimentos o governo imperial ocidental se preocupa, nas décadas de 430 e 440, quase que exclusivamente em manter suas possessões na Gália e por extensão na região da Terraconense.

A partir de 429, com a passagem dos vândalos para a África, o único povo *bárbaro* que ficou em maior escala na *Diocesis Hispaniarum* eram os suevos. Díaz Martínez (2008, p.284) nos afirma que dos povos que cruzaram os Pirineus em 409, os aparentemente mais frágeis e menos numerosos eram os suevos, e os mesmos se aproveitaram disso. Nesse momento os suevos são uma realidade que afeta muito a Idácio de Chaves, que começa a lhes dar uma atenção especial em sua crônica. Mas porque Idácio daria atenção a um povo considerado tão frágil e mal estruturado? Em nossa opinião é porque eles seriam para Idácio, o grande empecilho para que a região das *Hispanias* voltasse totalmente ao controle romano³⁵.

Uma prova sobre como os suevos eram um povo em menor número e que praticamente receberam uma atenção especial de Idácio é que outro documento do século V, a crônica de Próspero de Aquitania, que relata os acontecimentos do Mundo Romano até o ano de 455, praticamente não menciona os suevos ao longo de sua narrativa. Quando alanos, vândalos e suevos entram na Gálias, Próspero, menciona apenas os dois primeiros: "Vandalos e Alanos nas Gálias, atravessando o Reno... (Chronicum Integrum; I; 739)". Depois na entrada desses povos na *Diocesis Hispaniarum* o autor menciona apenas os vândalos, e ignora os outros dois povos: " Os Vândalos ocupam as Hispanias (Chronicum Integrum; I; 739)".

Isso ocorre provavelmente porque como os suevos não alteraram a realidade de Próspero como alteraram a de Idácio, o contingente dessa *gentes bárbara* acabou diluído, para este autor, no grupo de alanos e vândalos que eram maiores. Os vândalos também ganham uma maior exposição na crônica de Próspero, pois em 455 realizam o segundo saque de Roma no século V e por isso provavelmente este autor tenha dado um destaque maior a sua história do que a de outras *gentes* bárbaras, como os suevos e os alanos.

³⁵ Vale ressaltar que Idácio considerava-se acima de tudo um romano, por isso sua preferência em estar em uma área sobre o controle administrativo imperial.

Outro documento escrito no século V, que praticamente ignora os suevos, é a *Cronica Gallica* de CCCCLII. Esse documento nos fornece informações desde o começo do governo de Teodósio até o ano de 452. Apesar de fornecer diversas informações sobre o Mundo Romano, esse documento nos fornece poucas referências sobre os suevos, apenas indicando que entre 408 e 410 "Parte da Hispânia é ocupada pelos suevos" (*Chron. Gall. A. CCCCLII*, 64, a. 408)".

A continuação desse documento a *Cronica Gallica* de DXI, a qual estende a narração da anterior até o ano de 511, já nos fornece mais informações sobre os suevos, entretanto no próprio documento já consta que foram retiradas da crônica de Idácio, o que nos demonstra que essa obra já é uma referência para se conseguir informações sobre essa *gentes bárbara* em menos de cinquenta anos depois de sua escrita.

Na crônica de Idácio os suevos têm um papel de destaque, principalmente após o ano de 429. Na narrativa da crônica percebemos também um Idácio cada vez mais pessimista quanto o futuro da influência do Império Romano na Península Ibérica, pois nesse período, nós já temos a lenta e paulatina desestruturação da hegemonia política do Império Romano nos territórios Ocidentais em estágio avançado. Cada vez mais a corte de Ravena vai depender das hostes dos grupos *bárbaros* federados para conseguir manter algum controle político nesses territórios ocidentais.

As informações sobre o suevos retornam exatamente nesse momento, após estarem praticamente ausentes na crônica nos últimos dez anos. Idácio retoma as mesmas ao informar que o rei Hermerico estava saqueando com seus homens as zonas centrais da *Gallaecia* quando foi obrigado a estabelecer um tratado de paz com a população galaica:

Os suevos devastando no tempo de Hermerico as zonas medias da *Gallaecia* por meio da plebe que conservava os castelos mais seguros, morta por um lado parte dos seus, prisioneira outra parte, restauram a paz que havia sido rompida, com a devolução das famílias que retinham (*Idácio; cron. a.430 - VI [439]*).

Para Díaz Martinez (2011, p.73) aparentemente devido a esses saques os suevos não tinham definido um lugar para residência fixa e seguiam se comportando como um

bando de seminômades, para os quais a população civil tinha organizado sistemas de defesa. Inclusive esses negociavam individualmente acordos de paz com a população local, que se restabeleciam e se rompiam constantemente.

Idácio nos fala de um rompimento desses acordos com os suevos, quando em 431 o mesmo encabeça uma embaixada com o *magister militum* Aécio, para pedir reforços militares na região, a fim de que os hispano-romanos pudessem conter os ataques dos suevos e pudessem negociar com os mesmos. Entretanto, como estava ocupado com os godos, francos e burgúndios na Gália, Aécio, não pode ajudar militarmente os hispano-romanos, entretanto envia de volta com Idácio o *comes* Censório para que este negocie a paz com os suevos:

Aécio, general chefe de ambos os corpos de exército, submete os Noros, que se sublevam. De novo os Suevos perturbam a paz estabelecida com os Galaicos, quando se lhes oferece a ocasião. devido a devastação destes, Idácio o bispo faz cargo da embaixada a Aécio, que na ocasião levava a cabo uma expedição nas Gálias (*Idácio; cron. a.431 - VII[454]*).

Vencidos por Aécio em combate os Francos e admitido a paz do Império, o conde Censório é enviado como legado aos Suevos voltando com o já dito Idácio. (*Idácio; cron. a.432 - VIII[465]*).

Segundo Diaz Martinez (2011, p. 72) esse recurso das autoridades imperiais é uma demonstração do desejo de Idácio de mudar essa situação, pois a intenção era que o enviado de Aécio se encontrasse com os suevos e os reconduzisse às negociações com o único povo *bárbaro* que estava aparentemente fora do controle da corte de Ravena.

As negociações de Idácio com a mediação de Censório conseguem a liberação de reféns e um novo acordo de paz entre suevos e galaicos-romanos. De acordo com Díaz Martinez (2011, p.74) após esse tratado, Hermerico, envia o bispo *Symphosius* como embaixador ante as autoridades imperiais, o que o autor interpreta como uma primeira mostra de que certos setores da sociedade galaica se mostravam dispostos a colaborar ou mediar com o rei suevo. Essa associação entre a aristocracia episcopal e o rei suevo devia implicar em uma intenção de negociar e legitimar a presença sueva na província, entretanto a crônica nos informa que esta viagem foi em vão:

Volto Censório a Corte, Hermerico restaura a paz com os Galaicos, a quem contantemente devastava, com a intervenção do bispo, entregando-se reciprocamente reféns (*Idácio; cron. a.433 - VIII[479]*).

O bispo *Symphosius*, enviado por ele como legado ao conde, fracassa os negócios empreendidos em vão (*Idácio; cron. a.433 - VIII[484]*).

Apesar da lacuna deixada pela crônica de Idácio podemos supor que galaicos e suevos voltam a entrar em conflito após 433, pois a crônica volta a relatar que em 437 o *comes* Censório, acompanhado por um personagem chamado de Fretimundo, chegam a um novo acordo com os suevos.

Díaz Martinez (2011, p. 74-75) afirma que este novo tratado de paz que se estabelece entre *bárbaros* e população local é outra referência que confirma que a população galaico-romana estava construindo estruturas de poder particularizadas, as quais eram capazes de negociar individualmente com os suevos.

Orlandis (2001, p.35) tem o mesmo pensamento de Díaz Martinez, mas ressalta que apesar dos galaicos se defenderem com suas próprias forças os mesmos ainda buscavam o apoio da autoridade romana. Idácio nos relata informações sobre essas negociações:

De novo são enviados aos Suevos como embaixadores Censório e Fretimundo (*Idácio; cron. a.437 - XIII[531]*).

Os suevos asseguram as leis da paz com uma parte da plebe da *Gallaecia*, com quem estavam em luta (*Idácio; cron. a.438 - XIII[535]*).

Em 438 Idácio nos informa que o rei Hermerico, que está provavelmente muito doente, estabelece como sucessor do seu reino seu filho Rechila, o qual era mais agressivo que seu pai, já que ao relatar a notícia dessa troca de comando nos suevos, Idácio, nos informa que Rechila derrotou em batalha um representante do poder romano chamado de *Andeuoto* e que com isso tinha se apoderado de grandes riquezas de ouro e prata:

O rei Hermerico, dominado pela enfermidade, estabelece como sucessor no reino a seu filho Rechila: o qual derrotou em batalha campal a *Andeuoto* com o exército que levava, junto a Genil, rio da Bética, apoderando-se de suas grandes riquezas de ouro e prata (*Idácio; cron. a.438 - XIII[538]*).

Um fator que podemos ressaltar nessa transição de poder entre os suevos é um dos elementos mais característicos da Antiguidade Tardia. Os suevos, assim como os godos já haviam feito antes, assimilam uma tradição romana a de *consortio imperium* e realizam o *consortio regnum*. Do mesmo modo que acreditamos que a sucessão Alarico por Ataúlfo teve como base essa tradição, acreditamos também que a sucessão de Hermerico por Rechila teve o mesmo modelo. Acreditamos que esse padrão de sucessão régia foi utilizado pelos suevos do mesmo modo que tinha sido utilizado pelos godos, pois os primeiros estavam buscando sua legitimidade e o reconhecimento de sua autoridade perante o Mundo Romano, assim como os godos já haviam feito e conseguido.

Uma possibilidade de que nesse momento os suevos já tivessem obtido certo reconhecimento de sua autoridade por parte da Corte de Ravena, é que pela primeira vez Idácio utiliza o termo *regnum*, para noticiar a passagem da autoridade dos suevos de Hermerico para Rechila. Em nossa visão essa autoridade poderia ter sido concedida após as últimas negociações entre a corte de Ravena amparada na figura do *comes Censório*, a população galaico-romano representada por Idácio e os suevos representados por Hermerico. A troca de comando dos suevos por meio dessa aparente *consortio regnum* poderia ser inclusive derivada destes acordos.

Com essas considerações nos acreditamos que um pouco antes dessa sucessão hereditária os suevos obtiveram através de liderança e influência de seu rei Hermerico o *regnum*, ou seja, o reconhecimento e a legitimação de seu poder régio pelos romanos.

Para Leila Rodrigues da Silva (2008, p.40) é patente atribuímos a Hermerico a inauguração da sucessão hereditária entre os suevos, pois este procedimento não era habitual. Segundo a autora com essa sucessão Hermerico cercou-se de garantias e garantiu sua sucessão antes mesmo de estar impossibilitado de comandar.

Patrick J. Geary (2001, p.121) afirma que os reis *bárbaros* começaram a transformar o disparate entre os membros de seus exércitos ao unificar seu povo através de leis comuns e um senso de identidade. Para realizar essa identidade as tradições familiares foram reinterpretadas e transformadas em novas situações. Nos visigodos, a família dos baltos proveu essa tradição, nos vândalos foram a família dos asdingos e nos ostrogodos a família dos amals. Essas famílias reais projetaram um passado imaginado em seu povo e proveram um senso comum de origem para ser compartilhado por toda a elite militar.

Segundo Diaz Martinez (1986/87, p. 210-211) nesse momento nós já temos condições de afirmar que a dinastia de Hermerico se fundamentava na existência de um clã real, de uma "estirpe régia" equivalente aquelas dos baltos e dos amals entre visigodos e ostrogodos, aos asdingos e silingos, que como tais nomes designariam casas reais e não tribos. Como em estes casos, também entre os suevos um clã determinado havia monopolizado a função de *rex* em algum momento desconhecido da etapa da *Volkerwanderung*³⁶, e é aqui o direito que parece amparar Hermerico para transmitir o poder a seu filho Réquila. O mesmo direito que permite em 448 a sucessão de Réquila por seu filho Requiário.

Após a transição de poder entre os suevos o novo rei, Rechila, vai trocar a política dialogante de seu pai por uma mais agressiva e expansionista. Hermerico tinha praticamente centrado a atuação de seu povo dentro dos limites da *Gallaecia*, mas Rechila vai começar a empreender uma política de expansionismo da hegemonia sueva até o sul da Península Ibérica.

Para Díaz Martinez (2011, p. 76) as campanhas que este rei empreendeu nas províncias da Lusitânia e da Bética parecem responder a um objetivo estratégico e econômico, pois a riqueza da Bética, em comparação com as regiões do noroeste da Península Ibérica, era sem dúvida muito grande.

Idácio nos informa que em 439 Rechila toma a cidade de Mérida e alguns meses após essa conquista, o *comes* Censório é enviado novamente antes os suevos como

³⁶ Migração dos povos

embaixador, entretanto o mesmo é sitiado na cidade de Mértola e acaba sendo capturado e preso por Rechila:

Rechila, rei dos suevos, entra em Mérida (*Idácio; cron. a.439 - XV [560]*).

O comes Censório, que havia sido enviado como embaixador aos suevos, sitiado em Mértola a sua volta por Rechila, se entregou pela paz (*Idácio; cron. a.440 - XVI[571]*).

Diaz Martinez (2011, p 77) esclarece que não é fácil reconstruir o desenvolvimento dessa campanha e nem saber qual era o papel designado pela corte de Ravena a este *comes* Censório, pois Idácio não alude que ele conduzisse um contingente de tropas romanas ou federadas, o único elemento que podemos constatar é que até a prisão do mesmo Mértola ainda estava sobre a influência romana. A tomada desta cidade e de Mérida, é um indício do caráter estratégico que tinha a campanha de Rechila, pois Mérida era a capital da Lusitânia e sede do *vicario* da Hispânia e Mértola era um porto fluvial importante, provavelmente um ponto obrigatório na difícil navegação do Guadiana antes de se chegar a Mérida.

Logo após esses acontecimentos o antigo rei Hermerico morre em 441, segundo Idácio, devido a uma enfermidade que o assolou por sete anos. No mesmo ano Requila se dirige a Sevilha e a conquista e em um ato seguinte se apodera de toda a Bética e a cartaginense. Com isso os suevos estendiam sua hegemonia por quase toda a Hispânia, por exceção da Terraconense. Idácio nos fornece essas informações.

Hermerico, rei dos suevos acometido por larga enfermidade durante sete anos, morre (*Idácio; cron. a.441 - XVII[574]*).

O rei Rechila, uma vez tomada Sevilha, reintegra seu poder as províncias da Bética e da Cartaginense (*Idácio; cron. a.441 - XVII[576]*).

Entretanto apesar dessa hegemonia política dos suevos em quase toda a Península Ibérica, nós pensamos que seja difícil poder afirmar que os mesmos

constituíam um reino nesse período. Díaz Martinez (2011, p.77) afirma que os mesmos não tinham nenhum controle estável nessas regiões e nem sequer guarnições permanentes em pontos estratégicos.

Estamos de acordo com Díaz Martniez e cremos que um maior exemplo dessa falta de controle estável dos suevos são os constantes saques das regiões sobre sua influência por eles mesmos. Se os suevos vissem essa região como parte de um reino seu, provavelmente não realizariam saques tão constantes quanto o faziam nesse território.

Um exemplo desses saques que os suevos realizavam dentro do território em que detinham a hegemonia política foi em 446, quando o *magister utriusque militiae* Vito com a ajuda dos godos, saqueou a Bética e a Cartaginense, mas fugiu antes da chegada dos suevos e seu rei. Estes últimos tornaram a saquear novamente essa região. Díaz Martinez (2008, p.287) nos reafirma que este tipo de comportamento implica na falta de estruturas estáveis de poder, tanto por parte dos suevos como por parte dos romanos. Idácio nos fornece o testemunho destes acontecimentos:

Vito, nomeado *magister utriusque militiae*, é enviado as Hispânias, apoiado não com forças escassas, e causando males aos Cartaginenses e aos Béticos, quando ali se meteram os Suevos com seu próprio rei, vencidos ademais em combate os godos, que haviam vindo ajudar-lhe na devastação, cheio de terror e miserável temor, escapou. Em seguida os suevos arruinam aquelas províncias, mercê de uma vasta depredação (*Idácio; cron. a.446 - XXII[625]*).

Em 448 Idácio nos informa que Rechila morre na cidade de Mérida e é sucedido por seu filho Rechiário. O cronista nos avisa que esta sucessão teve oposição de parte do povo suevo, provavelmente devido ao cristianismo ariano professado pelo novo rei, contrariando a crença pagã do antigo rei e seu pai Rechila:

Rechila, rei dos suevos, morre pagão em Mérida, no mês de agosto. Depois o sucede no reino seu filho católico Rechiário, não faltando, ainda ocultamente, alguns rivais de sua raça. Logrado, não obstante, o poder, invade sem demora *ulteriores regiones* para depredá-las (*Idácio; cron. a.448 - XXIII[647]*).

Díaz Martinez (2011, p.78) nos afirma que a identificação entre os guerreiros suevos e seu rei obrigava os mesmos em certa medida a professar a religião de seu líder, pois desse modo eles manteriam sua unidade, mas alguns deles podem ter visto essa conversão do monarca como uma renúncia à própria identidade do povo suevo.

Aderimos as apreciações de Díaz Martinez e acreditamos que provavelmente essa mudança de credo religioso, entre os suevos, tenha provocado certa resistência a aceitação de Requiário pelos suevos com maiores ligações com suas tradições religiosas.³⁷

Para Patrick J. Geary (2001, p. 121) os reis *bárbaros* utilizaram a religião para fundar uma identidade comum. A família real goda, assim como os vândalos, os burgúndios e outros povos foram arianos e a fé ariana podia ser proximamente identificada com o rei e o seu povo.

Bruno Dumézil (2008, p. 147-148) segue o mesmo pensamento de Geary e afirma que um dos motivos de os godos professarem o arianismo é que o mesmo lhes dava uma certa identidade étnica perante os romanos e os mesmos estavam cada vez mais convencidos que sua heterodoxia era um sinal de suas diferenças para com o Mundo Romano.

A nosso ver com sua conversão ao arianismo Requiário pretendia, além de uma aproximação com os godos, fazer com que os suevos fizessem parte dessa heterodoxia cristã, que seria nesse momento, em nossa visão, um fator de identidade étnica das *gentes bárbaras* perante os romanos.

Por estes motivos acreditamos que essa conversão dos suevos não foi de cunho filosófico, ou seja, os suevos não aderiram ao arianismo porque se identificavam filosoficamente com a vertente cristã fundada pelo presbítero Ário no século IV, mas

³⁷ Cabe salientarmos que em nosso ver essa opção pelo arianismo era apenas uma decisão político-religiosa da aristocracia sueva e muito provavelmente não era seguida pela população mais simples dessa *gentes*, sendo que estas muito provavelmente continuaram professando seus antigos ritos pagãos.

sim uma determinação político-religiosa da aristocracia sueva comandada nesse momento por Requiário.

Sobre a sucessão de Rechila por Requiário cremos que a mesma faz parte do processo de aproximação da identidade sueva com a romana. Os suevos com isso continuavam na linha da tradição do *consortio regnum* e além disso começavam a professar a religião cristã na sua vertente ariana, do mesmo modo que os godos.

Outra tentativa de assimilação de tradições romanas pelos suevos que se pode citar é a cunhagem de moedas realizadas por Requiário. Orlandis (1987, p 42) nos informa que Requiário foi o primeiro rei *bárbaro* que ousou cunhar uma moeda com seu próprio nome e que o associava com o antigo imperador romano Honório.

Diáz Martinez (2011, p.109-110) esclarece que nos restam somente quatro exemplares destas moedas de prata cunhadas por Requiário entre 448 e 456. Segundo este autor, nela há a legenda "IVSSV RICHARI REGES" que rodeia uma coroa de louros que tem em seu centro a abreviatura "BR". A moeda ainda tem as letras colocadas a esquerda e direita do tramo inferior de uma cruz latina, o que seria uma indicação da cidade de Braga. Ainda de acordo com esse autor a monarquia de Requiário associada a uma casa de moedas bracarense é a melhor mostra de uma assimilação de formas do poder imperial. Com isso os suevos assumiriam a língua do poder imperial, que era o latim, e remetia a figura de Honório, o imperador na época em que os suevos entraram na *Gallaecia*.

Concordamos com Diaz Martinez e cremos que essa moeda cunhada por Requiário é um bom exemplo de como os suevos tentaram assimilar as características do governo imperial³⁸.

Seguindo na narração de Idácio, o mesmo afirma como mostrado acima que a política expansionista dos suevos que tinha começado com Rechila, continua com seu filho, quando o último invade as *ulteriores regiones*. De acordo com Díaz Martinez (2001, p. 78) essa expressão evidencia claramente a primitiva denominação romana da Bética com província Ulterior.

³⁸ Ressaltamos que as emulações do Poder Imperial Romano pelas *gentes bárbaras* são sempre apontadas pelos pesquisadores do período. Em nenhum momento as fontes afirmam que os *bárbaros* estavam emulando os romanos ou pretendendo fazer isso.

Em 448 Idácio nos informa o destino que teve o *comes* Censório, que havia sido capturado no ano de 440 pelo antigo rei Rechila. O antigo oficial romano foi degolado em Sevilha por um personagem chamado Agiulfo "Em Sevilha é degolado por Agiulfo, Censório (*Idácio; cron. a.448 - XXV[659]*).

Díaz Martínez (2011, p 78) supõe que durante esses nove anos, Censório, permaneceu entre os suevos como um refém. O mesmo afirma que o personagem que o executou não era um suevo, mas sim um varno, o qual está presente entre os godos, quando estes enfrentaram os suevos anos depois. Segundo este autor, apesar de ser difícil de explicar os motivos que levaram a morte de Censório, é possível imaginá-lo como uma aproximação estratégia entre suevos e godos.

Estamos de acordo com Díaz Martínez nessa possibilidade e acreditamos que um grande indício dessa aproximação entre godos e suevos viria acontecer no ano de 449 com o casamento do rei suevo Rechiário com a filha do rei godo Teodorico. Após o casamento em fevereiro, Idácio informa que o rei suevo devasta a região das Vasconias.

Um novo encontro entre Requiário e Teodorico ocorre no mês de julho quando o rei suevo visita o rei godo em sua corte, provavelmente como parte de uma política de fortalecimento de laços. Depois disso os dois se reúnem com o baugada Basílio e saqueiam Lérida e a região de Zaragoza. Idácio nos testemunha estes acontecimentos.

Rechiário, depois de tomar em matrimônio a filha do rei Teodorico, auspiando o princípio de seu reinado devasta as Vasconias no mês de Fevereiro (*Idácio; cron. a.449 - XXV[661]*).

Rechiário, marchando no mês de julho onde seu sogro Teodorico, devasta a região de Zaragoza junto com Basílio a sua volta. Invadida por engano a cidade de Lérida, se fizeram não poucos prisioneiros (*Idácio; cron. a.448 - XXV[671]*).

Entretanto os acontecimentos seguintes acabam estremecendo as relações entre suevos e godos. Em 450 os hunos, que há muito tempo pressionavam o Império com as campanhas expansionista de seu rei Átila, rompem o tratado de paz que tinham com Ravena e invadem a região das Gálias. O *dux* Aécio que havia derrotado os godos em combate, requer a presença destes nas batalhas contra Átila. A maior delas ocorre nos

Campos Catalúnicos, perto da cidade de Metz, onde a coalizão romana impõe uma grande derrota à confederação hunna de Átila em uma batalha onde Idácio diz que morreram por volta de 300 mil combatentes, o que é provavelmente um grande exagero do cronista que possivelmente queria enaltecer a vitória dos romanos. Contudo, apesar desta vitória o rei Teodorico morre na batalha:

O povo dos hunos, rompendo o pacto de paz, devasta as províncias das Gálias, e são destruídas muitas cidades. Nas planícies Catalúnicas, não longe da cidade de Metz, que haviam arruinado, lutando em batalha campal contra Aécio e o rei Teodorico, que estavam associados por um pacto de paz, são vencidos e batidos com a ajuda de Deus. Uma noite profunda sucedeu a batalha. Ali caiu e morreu o rei Teodorico. Se menciona que caíram nessa batalha uns CCC mil homens (*Idácio; cron. a.450 - XXVII.I.[712]*).

Após a morte de Teodorico os godos elegem como líder seu filho Turismundo. Entretanto depois de um tempo de disputas de poder com seus irmãos Teodorico e Frederico, Turismundo acaba sendo assassinado por eles e Teodorico assume a liderança dos godos, sendo chamado pela historiografia de Teodorico II:

Morto Teodorico, o sucede no reino seu filho Turismundo (*Idácio; cron. a.451 - XXVII.I.[736]*).

Turismundo, rei dos godos, que respirava hostilidade, é degolado pelos irmãos Teodorico e Frederico, e o sucede no reino, Teodorico (*Idácio; cron. a.452 - XXVIII.II.[757]*).

Nesse período entre a morte de Teodorico I e o início do governo de Teodorico II a corte de Ravena retoma as negociações diplomáticas com os suevos e em 452 envia um novo *comes Hispaniarum*, Mansueto, acompanhado de outro comes, Fronto. Provavelmente nesse acordo foi acertada a devolução da Cartaginense ao Império, pois na próxima menção de Idácio aos suevos o mesmo informa que estes invadiram essa região a qual tinham devolvido aos romanos. De acordo com Idácio: "O comes das Hispânicas Mansueto e Frontón, também comes, são enviados como legados aos suevos

para negociar a paz, e logram que admitam as condições (*Idácio; cron. a.452 - XXVIII.II.[753]*)".

Nesse meio tempo os hunos são definitivamente derrotados pelo *dux* Aécio, com ajuda do Imperador Oriental Marciano³⁹ depois de sua invasão da Itália e são obrigados a fazerem as pazes com os romanos. Segundo Idácio, ao retornarem para suas terras seu rei Átila morre. Com a morte de Átila e o fim da ameaça huna, o imperador Valentiano III resolver livrar-se de Aécio em 454, para provavelmente aumentar sua influência no Mundo Romano, pois a mesma sempre ficava a sombra de seu antigo *dux*:

No segundo ano do *princeps* Marciano, os Hunos, que depredavam a Itália, invadindo inclusive bastante cidades, são castigados por disposição divina em parte pela fome, em parte por certa enfermidade, como pragas do céu. São também batidos por reforços enviados pelo *princeps* Marciano sobre a chefia de Aécio, e a vez são enviados a suas próprias terras por pragas do céu e pelo exército de Marciano, e desse modo dominados, fazem a paz com os Romanos, e todos se voltam a suas próprias terras, aonde logo voltaram seu rei Átila morre (*Idácio; cron. a.452 - XXVIII.II.[740]*).

Aécio, *dux* e *patricius* feito vir por engano só é morto dentro do palácio pelas mãos do mesmo imperador Valentiano, e com ele a vez são degolados pelo espatário de sua escolta introduzidos um por um alguns dos dignatários (*Idácio; cron. a.454 - XXX.III.[770]*).

Após matar Aécio, Valentiano III pretendia manter as alianças com os povos *bárbaros* costuradas pelo primeiro, por isso lhes manda embaixadores. Idácio nos informa que o nome do embaixador que chega aos suevos é Justiniano: "Depois disto feito Valentiano envia embaixadores aos povos *bárbaros*, dos quais o que chega aos suevos é Justiniano (*Idácio; cron. a.454 - XXX.III.[776]*)".

Contudo os planos de Valentiano III não duram muito tempo, pois este é assassinado em 455 por dois partidários de Aécio. Depois de sua morte é nomeado augusto em Roma, Petrônio Máximo, que contribuiu com a morte do antigo Augusto, mas não governou muito tempo, porque depois de quatro meses este é assassinado em Roma, segundo Idácio por um tumulto do povo e uma sedição popular. No mesmo ano

³⁹ Sucedeu a Teodósio II depois de sua morte em 450.

Avito é nomeado na Gália como augusto e depois de se dirigir a Roma tem seu cargo aceitado. Com a consolidação de Avito como Augusto Idácio afirma que se encerrou a *generatio* da estirpe de Teodósio.

O Imperador Valentiano é assassinado em Roma por dois bárbaros, familiares de Aécio, em campo aberto, apesar de rodear-lhe o exército. Depois disso é titulado Augusto XLIII de Roma, Maximo, um dos consules, que nomeado imperador, havendo tomado por mulher a viúva de Valentiano, e entregado em matrimônio a seu próprio filho de mulher anterior, Paladio, o que havia nomeado César, a filha de Valentiano, transtornado pela revolta e grandes motins que estava temendo, e porque havia contribuído a morte dos assassinos de Valentiano, e a do mesmo Valentiano, com os malvados planos realizados, por ambição de reino, querendo abandonar o poder e Roma, quando apenas havia cumprido quatro meses de seu reinado, é assassinado na mesma Roma em um tumulto do povo e por uma sedição militar (*Idácio; cron. a.455 - XXXI.V.[779]*).

No mesmo ano, na Gália, Avito, cidadão Galo, é titulado Augusto pelo exército da Gália e pelos dignatários, primeiro em Tolosa, depois em Arlés; se dirige a Roma e é aceitado (*Idácio; cron. a.455 - XXXI.V.[799]*).

Até Valentiano reteve a *generatio* da estirpe de Teodósio (*Idácio; cron. a.455 - XXXI.V.[804]*).

A partir desse momento Idácio, que já estava escrevendo sua crônica em um tom pessimista, se aprofunda no mesmo, pois acreditamos que o mesmo enxergasse cada vez menos um futuro promissor para o Império, principalmente agora que Aécio tinha morrido e a dinastia Teodosiana tinha acabado.

Com a morte de Teodorico I, Aécio e Valentiano III, Rechiário, o rei dos suevos, considerou-se livre de seus compromissos com romanos e godos e por isso Idácio menciona que o mesmo invade a região da Cartaginense, a qual tinha devolvido anteriormente para os romanos. Por causa disso o imperador Avito envia uma embaixada aos suevos com o *comes* Froto e com os embaixadores do rei godo Teodorico II, o qual tinha mantido os tratados com Ravena.

Entretanto Rechiário não aceita um novo tratado de paz com a corte de Ravena e nem com os godos e com isso invade a região da Cartaginense. Os embaixadores godos tentam negociar novamente com Rechiário, mas o mesmo não desejava negociar e

segundo Idácio, com uma numerosa tropa invade a Terraconense fazendo um grande botín e levando muitos cativos para a *Gallaecia*:

Os suevos fazem presa nas regiões da Cartaginense, que havia devolvido aos romanos. Marciano e Avito governam o império Romano em Concórdia (*Idácio; cron. a.455-I. [823]*).

O imperador Ávito envia aos Suevos como legado o conde Frontón. Assim mesmo, são enviados embaixadores aos mesmos pelo rei dos Godos, Teodorico, porque era fiel ao pacto com o Império Romano, para fazer-lhes guardar as promessas do pacto jurado, tanto consigo como com o Império Romano, dado que estavam unidos por só um, pacto de paz. Mas despidos os legados de ambas as partes e violados todos os juramentos, os Suevos invadem a província Terraconense, que estava sujeita ao Império Romano. (*Idácio; cron. a.456-II.VI.[825]*).

Os legados dos Godos se apresentam de novo aos Suevos. Mas depois de sua vinda o rei dos Suevos, Rechiário com numerosa tropa dos seus invade as regiões da província Terraconense, fazendo ali grande botín e levando abundantes cativos para a *Gallaecia* (*Idácio; cron. a.456-II.VI.[845]*).

Em nossa visão neste trecho em que Idácio afirma que Requiário "rompeu todos os juramentos", o mesmo acaba mostrando o líder dos suevos como um traidor, e não menos como um *usurpador*, pois o mesmo, além de se recusar a manter os tratados de paz com Ravena, ataca as regiões que não eram cabíveis a sua autoridade e com isso acaba excedendo-a e usurpando o poder nesses territórios.

A resposta a corte de Ravena e dos godos de Teodorico II a este último ataque foi rápida e decisiva. No mesmo ano Teodorico II invadiu as *Hispanias*, com um grande exército, por ordem de Avito. No dia cinco de outubro, sexta-feira, próximo da cidade de Astorga o rei dos godos derrotou Rechiário que ferido em combate teve que fugir para as terras extremas da *Gallaecia*:

Mais tarde, no ano VI de Marciano, era CCCXCIV, o rei do Godos Teodorico, com forte exército e por desígnio e ordem do imperador Avito entra na Hispânia. E, fazendo-se oposto ao rei dos Suevos,

Rechiario, a doze milhas da cidade de Astorga, junto ao rio Orbigo, o dia 5 de outubro, sexta-feira, foi vencido o combate tablado; batidas suas formações, caindo presos bastante deles, postos em fuga muitíssimos, o mesmo rei, ferido e fugindo, apenas pode escapar as terras extremas da *Gallaecia*. (*Idácio; cron. a.456-II.VI.[852]*).

Teodorico II em perseguição a Requiário entrou na *Gallaecia* e saqueou a cidade de Braga em 28 de novembro, onde produziu muitos saques e levou uma grande quantidade de prisioneiros:

Dirigindo-se o rei Teodorico com seu exército a Braga, última cidade da *Gallaecia*, em 28 de novembro, domingo, se produziu um saque, ainda que sem sangue, sem dúvida muito desgraçado e lamentável da dita cidade. Se leva grande quantidade de cativos; se derrubam as basílicas dos santos, os altares são levados e destruídos, depois raptadas as virgens de Deus, ainda que conservando sua integridade, o clero despojado até dos vestidos que defendem seu pudor, toda a gente de ambos os sexos com as crianças, sacada dos lugares santos de refúgio, enchido o lugar sagrado de imundície de jumentos, gado e camelos, tudo isso se renovou da parte da ira do céu os exemplos escritos sobre Jerusalém (*Idácio; cron. a.456-II.VI.[866]*).

Díaz Martinez (2011, p. 82) afirma que nesse ataque foram afetados tanto romanos como suevos e por isso Idácio parece noticiar o ocorrido com muita frustração, principalmente pelo fato de membros da *ecclesia* terem sido saqueados também. Segundo este autor Idácio esperava uma ação mais civilizada dos godos, que deveriam apenas ter libertado sua província dos suevos e não saquear a cidade, pois os mesmos estavam atuando a mando de corte de Ravena.

Após saquear Braga, Teodorico II, vai até Portocale onde Requiário estava refugiado, talvez com a intenção de fugir por mar, e o prende. Com a prisão de seu rei os guerreiros sobreviventes do primeiro combate também se rendem ao rei dos godos. Com isso uma parte da historiografia, entre eles Garcia Moreno e Juan Abengochea (1986, p. 261), José Orlandis (1987, p. 42) e Díaz Martinez (2011, p.83) afirmam⁴⁰ que o reino dos suevos foi destruído e eliminado:

⁴⁰ Os seguintes autores partilham desta idéia: ORLANDIS, José. *Historia de Espana: La Espana Visigótica*. Madrid: Gredos, 1987; DÍAZ MARTINEZ, P. *El reino suevo (411-585)*. Madrid: Ediciones

Rechiario, prófugo e refugiado em um lugar que se chama Portucale, é entregue preso ao rei Teodorico, posto este em prisão, e entregando-se os demais que haviam sobrevivido dos primeiro combate, aos Suevos, mortos com todo bastante, *regnum destructum et finitum est Sueuorum*. (Idácio; cron. a.456-II.IV.[883]).

Em nossa visão esta última frase de Idácio "...*regnum destructum et finitum est Sueuorum*" da margem a esta interpretação da historiografia. Entretanto achamos complicado afirmar que houve um reino suevo na Hispânia no período que vai da entrada dos suevos em 409 sobre a liderança de Hermerico até a morte de Requiário em 456.

Leila Rodrigues da Silva (2008, p.31) afirma que nesse período não podemos falar de um reino suevo, tendo uma clareza de suas fronteiras, pois segundo a mesma os limites territoriais da área ocupada estavam em constante movimentação. Entretanto a autora propõe a utilização do termo "reino" considerando a existência de um núcleo estável de assentamento, que se tratava da zona compreendida entre Portucale, Bracara, Auriensis e Tude, que em sua visão seria o Convento Jurídico Bracarense.

Concordamos parcialmente com Silva, entretanto cremos que nesse período houve mais uma hegemonia política e militar dos suevos na região, do que realmente a construção de um reino suevo. Em nossa visão o que Idácio quis dizer com a frase é que o rei suevo, enquanto detentor da autoridade delegada pelos integrantes das *gentes* suevas e reconhecido pela corte de Ravena foi eliminado. Pois a autoridade que ele tinha, o *regnum*, mas sem uma conotação territorial definida foi retirado pelos federados godos de Teodorico II a mando da Augusto Avito.

Em nossa visão, Rechiário, apesar de ter a autoridade reconhecida pela corte imperial em Ravena, acabou extrapolando da mesma e por isso foi punido pelos godos a mando dos romanos. Com isso nós temos o *regnum* dos suevos retirado pelos federados

Akal, 2011; ABENGOCHEA, Juan José Sayas; MORENO, Luis A. García. Romanismo y Germanismo el despertar de los pueblos góticos (Siglos IV-X). Barcelona: Editorial Labor, 1986. Diferindo destes autores temos COLLINS, Roger. La España Visigoda. Barcelona. Crítica, 2004, p.26 que apenas afirma que com a derrota de Requiário se findou a monarquia sueva

godos, que tinham também o *regnum* concedido e legitimado pelos portadores do *Imperium*, os romanos.

Um exemplo que o *regnum* dos suevos podia ser apenas a autoridade delegada, mas sem a conotação territorial, é que dificilmente podemos traçar os limites desse possível território suevo no século V. Os suevos, apesar de estenderem sua hegemonia militar e política por quase toda a *Diocesis Hispaniarum*, não tinham um controle estável sobre esse território e nem mesmo guarnições fixas, como já dissemos acima.

Além disso, a nosso ver, se os mesmos considerassem esse território como já mencionamos antes, da *Diocesis Hispaniarum* como parte de um reino deles, os mesmos provavelmente não realizariam saques nessas terras, algo que eles sempre fizeram.

Também não achamos que no período os suevos tenham administrado um fisco régio proveniente de pagamento de impostos, o que teria dado alguma base institucional a um possível reino suevo. Acreditamos sim que os mesmos tinham apenas um tesouro régio, ou seja, um patrimônio particular da monarquia sueva derivada principalmente dos saques e acordos realizados pelos representantes do monarca suevo com as autoridades galaico-romanas e com o poder imperial romano.

Com a prisão de Requiário e sua execução em dezembro do mesmo ano, afirmamos que a autoridade sueva foi eliminada. Idácio registra também essa execução: "Morto Requiário no mês de dezembro, o rei Teodorico se translada da *Gallaecia* para a Lusitânia (*Idácio; cron. a.456-II.IV.[904]*).

Após esse episódio pequenos grupos de suevos vão nomear alguns dos seus como líderes e vão entrar em confronto, o que nos mostra como esse grupo era realmente mal estruturado. Essa disputa só vai terminar com a vitória de Remismundo sobre Frumário apenas em 464, quando o primeiro se torna o único *rex* dos suevos. Segundo Idácio: "Morto Frumário, reunidos todos os suevos sobre a sua jurisdição por direito régio, Resmismundo restaura a paz quebrada (*Idácio; cron. a.464-VIII.III.[1118]*)".

Entretanto em nossa visão não há no restante do período que abrange a crônica de Idácio, até o ano de 469, a formação de uma nova autoridade dos suevos, tanto que o mesmo não se utiliza mais do termo *regnum* ao noticiar algo sobre essa *gentes*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

E a História, que é testemunha dos tempos, luz da verdade,
vida da memória, mestra da vida, mensageira do passado,
que outra voz, que não seja a do orador, a torna imortal?

Cícero, Do Orador, II, 9, 36.

Considerações Finais

Em nossa pesquisa nos propomos, em primeiro lugar, a retirar o caráter secundário da história dos suevos na Península Ibérica do século V. Como salientamos anteriormente a história dessa *gentes bárbara* está na maioria das vezes atrelada a história das *gentes* godas tendo os suevos um papel coadjuvante na construção historiográfica dos primeiros

Para alcançar nosso objetivo nos propusemos a analisar as concepções de poder régio entre os suevos na Península Ibérica do século V tendo como fonte principal o documento que mais nos trás informações acerca dos desdobramentos dessa *gentes*, a crônica de Idácio de Chaves.

Com nossos objetivos centrais definidos iniciamos nosso trabalho nos debruçando sobre nosso documento principal afim de realizarmos uma intensa análise historiográfica sobre o mesmo. Através de sua análise historiográfica podemos concluir que sua elaboração atendeu aos interesses político-religiosos de seu autor, Idácio de Chaves.

Este personagem foi uma influente figura política-religiosa na região em que os suevos estiveram assentados durante o século V, sendo assim o mesmo teve seu cotidiano atrelado ao dessa *gentes* bárbara, sendo testemunha direta e indireta dos desdobramentos acerca dos mesmos.

Tendo em vista essas considerações resolvemos discorrer acerca da trajetória biográfica do mesmo e através dessa análise podemos perceber que seus interesses político-religiosos seguiam os preceitos da ortodoxia cristã, além de serem um grande foco de resistencia hispano-romana contra a hegemonia político-religiosa dos suevos na *Gallaecia* durante o século V. Resistência que possivelmente teve forte influência em sua prisão no ano de 460 pelo rei suevo Frumário.

Após termos discorrido sobre Idácio de Chaves, seu contexto de atuação político-religiosa, sobre sua obra e os interesses por trás da mesma pudemos passar para a segunda parte de nossa pesquisa, que foi demonstrar como os pensamentos dos

autores romanos sobre as gentes bárbaras e suas estruturas administrativas foram se readequando ao longo das Antiguidades Clássica e Tardia.

Os primeiros autores que analisamos nessa segunda parte de nossa pesquisa nos deram uma perspectiva de como os *bárbaros* eram vistos pelo Império Romano, em um período anterior ao de nosso estudo ou seja da República até o século IV. Fazer esta reflexão de seu pensamento foi importante pois podemos comparar seus ideais aos Idácio de Chaves e de outros autores contemporâneos do mesmo. Portanto, Cícero, Tácito e Amiano nos deram a perspectiva do *passado* das gentes bárbaras pela ótica romana - como elas se organizavam política e socialmente e por não possuírem uma *monarquia* como a romana, pautada no *Imperium*, que reforçava *auctoritas* do *princeps/imperator*, eram considerados *bárbaros* sob o ponto de vista político.

Já alguns autores contemporâneos de Idácio, como Orósio, Agostinho e Próspero de Aquitânia afirmavam que os *bárbaros* almejavam obter o *regnum* - autoridade característica entre aqueles que era delegada, concedida e conquistada pela *electio* - para equiparar-se aos romanos, únicos detentores do *Imperium*. Portanto em nossa visão ao adentrar no Mundo Romano as gentes bárbaras não tinham como objetivo sua destruição, mas sim obter uma maior participação política dentro do mesmo.

Ainda nessa segunda parte de nossa pesquisa discurremos acerca do processo de tentativa de reconhecimento e de legitimação político-religiosa do priscilianismo durante o século IV. Nossa intenção ao fazer essa discussão foi mostrar que antes da entrada das gentes bárbaras em território hispano, essa região já clamava por uma autonomia político-religiosa frente à administração imperial romana.

Em nossa opinião, o priscilianismo atingiu uma tamanha força político-religiosa na região que trouxe para a mesma certa autonomia nesse quesito em frente ao resto do Mundo Romano. Entretanto um dos objetivos que, em nossa opinião, Prisciliano e seus seguidores almejavam jamais foi conseguido, que era o reconhecimento de uma autoridade político-religiosa de seu credo, pois a mesma esbarrou-se na tentativa de legitimação de poder do usurpador Magno Máximo. Em nossa visão esse processo levado a cabo por Prisciliano e seus seguidores é uma clara demonstração da formação de regionalismos no interior desse Mundo Romano Tardio.

Para finalizar essa segunda parte de nossa pesquisa nós ponderamos sobre a entrada das *gentes bárbaras* na Península Ibérica em 409 durante o processo de legitimação imperial do usurpador Constantino III. No decorrer de nosso estudo constatamos que a entrada desses *bárbaros* ocorreu muito provavelmente de uma forma pactada com o alto oficial de Constantino III, Gerônimo. Entretanto com a recuperação do controle imperial na região na figura do *magister militum* Constancio essas *gentes* passaram a ser vistas como intrusas na região, e passaram a ser um problema para o governo imperial de Ravena. Por outro lado os *bárbaros* ali assentados, morto seu interlocutor Gerônimo, vão tentar buscar o reconhecimento do Poder Imperial Romano sobre sua tutela para essa região.

Realizados estes estudos anteriores finalmente pudemos discorrer em nosso terceiro capítulo sobre a antiguidade régia dos suevos durante o século V, no período que vai da entrada dos primeiros na *Diocesis Hispaniarum* em 409 sobre a liderança de Hermerico, até a morte do rei Requiário em 456. Elegemos esse recorte pois em nossa visão foi nesse período que os suevos obtiveram dos romanos o *regnum*, ou seja a legitimação do seu poder régio frente ao governo imperial de Ravena.

Em um primeiro momento procuramos demonstrar nesse terceiro capítulo como os godos estabeleceram um *foedus* com o Governo Imperial de Ravena, no qual eliminavam alanos e vândalos silingos da *Diocesis Hispaniarum* e conseguiam dessa forma o reconhecimento de seu *regnum* pelos romanos, além de seu assentamento de forma oficial na região da Aquitânia.

Depois mostramos os desdobramentos ocorridos nas Hispânicas até o ano de 429 quando os vândalos asdingos passam ao norte da África sobre a liderança do rei Genserico, deixando na Península Ibérica os suevos como único povo *bárbaro* em maior escala.

A partir desse momento as informações sobre os suevos tornam-se muito frequentes na crônica de Idácio, e nós não encontramos quase nenhuma informação sobre os mesmos em outras fontes do período, o que torna a obra de Idácio a partir desse momento a grande referência sobre os suevos durante o século V.

É nesse documento que constatamos o que vem a ser para nós o reconhecimento do *regnum* suevo perante as autoridades imperiais romanas, na passagem da crônica

onde Idácio informa a sucessão do rei Hermerico por seu filho Requila. A possibilidade de ter havido esse reconhecimento nesse momento é porque pela primeira vez Idácio utiliza em sua crônica o termo *regnum* para noticiar a passagem de autoridade entre os suevos. Em nossa visão essa autoridade poderia ter sido concedida após as negociações de 437, também noticiadas na crônica, entre a corte de Ravena amparada na figura do *comes* Censório, a população galaico-romano representada por Idácio e os suevos representados por Hermerico. Essa sucessão régia de pai para filho poderia ser inclusive um *consortio regnum* derivado dos termos desses acordos.

Apesar do reconhecimento de seu *regnum* pelos romanos os suevos rompem os tratados de paz e sob a liderança de seu novo líder Requila começam a realizar uma expansão político-militar na Península Ibérica e atingem seu controle máximo na região no ano de 441.

Entretanto apesar dos suevos terem sua hegemonia político-militar por quase toda a *Diocesis Hispaniarum* nesse período nós pensamos que seja difícil poder afirmar que os mesmos constituíram um reino nesse momento, justamente por sua falta de controle estável na região e seus contantes saques em sua área de domínio.

Após a morte de Réquila nós temos a sucessão deste por seu filho Requiário e chegamos assim na análise do último rei suevo que em nossa visão portou o *regnum* legitimado pelos romanos.

Em nossa análise constatamos que Requiário foi um rei suevo que tentou ao máximo costurar alianças com godos e romanos, afim de legitimar seu poder régio para ambos. Além de sua conversão ao cristianismo ariano, o mesmo casa-se com a filha do rei godo Teodorico I e cunha moedas com a esfíngie do antigo imperador romano Honório.

Contudo com a morte dos principais interlocutores de seus acordos, Requiário se viu livre de seus compromissos e começou uma nova onda de expansões na Península Ibérica, sem abrir espaço nenhum para o diálogo seja com os godos, seja com os romanos.

Com isso nós temos as hostes godas sob o comando de Teodorico II entrando na Península Ibérica e derrotando as tropas de Requiário a mando do imperador Romano Avito.

Em nossa visão, Rechiário, apesar de ter a autoridade reconhecida pela corte imperial em Ravena, acabou extrapolando da mesma e por isso foi punido pelos godos a mando dos romanos. Com isso nós temos o *regnum* dos suevos retirado pelos federados godos, que tinham também o *regnum* concedido e legitimado pelos portadores do *Imperium*, os romanos.

A partir desse momento Idácio não utiliza mais o termo *regnum* ao noticiar os acontecimentos sobre os suevos, apenas afirma que diferentes figuras assumiram a função de *rex* até a reunificação dos suevos sobre a liderança de Remismundo em 465. Com o término da crônica de Idácio em 469 nós temos um hiato nas informações sobre os suevos, as mesmas só voltam em meados do século VI com a crônica de João de Biclário e os escritos de Martinho de Braga. Por estes motivos concluímos que após a morte de Requiário os suevos não voltam a ter seu poder régio reconhecido pelos romanos no restante do século V.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referências Bibliográficas

1. Documentação Primária Impressa

AGOSTINHO, S. **A Cidade de Deus**. Parte I e II. Tradução de Oscar Paes Leme. Vozes de bolso. 1 ed., 2012.

BRAULIONE CAESARAUGUSTANO EPISCOPO, *Epistula*. ed. Luis Riesgo Terrero, Sevilla: Editorial Catolica Española, 1975, p.180-2.

BURGESS, RICHAD W. **The Chronicle of Hydatius and the Consularia Constatinopolitania: Two Contemporary Accounts of the Final Years of the Roman Empire**. Oxford, Clarendon Press, 1993.

CARDOSO, J. **Crônica de Idácio. Descrição da Invasão e Conquista da Península Ibérica pelos Suevos (Séc. V.)** Universidade do Minho. Braga, 1982.

CÍCERO. *De República*. Tradução de Amador Cisneiros, Coleção Mestres pensadores, São Paulo: Escala, 2001.

COLODRÓN, C.C. **O Cronicón de Hidácio. O bispo de Chaves**. Editorial Toxosoutos. Galiza, 2004.

HIERONYMUS. **De Viris Illustribus** .In Patrologiae Cursus Completus, 1861.

IDACIO, Obispo de Chaves. **Su Cronicon**. Salamanca: Ed. Casalancias, 1984. Introdução, texto crítico, versão espanhola e comentários por Julio Campos.

INNOCENCIO I. **Ep. III: PL 20**. In Patrologiae Cursus Completus, 1861, p. 485-494 .

ISIDORO DE SEVILHA. **Las histórias de los godos, vándalos e suevos de Isidoro de Sevilha**. Estudio, edición crítica y traduccion de Cristóbal Rodriguez Alonso. Leon Colegiato de San Isidoro, 1975.

MACIAS, Marcelo. **Cronicón de Idácio**. Madri: Orense, 1906.

MARCELLINUS, A. Roman History. 3 vols., Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1985. (The Loeb Classical Library)

MAXIMI CAESARAUGUSTANI, *Chronicon*, ed. J.-P. MIGNE, Paris: Patrologia Latina LXXX, 1849.

MOMMSEN, T. **Chronica Minora I. Chronica Gallica CCCCLII**. Berlin, 1894.

MOMMSEN, T. **Chronica Minora I. Chronica Gallica DXI**. Berlin, 1894.

MOMMSEN , T. **Chronica Minora II. Hydatii Lemici: Continuatio Chronicorum Hieronymianorum**. Berlin, 1894.

ORÓSIO, P. **Histórias**. Intoducción, traduccion y notas de Eustaquio Sánchez Salor. Madri. Gredos, 1982.

- S. PROSPERI AQUITANI. **Chronicon**. In Patrologiae Cursus Completus, 1861.
- S. TURRINI ASTURIENSES. **Epistola**. In Patrologiae Cursus Completus, 1861.
- SEVERO, S. **Obras Completas. Estudio preliminar, traducción y notas de Carmen Codoñer**. Edotorial Tecnos. Madrid, 1987.
- TÁCITO. A **Germania** in: Tácito Obras Menores. Tradução e nota prévia de Agostinho da Silva. Livros Horizonte. Lisboa, 1974.
- TRANOY, A. **Hidace: Chronique**. Paris, 1974.
- VIVES, Jose (org.). **Concilios Visigóticos e Hispano-Romanos**. Barcelona-Madrid. CSIC. Instituto Enrique Florez, 1963.

2. Obras Gerais

- ABENGOCHEA, Juan José Sayas; MORENO, Luis A. García. **Romanismo y Germanismo el despertar de los pueblos góticos (Siglos IV-X)**. Barcelona: Editorial Labor, 1986.
- AGUILERA, Abílio B. de. **La Sociedad Visigótica y su Entorno Histórico**. Madrid. Siglo Veintiuno editores, 1992.
- ALTANER, Berthold; STUIBER, Alfred. **Patrologia: Vida, Obra e doutrina dos Padres da Igreja**. São Paulo: Paulinas, 1972.
- ANDRADE FILHO, Ruy de Oliveira. Entrevista Hilário Franco Júnior. Antiguidade Tardia ou Primeira Idade Média? In: **Relações de poder, educação e cultura da Antigüidade e Idade Média**. Santana de Parnaíba, SP: Solis, 2005, p. 233-243.
- ARCE, Javier. **The Enigmatic Fifth Century in Hispania: Some Historical Problems**. In: Regna and Gentes: The Relationship Between Late Antique and Early Medieval Peoples and Kingdoms in the Transformation of the Roman World. Ed by Hans-Werner Goetz; Jörg Jarnut; Walter Pohl. Leiden; Boston: Brill, 2003.
- ARCE, Javier. **El último siglo de la España romana: 284-409**. Madrid. Alianza Editorial, 1997.
- AUERBACH, Erich. **Mímesis: a representação da realidade na literatura ocidental**. Tradução de George Bernard Sperber. 2ª Edição revisada. São Paulo: Perspectiva, 1976 (Coleção Estudos – Crítica, 2).
- AUGUSTO, Diego Piay. **Acercamento Prosopográfico al Priscilianismo**. Espacio y tiempo en la percepción de la Antigüedad Tardía Antig. crist. (Murcia) XXIII, 2006, p. 601-625.
- BARCELÓ, Pedro. FERRER, Juan José. **Historia de la Hispania Romana**. Madrid. Alianza Editorial, 2007.

BAJO ÁLVAREZ, Felicitas. **El patronato de los bispos sobre ciudades durante los siglos IV y V en Hispania**. In: *Memorias de Historia Antigua*, 1990-91, Vol.2.

BOWERSOCK, G. W.; BROWN, PETER; GRABAR, OLEG. **Interpreting Late Antiquity-Essays on the Postclassical World**. The Belknap Press of Harvard University Press. Cambridge, Massachusetts and London, England, 2001.

BOWES, Kim; BRILL, Michael Kulikowski. **Hispania in Late Antiquity**. Boston: Leiden, 2005.

BRAVO, Gonzalo. **¿Crisis del Império Romano? Desmontando um tópico historiográfico**. In: *Vinculos de História*, núm. 2, p. 13-26

BROWN, Peter. **The World of Late Antiquity, A.D. 150-750**. Lisboa: Verbo, 1980.

CALAZANS, Jaqueline. **Perspectivas sobre o priscilianismo: uma proposta de abordagem**. In: SILVA, Leila Rodrigues da; RAINHA, Rodrigo dos Santos; SILVA, Paulo Duarte (orgs.) *Organização do Episcopado Ocidental (Séculos IV-VIII): Discursos, Estratégias e Normatização*. Rio de Janeiro. 2011.

CAMERON, Averil. **Christianity and the Rhetoric of Empire: The Development of Christian Discourse**. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1994.

CAMERON, Averil. **The Mediterranean World in Late Antiquity A.D. 395-600**. London and New York: Routledge, 1993.

CAMERON, Averil; GARNSEY, Peter.(org.) **The Cambridge Ancient History – Volume XIII- The Late Empire, A.D. 337-425**. Cambridge: University Press, 2008.

CAMERON, Averil. **The later roman empire**. Harvard : University Press, 1993.

CANDELAS COLODRÓN, Cesar. **Hidácio, ¿Obispo de Chaves? Iglesia, Territorio y Poder en el siglo V**. *Gallaecia* nº21, 2002, p.287-294.

CARRIÉ, J.-M. **Introduction “Bas Empire” ou “Antiquité Tardive”?** In CARRIÉ, J.-M., ROUSSELLE, A. *L’Empire Romain en mutation, des Sévères à Constantin 192-337*. Paris: Editions Du Seuil, 1999. p. 9-25.

CARRIÉ, J.-M., ROUSSELLE, A. **L’Empire Romain en mutation, des Sévères à Constantin 192-337**. Paris: Editions Du Seuil, 1999. p. 9-25.

CARVALHO, Margarida Maria de. **Paidéia e Retórica no Século IV d.C.: A Construção da Imagem do Imperador Juliano Segundo Gregório Nazianzeno**. Rio de Janeiro: Annablume, 2010.

COLLINS, Roger. **La España Visigoda**. Barcelona. Crítica, 2004.

CONDE, Francisco Javier Fernández. **Prisciliano e Priscilianismo. Historiografia e realidade**. *Clio e Crimen*: nº1, 2004, p. 43-85.

DAVID, P. **Études historiques sur la Galice et le Portugal du Vie au XIIe siècle**. Coimbra. 1947.

DANIÉLOU, Jean; MARROU, Henri-Irinée. **Nova História da Igreja**. Dos Primórdios a São Gregório Magno. Vol. I. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

DÍAZ MARTINEZ, Pablo C. **El reino suevo (411-585)**. Madrid: Ediciones Akal, 2011.

DÍAZ MARTINEZ, Pablo C.; MAZA, Clelia M.; HUESMA, Fransisco Javier Sanz. **Hispania Tardoantigua y Visigoda**. Madrid. Istmo, 2008.

DÍAZ MARTINEZ, Pablo C. **Los distintos grupos sociales del noroeste hispano y la invasión de los suevos**. *Studia historica. Historia antigua*, ISSN 0213-2052, N° 1, 1983, págs. 75-88.

DÍAZ MARTINEZ, Pablo C. **La monarquía sueva en el s. V: Aspectos políticos y prosopográficos**. *Studia historica. Historia antigua*, ISSN 0213-2052, N° 4-5, 1986-1987 (Ejemplar dedicado a: Homenaje al Profesor Marcelo Vigil (I)), págs. 205-226

DRIJVERS, J. W.; HUNT, David. **The Late Roman World and its Historian: Interpreting Ammianus Marcellinus**. London and New York: Routledge, 1999.

DROBNER, Hubertus R. **Manual de Patrologia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

DUMÉZIL, Bruno. **Les Racines Chrétiennes de l'Europe: Conversion et liberté dans les royaumes barbares V^e–VIII^e siècle**. Paris. Fayard. 2008.

ELÍAS, Raquel Soaje de. **Linajes reales germánicos en el suelo imperial: La lucha por la supremacía ante los ojos de Hidacio de Chávez**. *Intus - legere: historia*, ISSN 0718-5456, Año 4, N° 1, 2010, págs. 49-62.

ESCRIBANO, M. V. "Usurpacion y religion em el s. IV d. de C. Paganismo, Cristianismo y Legitimación política", in: *Antigüedad y Cristianismo VII - Cristianismo y aculturación em tiempos del Império Romano*, Murcia, 1990, pp. 257-267.

ESCRIBANO PAÑO, Maria Vitória. **Usurpación y religión en el s. IV d. de C. Paganismo, cristianismo y legitimación política**. In: *Antigüedad y cristianismo: Monografías históricas sobre la Antigüedad tardía*, ISSN 0214-7165, N° 7, 1990, págs. 247-272.

FERRILL, Arther. **A queda do Império Romano, a explicação militar**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

FIGUEIREDO, Daniel de. **A Controvérsia Nestoriana e suas implicações Político-administrativas nas cartas de Cirilo de Alexandria (Séc. V d.C.)**. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade Ciências Humanas e Sociais. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2012.

FIORETI, Susana. **La Figura del obispo latino y su influência en la tardía antigüedad**. In: *Semanas de Estvdios Romanos*. Vol. XI. Universidad catolica de Valparaíso 2002.

FRIGHETTO, Renan. **Antiguidade Tardia: Roma e as Monarquias Romano-Bárbaras Numa Época de Transformações**. Curitiba. Juruá, 2012.

FRIGHETTO, Renan. **Aquae Flaviae na Crónica de Hidácio**. Rev. Aqua Flaviae, Chaves, (18) 1997, p 32-40.

FRIGHETTO, Renan. **Cultura e Poder na Antiguidade Tardia**. Curitiba: Juruá, 2000.

FRIGHETTO, Renan. **Estruturas Sociais na Antiguidade Tardia Ocidental (Séculos IV/VIII)**. In: SILVA, G. V. da; MENDES, N. M. (Orgs.). **Repensando o Império Romano**. Perspectiva Socioeconômica, Política e Cultural. Rio de Janeiro: Mauad; Vitória, ES: EDUFES, 2006, p. 223-240.

FRIGHETTO, Renan. **Imperium et orbis: conceitos e definições com base nas fontes tardo-antigas ocidentais (séculos IV-VII)**. In: Andréa Doré; Luís Filipe Silvério Lima; Luiz Geraldo Silva. (Org.). **Facetas do Império na História: Conceitos e métodos**. Facetas do Império na História: Conceitos e métodos. 1ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2008, v. 1, p. 147-162.

FRIGHETTO, Renan. **Monarquia e Poder Régio nos primórdios do Século V: os visigodos e a herança baixo-imperial romana**. Editorial Univesitaria. 2007.

FRIGHETTO, Renan. **Política e poder na Antiguidade Tardia: uma abordagem possível**. Goiania: História revista, Goiânia, v. 11, n. 1/ jan./ jun. 2006 pp. 161-177

FRIGHETTO, Renan. **Religião e política na Antiguidade Tardia: os godos entre o arianismo e o paganismo no século IV**. In Dimensões, vl. 25, 2010. p.114-130.

FRIGHETTO, Renan. **Transformação e Tradição: a influência do pensamento político e ideológico do Mundo Romano clássico na Antiguidade Tardia**. In: Revista Diálogos, DHI/PPH/UEM, v.12, n. 2/n.3 p. 19-42, 2008.

FUENTES HIJONO, Pablo. **Sociedad Urbana, Cristianización y cambios Topográficos en la hispania Tardoromana y visigoda (siglos IV-VI)**. In Stud, his., H^a antig. 24, 2006, p. 257-289.

GARCIA, Serafín Bodelón. **Idacio: Prodigios y Providencialismo en su cronica**. Memorias de historia antigua, ISSN 0210-2943, N° 17, 1996, págs. 117-132.

GAZZOTTI, Danilo Medeiros. **A difusão do Priscilianismo pela Gallaecia: o testemunho de Idácio de Chaves**. In: Revista História e Cultura, Franca-SP, v.1, n1., p.71-84, 2012.

GAZZOTTI, Danilo Medeiros. **A figura político-religiosa de Idácio de Chaves na Gallaecia romana tardia (427 d.C. - 469 d.C.)**. In: Revista Chronidas. Goiania - GO ano V, n. 14, 2012.

GAZZOTTI, D. M. . **A legitimação de Constantino III a partir do conflito contra vândalos, alanos e suevos na Diocesis Hispaniarum: os testemunhos de Orósio e Idácio**. Roda da Fortuna. Revista Eletrônica sobre Antiguidade e Medievo, v. 2, p. 266-281, 2014.

GAZZOTTI, D. M. . **As readequações dos conceitos romanos sobre o poder régio e as gentes bárbaras ao longo das Antiguidades Clássica e Tardia.** Revista Homium, v. 14, p. 96-114, 2013.

GAZZOTTI, D. M. . **O processo de legitimação e reconhecimento do priscilianismo na segunda metade do século IV.** Mare Nostrum. Estudos sobre o Mediterrâneo Antigo, v. 4, p. 67-80, 2013.

GEARY, Patrick J. **Barbarians and Ethnicity. In: Interpreting Late Antiquity- Essays on the Postclassical World.** The Belknap Press of Harvard University Press. Cambridge, Massachusetts and London, England, 2001.

GONÇALVES, Bruna Campos. **Constructos Identitários entre os conceitos de realeza de Temístio e Amiano Marcelino (século IV d.C.).** Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2011.

GUARINELLO, N. L. Prefácio. In: SILVA, Gilvan Ventura da. **Reis, santos e feiticeiros: Constâncio II e os fundamentos místicos da *basiléia* (337 – 361).** Vitória: EDUFES, 2003, p. 12.

GUARINELLO, Norberto L. **Introdução.** In: **Repensando o Império Romano.** Perspectiva Socioeconômica, Política e Cultural. Rio de Janeiro: Mauad; Vitória, ES: EDUFES, 2006.

GUERRAS, Maria Sonsoles. **Os povos Bárbaros.** São Paulo: Ática, 1991.

GIBBON, E. **The history of the decline and fall of the Roman Empire.** vol. III. Londres: Harrison and Sons, 1854.

HARTMANN, Carmen Cardelle de. **Las lecturas de Hidacio de Chaves: Notas sobre la recepción literaria en la Gallaecia del s. V.** Minerva: Revista de filología clásica, ISSN 0213-9634, Nº 6, 1992, p. 241-256.

HEATHER, Peter. **The barbarian in the late antiquity: image, reality, and trasformation.** In: MILES, Richard. **Contructing Identities in Late Antiquity.** London: Routledge, 1999.

HEATHER, Peter. **The fall of the roman Empire: a new history of Rome and the Barbarians.** Oxford: Oxford university Press, 2006.

HEATHER, Peter. **Why did the barbarian Cross the Rhine.** Journal of Late Antiquity, Volume 2, Number1, Spring 2009.pp. 3-29.

INSUELAS, J. B. L. **Curso de Patrologia: História da literatura antiga da Igreja. ?:** Brada, 1943.

KENNEDY, David (ed.). **The Roman Army in the East.** University of Michigan, 1996.

KULIKOWSKI, Michael. **Rome's Gothic Wars: From The Third Century to Alaric.** Cambridge University Press, 2007.

LIEBESCHUETZ, J. H. W. G. **Barbarians and Bishops: Army, Church and State in the Age of Arcadius and Chrysostom**. Oxford: University Press, 1990.

LIEBESCHUETZ, J. H. W. G. **From Diocletian to the Arab Conquest: Change in the Late Roman Empire**. EUA, Brookfield, Ashgate Vernont, 1999.

LIEBESCHUETZ, J. H. W. G. **Gens in to regnum: the vandals**. In: *Regna and Gentes: The Relationship Between Late Antique and Early Medieval Peoples and Kingdoms in the Transformation of the Roman World*. Ed by Hans-Werner Goetz; Jörg Jarnut; Walter Pohl. Leiden; Boston: Brill, 2003.

LIEBESCHUETZ, J. H. W. G. **The Decline and Fall of Roman City**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

LIEBESCHUETZ, J. H. W. G. **The end of the Roman army in the western empire**. In: RICH, John e SHIPLEY, Graham. *War and the Society in the Roman World*. London: Routledge, 1993.

LÓPEZ PEREIRA, J. E. **De Prisciliano a Hidacio. Primer despertar de la Gallaecia, Prisciliano y el priscilianismo**, Pontevedra 7-12 de septiembre de 1981, Oviedo, Caja de Ahorros de Asturias, [1982] (Monografías de Los cuadernos del norte (1981), 103).

MCLYNN, Neil. **Poetic Creativity and Political Crisis in Early Fifth-Century Gaul**. *Journal of Late Antiquity*, Volume 2, Number 1. Spring 2009, pp. 60-74.

MACMULLEN, R. **Soldier and civilian in the later Roman Empire**. Cambridge: Harvard University Press, 1963.

MARROU, Henri - Irenée. **Decadence Romaine ou Antiquité Tardive?** Paris: Éditions du Seuil, 1977.

MARTINDALE, J. R.; **The prosopography of the later Roman Empire**, vol II: AD 395-527. (**PLRE II**). Hardback. 1980.

MENDES, Norma Musco. **O Sistema Político do Principado**. In: *Repensando o Império Romano Perspectiva Socioeconômica, Política e Cultural*. Rio de Janeiro: Mauad; Vitória, ES: EDUFES, 2006.

MOLE, C. **Uno storico del V secolo. II vescolo Idazio**. *Siculorum Gimnasium*, 27, 1974, p. 279-351.

MOMIGLIANO, A y otros. **O conflito entre o paganismo e o cristianismo no século V**. Madrid, 1989.

MORENO, Luis A. G. **El Bajo Imperio Romano**. Madrid. Sintesis, 2005.

MORENO, Luis A. G. **Historia de España Visigoda**. Madrid. Cátedra, 1989.

MORESCHINI, Cláudio; NORELLI, Enrico (orgs.). **História da Literatura Cristã Antiga Grega e Latina**. São Paulo: Loyola, 2000.

MORESCHINI, Cláudio. **História da Filosofia Patrística**. São Paulo: Loyola, 2008.

MUHLBERGER, STEVEN: **The Fifth-Century Chroniclers: Prosper, Hydatius and the Gallic Chronicler of 452**. Leeds: Francis Cairns, 1990.

ORLANDIS, José. **Historia de Espana: La Espana Visigótica**. Madrid: Gredos, 1987.

ORLANDIS, José. **La doble conversión religiosa de los pueblos germánicos (siglos IV al VIII)** Pamplona: Universidad de Navarra, 2000, p.69-84.

QUIROGA, Jorge L. LOVELLE, Mónica R. **De los Vándalos a los Suevos en Galicia: Una visión crítica sobre su instalación y organización territorial en el noroeste de la Península Ibérica en el siglo V**. *Studia historica. Historia antigua*, ISSN 0213-2052, N° 13-14, 1995-96 (Ejemplar dedicado a: La península ibérica en la antigüedad: imagen de un territorio) , págs. 421-436.

PAPA, Helena Amália. **Cristianismo ortodoxo versus cristianismo heterodoxo: uma análise político-religiosa da contenda entre Basílio de Cesaréia e Eunômio de Cízico (Séc. IV d.C.)**. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2009.

PARGA, Luis Vazquez de. **La Obra Historica de San Isidoro**. Centro de Estudios "San Isidoro", 1961

PIDAL, Ramón Menéndez (org.). **Historia de España, tomo II, España Romana**, Madrid, Espasa-Campe s.a,1963.

PIDAL, Ramón Menéndez (org.). **Historia de España, tomo III, España Visigoda**, Madrid, Espasa-Campe s.a,1955.

PINTO, Otávio Vieira. **Vir in concussione gentivm nattvs in mvndo: Proposições acerca do poder régio entre Átila e os hunos (Séc.V)**. Monografia em história. Universidade federal do Paraná, 2009.

PINTO, Otávio Vieira. **O mais belo ornamento de Roma. Administração, ofícios e o projeto burocrático nas Varie de Cassiodoro (507-540 d.C)**. Dissertação em História. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

POHLMANN, Janira Feliciano. **Alianças entre a retórica e o poder: um estudo sobre as orationes de Quinto Aurélio Símaco Eusébio (SéculoIV)**. Dissertação em História. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

RAPP, Claudia. **Holy Bishops in Late Antiquity: The Nature of Christian Leadership in an Age of Transition**. Los Angeles. University California Press, 2005.

REBENICH, Stefan. **Christian Asceticism and Barbarin Incursion: The Making of a Christian Catastrophe**. *Journal of Late Antiquity*, Volume 2, Number 1. Spring 2009, pp. 49-59.

RESANO, Esteban Moreno. **La derrota de los Bacavdae Aracellitani (443 d.C.) por Flavio Merobaudes en la Crónica de Hidacio**. *Revista del Centro de Estudios Merindad de Tudela*, ISSN 1131-9577, N°. 14, 2006, págs. 25-40.

RICHÉ, Pierre. **As Invasões Bárbaras**.Rio de janeiro: Saber, 1952.

- RODRÍGUEZ COLMENERO, A. **Galicia Meridional romana**. Bilbao, 1977.
- SANZ, R., **Paganos, adivinos y magos. Análisis del cambio religioso en la Hispania Tardoantigua**. Gerión. Anejos. Anejo VII. (2003), 146.
- SILVA, Gilvan Ventura da. **Reis, santos e feiticeiros: Constâncio II e os fundamentos místicos da *basiléia* (337 – 361)**. Vitória: EDUFES, 2003.
- SILVA, Gilvan Ventura da. **A Configuração do Estado Romano no Baixo Império**. História, Assis/Franca, São Paulo, v. 17/18, p. 199-223, 1998/1999.
- SILVA, Leila Rodrigues da; RAINHA, Rodrigo dos Santos; SILVA, Paulo Duarte (orgs.) **Organização do Episcopado Ocidental (Séculos IV-VIII): Discursos, Estratégias e Normatização**. Rio de Janeiro. 2011.
- SILVA, Leila Rodrigues da e DINIZ, Rita de Cássia Damil. **Relações de Poder na Crônica de Idácio e nas *Histórias* de Isidoro de Sevilha: um estudo comparado sobre suevos e visigodos**. In: LESSA, F., S. (org) Poder e Trabalho: Experiências em História Comparada. Rio de Janeiro: Mauad, 2008. p. 35-58. ISBN 978-85-7478-270-6.
- SILVA, Leila Rodrigues da. **Monarquia e Igreja na Galiza na segunda metade do século VI: o modelo de monarca nas obras de Martinho de Braga dedicadas ao rei suevo**. Rio de Janeiro. EdUUF: Coleção Estante Medieval, v.4. 2008
- SILVA, Leila Rodrigues da. **Algumas considerações acerca do poder episcopal nos centros urbanos hispânicos - século V ao VII**. IN: História Questões e Debates. Curitiba. Ano 19. nº 37. Editora UFPR. 2002.
- SANCHEZ, Pedro Juan Galan. **El Género Historiográfico de la Chronica: Las crónicas hispanas de época visigoda**. Cáceres. Universidade de Extremadura, 1994.
- SOTOMAYOR, M., **La Iglesia en la España romana** en Ricardo García Villoslada (ed.): *Historia de la Iglesia en la España. I. La Iglesia en la España romana y visigoda (siglo I-VIII)*, Madrid, Editorial Católica (Biblioteca de Autores Cristianos). (1979), 260 y 272.
- STEIN, E. **Histoire du Bas-Empire. I. De l' état romain à l' état byzantin 284-476**. Paris, Desclée de Brouwer, 1959, p.320.
- STRAUB, Joannes. **Conciencia de Imperio y sentimiento nacional en las provincias romanas. Hispania y el Imperio Romano en la concepción de Floro**. In: Antigüedad y Cristianismo VII. Cristianismo y aculturación en tiempos del Imperio Romano. Murcia: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Murcia, 1990. p. 649-667.
- TEJA, Ramón. **Emperadores, obispos, monjes y mujeres: protagonistas del cristianismo antiguo**. Madrid: Editora Trotta, 1999.
- THOMAS, P.C. **Os concílios gerais da Igreja**. Aparecida, SP: Santuário, 1999.
- THOMPSON, E.A. **Romans and Barbarians: The Decline of the Western Empire** (Wisconsin Studies in Classics). University of Wisconsin Press; 1 edition, 2002.

TORREIRA, Federico-Mario Beltrán Torreia. **El concepto de barbarie en la Hispania visigoda**. *Antigüedad y cristianismo: Monografías históricas sobre la Antigüedad tardía*, ISSN 0214-7165, N° 3, 1986 (Ejemplar dedicado a: Los Visigodos. Historia y Civilización. Actas de la Semana Internacional de Estudios Visigóticos (Madrid - Toledo - Alcalá de Henares, 21-25 de octubre de 1985)), págs. 53-60.

TOVAR, A.; BLÁZQUEZ, J.M.. **Historia de la hispania romana**. Madrid: Alianza editorial, 1975

TRANOY, A. **La Galice Romaine. Recherches sur le nor-ouest de la Péninsule Ibérique dans l' Antiqué**. Paris, 1981.

UBRIC RABANEDA, Purificación. **Los límites del poder: iglesia y disidencia religiosa en el siglo V hispano**. In *Stud, his., Hª antig.* 24, 2006, p. 221-236.

VILELA, J. **Um obispo-pastor de época teodosiana: Prisciliano**, *Studia Ephemeridis Augustinianum*58/2 (1997), PP. 503-530.

WARD-PERKINS, Bryan. **407 and All That. Retropective**. *Journal of Late Antiquity*, Volume 2, Number 1, Spring 2009, pp.75-78.

WARD-PERKINS, Bryan. **The fall of Rome and the End of Civilization**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

WATTS, Edward J. **Riot in Alexandria: tradition and group dynamics in late antique pagan**. Los Angeles: California University Press, 2010.

ZECCHINI, G. **Latin Historiography: Jerome, Orosius and the Western Chronicles**. In: Marasco, G. *Greek and Roman Historiography in Late Antiquity*, Leiden: Brill, 2003.

ZÉTOLA, Bruno Miranda. **Política Externa e Relações Diplomáticas na Antiguidade Tardia**. Curitiba: Editora UFPR, 2010

ANEXOS

Anexo I



Império Romano após a morte de Teodósio. Retirado de LÓPEZ-DAVALILLO
LAREA, J. Atlas histórico de España y Portugal. Desde el Paleolítico hasta el siglo XX.
Madrid: Editorial Síntesis, 2000, p. 63.

Anexo II



Mapas das vias romanas com as principais cidades e *maisons* que ainda existiam na Hispania Visigoda. Retirado de LÓPEZ-DAVALILLO LAREA, J. Atlas histórico de España y Portugal. Desde el Paleolítico hasta el siglo XX. Madrid: Editorial Síntesis, 2000, p.69.

Anexo III

APÉNDICE I: REYES SUEVOS, 409-585

Hermerico	406/409-438 (†441)		
Rechila	438-448		
Rechiaro	448-456		
Aiulfo (?) [*]	456-457		
Framtano	457	Maldras	457-460
Remismundo ^{**}	457/459-después del 469	Frumario	460-464
Veremundo (?) ^{***}	c. 485		
Theodemundo (?)	??		
[Reyes desconocidos]			
Carrarico ^{****}	antes de 550-antes de mayo de 559		
Ariamiro	antes de mayo de 559-después de mayo de 561		
Teodomiro	después de mayo de 561-antes de de 567-570		
Miro	570-583		
Eborico	583-584		
Audeca	584-585		
Malarico (?) ^{*****}	585		

* Probablemente nunca fue proclamado rey.

** Como se argumenta en el cuerpo del libro, Remismundo es identificado con Rechimundo.

*** Veremundo y Theodemundo, sin posibilidad de indicar siquiera el orden de ambos, aparecen equívocamente recogidos como reyes suevos, pero su historicidad es muy dudosa.

**** Aceptamos la historicidad de Carrarico, Ariamiro y Teodomiro como tres reyes independientes, dando valor a las distintas fuentes que los incluyen, al considerar que las identificaciones entre ellos aportan mayor confusión que su individualización.

***** La referencia «tyrannidem assumens quasi regnare vult» (Ioh. Bicl. a. 585, 6) debe interpretarse como que al menos una parte de los suevos ha reconocido a Malarico como rey, aunque la corte de Toledo no lo aceptase, de ahí su calificación como tirano.

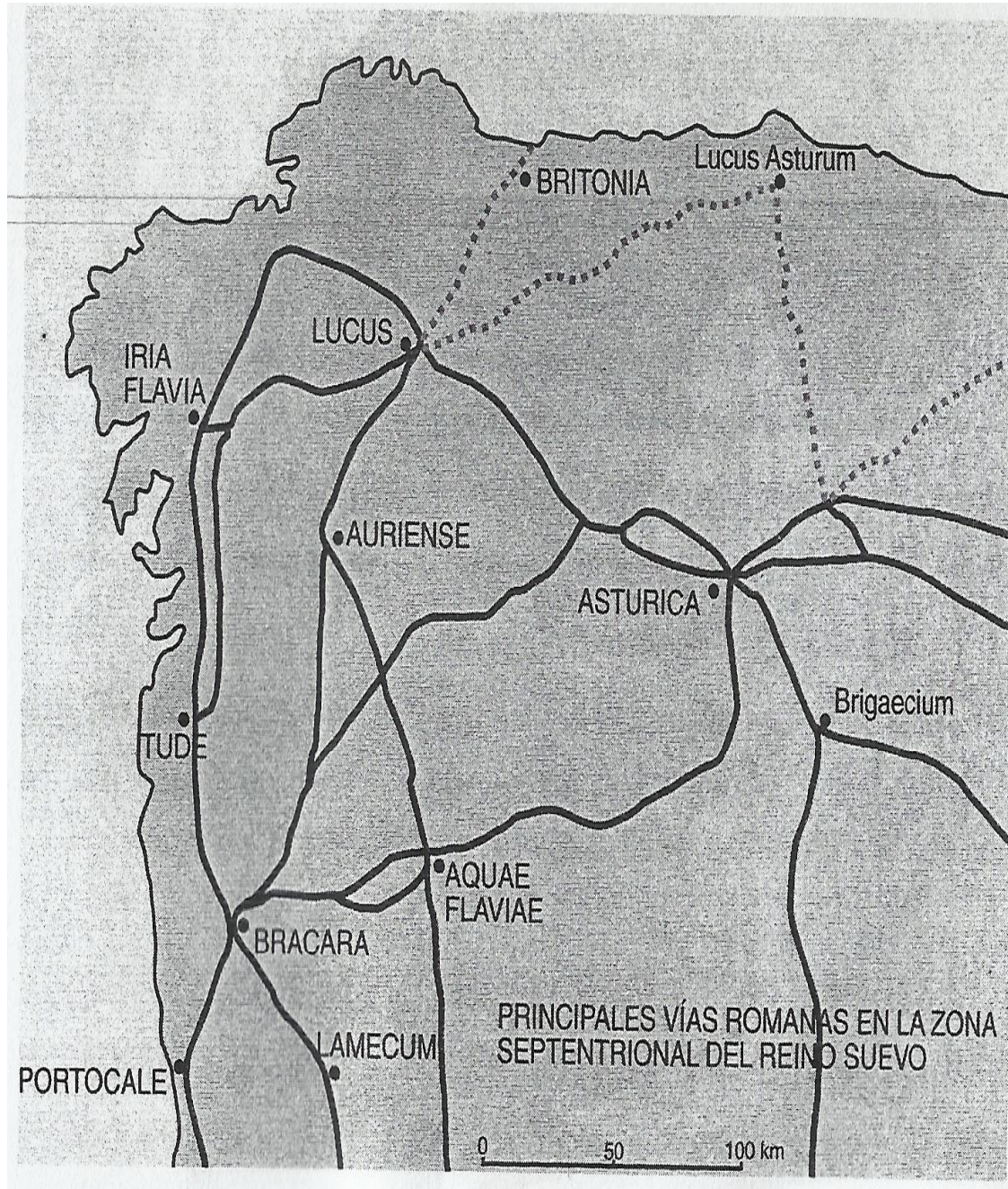
Lista dos reis suevos entre 409 e 585. Retirado de DÍAZ MARTINEZ, P. El reino suevo (411-585). Madrid: Ediciones Akal, 2011, p.293.

Anexo IV



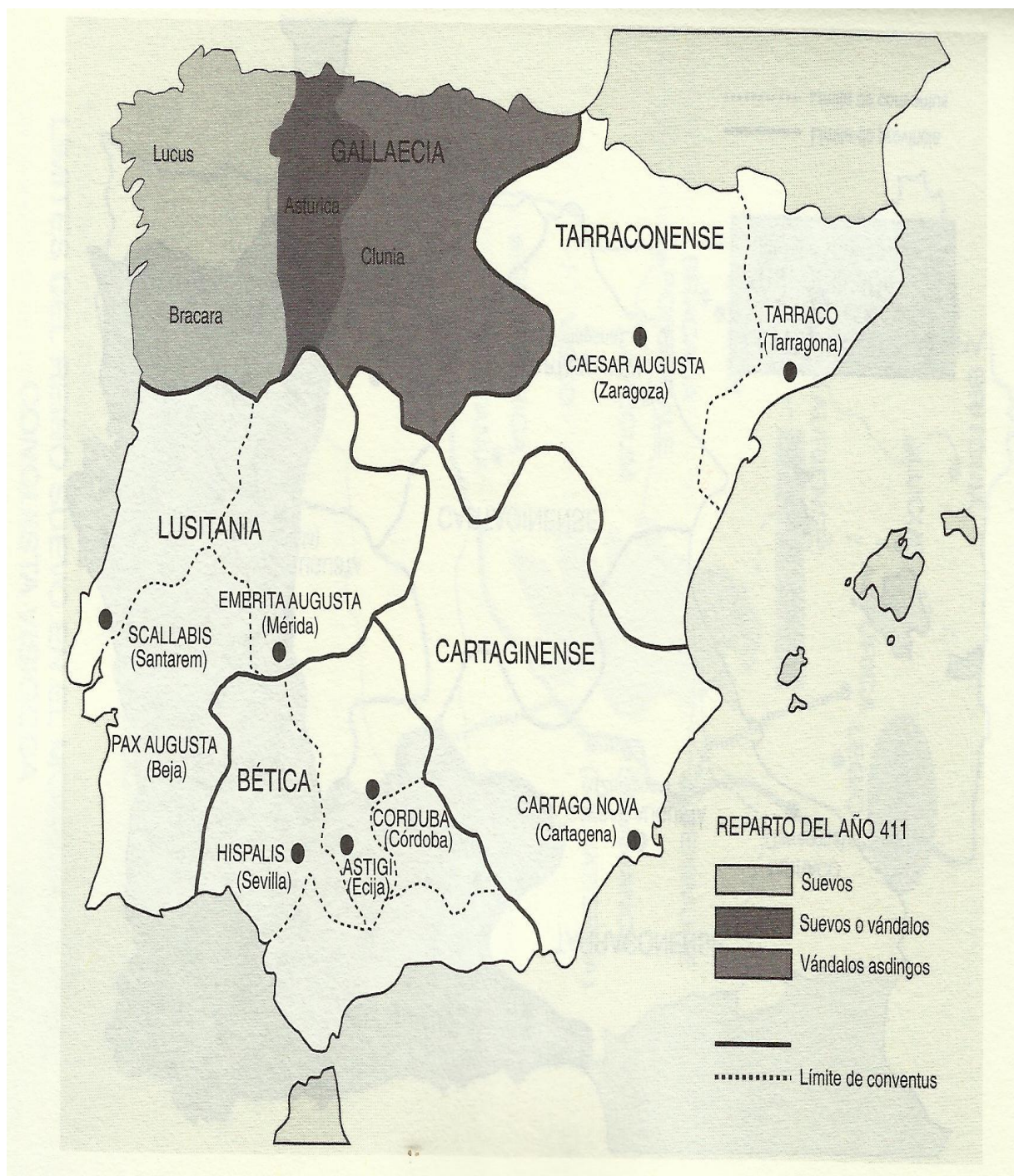
Diocoësis Hispaniarum após a reforma provincial de Diocleciano. Retirado de DÍAZ MARTINEZ, P. El reino suevo (411-585). Madrid: Ediciones Akal, 2011, p.296.

Anexo V



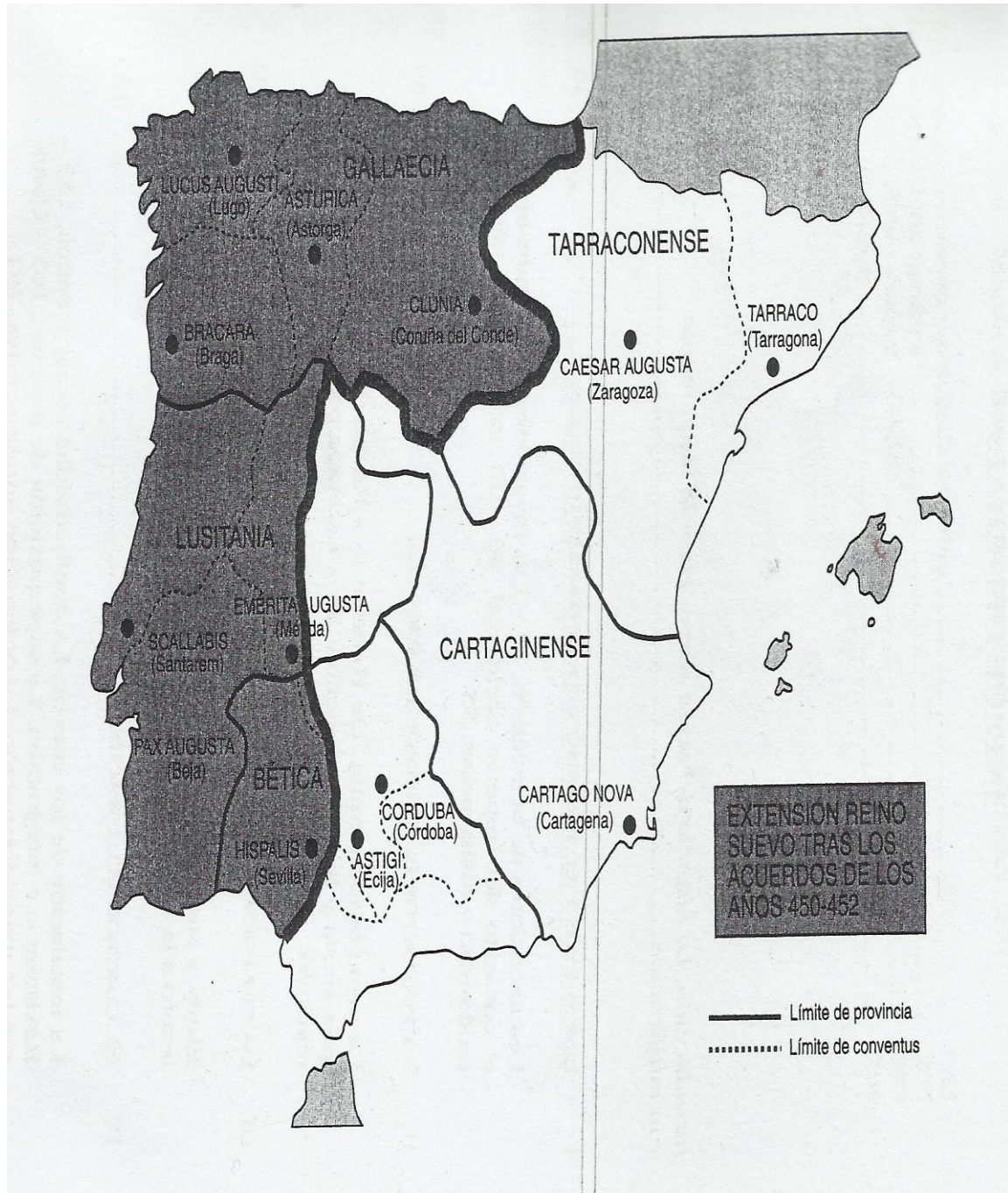
Principais vias romanas da *Gallaecia* na zona de influência dos suevos. Retirado de DÍAZ MARTINEZ, P. El reino suevo (411-585). Madrid: Ediciones Akal, 2011, p.295

Anexo VI



Divisão da *Gallaecia* entre vândalos e suevos. Retirado de DÍAZ MARTINEZ, P. El reino suevo (411-585). Madrid: Ediciones Akal, 2011, p.297.

Anexo VII



Extensão da hegemonia política sueva após os acordos de 450-452. Retirado de DÍAZ MARTINEZ, P. El reino suevo (411-585). Madrid: Ediciones Akal, 2011, p.298.

Anexo VIII



Moeda de prata de Requiário. Imagem procedente da Coleção Numismática de Braga.
Museu Nacional de Berlim.